



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE**

**CENTRO DE HUMANIDADES - CH**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA - POSLA**

**MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA**

**YGOR BRAGA DE ALMEIDA**

**ANÁLISE SOCIORRETÓRICA DO GÊNERO PORTARIA DO SÉCULO XVIII**

**FORTALEZA-CEARÁ**

**2015**

YGOR BRAGA DE ALMEIDA

**ANÁLISE SOCIORRETÓRICA DO GÊNERO PORTARIA DO SÉCULO XVIII**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação

Orientador: Prof. Dr. Exedito Eloísio Ximenes

FORTALEZA-CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Almeida, Ygor Braga de .

Análise sociorretórica do gênero portaria do século XVIII [recurso eletrônico] / Ygor Braga de Almeida. - 2015.

1 CD-ROM: il. ; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 169 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientação: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes.

1. Brasil colonial. 2. Capitania do Ceará. 3. Gênero portaria. 4. Análise sociorretórica. I. Título.

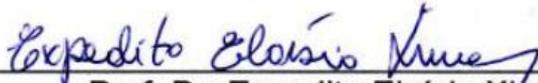
YGOR BRAGA DE ALMEIDA

**ANÁLISE SOCIORRETÓRICA DO GÊNERO PORTARIA DO SÉCULO XVIII**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – PosLA da Universidade Estadual do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação

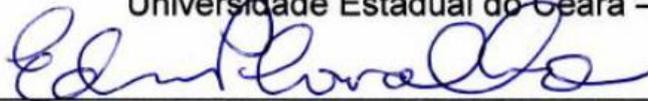
Aprovada em: 28 de setembro de 2015

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes (orientador)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



---

Profa. Dra. Ednusia Pinto de Carvalho  
Universidade Federal do Ceará – UFC



---

Profa. Dra. Cibele Gadelha Bernardino  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

## AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada- PosLA, pela oportunidade de cursar o mestrado.

Ao meu orientador, Expedito Ximenes, pela paciência e imensa ajuda em todas as etapas da pesquisa, além de enriquecedoras contribuições acadêmicas.

Às professoras Cibele e Rozania, por terem participado de minha qualificação, com generosas contribuições e observações que ajudaram muito na execução de minha pesquisa. Agradeço novamente à professora Cibele e também à professora Ednusia, por aceitarem participar da minha banca de defesa com enriquecedoras contribuições para a versão final de minha dissertação.

À Alice Lima, pela contribuição quanto à edição das portarias analisadas.

À Adriana Josino, por sua generosa ajuda no momento de revisão do *corpus*.

Ao Arquivo público do estado do Ceará – APEC, pela disponibilização do material para pesquisa e pela excelente acolhida nos vários momentos em que lá estive para realizar meus estudos e coletas de dados.

Ao amigo Christiano Verola pelo imenso apoio, além da ajuda quanto à formatação deste trabalho.

Às minhas professoras orientadoras de Monitoria e Iniciação científica, Valdenia e Jaquelânia, e também à professora Francimá, cujas contribuições para com minha formação acadêmica foram extremamente importantes para que eu chegasse ao mestrado.

Aos colegas de trabalho da escola Carneiro de Mendonça que me apoiaram e ajudaram a tomar importantes decisões no decorrer dos vinte meses em que me dediquei ao mestrado.

Por fim, à minha Mãe, Francisca Maria, por todo o seu esforço em garantir uma educação de qualidade para mim, mesmo quando as condições impostas pela vida não eram as mais favoráveis.

## RESUMO

A presente pesquisa objetivou a análise e construção de uma organização sociorretórica do gênero portaria do século XVIII. Para isso, esse trabalho revestiu-se, primeiramente, da junção entre duas áreas tidas muitas vezes como antagônicas: a Filologia, cujo objetivo maior concentra-se no resgate de textos pertencentes ao passado histórico e suas ligações com o resgate da língua, aliando-a com a história, a sociedade e a cultura de uma época, conforme os conceitos de Basseto (2005); e a Linguística Moderna, em especial os estudos acerca da natureza e construção dos gêneros textuais, destacando-se a perspectiva sociorretórica de caráter etnográfico, baseada nos estudos de Swales (1990, 1992, 1998, 2003) e Bhatia (1993). Para essa junção, em primeiro lugar, adotou-se o percurso metodológico sugerido por Ximenes (2009), que consiste no resgate de textos por meio de edição semidiplomática e estudo de algum fenômeno linguístico ou extralinguístico presente naquele texto. Para isso, constituiu-se um *corpus* formado por 15 textos do gênero portaria, originalmente produzidas na antiga capitania do Ceará, no século XVIII, encontradas no Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC-, que foram editadas - conforme as normas do grupo Prática de Edição de Textos do Estado do Ceará - PRAETECE. Em segundo lugar, submeteu-se esse *corpus* a uma teoria moderna de gêneros textuais, no caso a perspectiva de análise de orientação etnográfica, em que as portarias foram analisadas a partir da aplicação de alguns conceitos caros à teoria de Swales, como a comunidade discursiva, o gênero e o repropósito, além do modelo de análise CARS – *Create a Research Space* - que permitiu o reconhecimento de unidades e subunidades retóricas presentes nas portarias analisadas. Após os conceitos aplicados ao *corpus*, chegou-se à construção de um modelo sociorretórico do gênero portaria do século XVIII, cuja organização reflete o contexto político-administrativo do período colonial brasileiro, em especial a capitania do Ceará.

Palavras-chave: Brasil colonial. Capitania do Ceará. Gênero portaria. Análise sociorretórica.

## ABSTRACT

The aim of this research was to analyze and construct an socio-rhetorical organization concierge genre in eighteenth-century. To this, the present work was overlaid, first join two areas often taken as antagonistic: philology, whose that main objective focuses on rescue texts belonging to the historical past and its links to the rescue of the language, allied with history, society and culture of an epoch, in accordance with Basseto's (2005) concepts; and Modern Linguistics, especially the nature study and genres construction, highlighting socio-rhetorical perspective of ethnographic characteristics, based on Swales (1990, 1992, 1998, 2003) and Bhatia (1993) studies. We adopted the methodological approach suggested by Ximenes (2009), which consists in the rescue of texts by means of semi-diplomatic edition and study some linguistic or extra-linguistic phenomenon present in that text. For this, was analysed a kind of fifteen texts or corpus of the ordinance genre, originally produced in the former captaincy of Ceará State, in the eighteenth century, found in the Ceará State Public Archives - APEC-, which have been edited - according to the norms of the group Ceará State Text Edit practice - PRAETECE . Second, underwent this corpus to a modern theory of genres, in this case the analytical perspective of ethnographic orientation, in which the ordinances were analyzed from the application of some expensive concepts to Swales theory, as the Gender Community Discourse and Repropósito in addition to the CARS analysis model - Create a Research Space - which allows the recognition of rhetorical units and subunits presented in the analyzed ordinances. After the concepts applied to the corpus, we came to the construction of an socio-rhetorical ordinance model in eighteenth-century genre, whose the organization reflects political and administrative context of the Brazilian colonial period, especially the captaincy of Ceará.

Key-words: Colonial Brazil. Captaincy of Ceará. Ordinance genre. Socio-rhetorical analysis.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01–	Modelo de análise do Repropósito do gênero de caráter textual ou linguístico.....	42
Figura 02–	Modelo de análise do Repropósito do gênero de caráter contextual ou etnográfico .....	43
Figura 03 –	Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisas .....	49
Figura 04 –	Modelo CARS de análise para artigos acadêmicos.....	50
Figura 05 –	Livro em que consta nosso <i>corpus</i> .....	56
Figura 06 –	Livro em que consta o nosso <i>corpus</i> .....	56
Figura 07 –	Registro fotográfico da portaria Nº01 .....	61
Figura 08 –	Registro fotográfico da portaria Nº 02.....	64
Figura 09 –	Registro fotográfico da portaria Nº 02.....	65
Figura 10 –	Registro fotográfico da portaria Nº 03.....	67
Figura 11 –	Registro fotográfico da portaria Nº 04.....	69
Figura 12 –	Registro fotográfico da portaria Nº 05.....	72
Figura 13 –	Registro fotográfico da portaria Nº 05.....	72
Figura 14 –	Registro fotográfico da portaria Nº 06.....	74
Figura 15 –	Registro fotográfico da portaria Nº 06.....	74
Figura 16 –	Registro fotográfico da portaria Nº 07 .....	76
Figura 17 –	Registro fotográfico da portaria Nº 08.....	77
Figura 18 –	Registro fotográfico da portaria Nº 09.....	79
Figura 19 –	Registro fotográfico da portaria Nº 10.....	81

<b>Figura 20 –</b>	<b>Registro fotográfico da portaria Nº 11 .....</b>	<b>82</b>
<b>Figura 21 –</b>	<b>Registro fotográfico da portaria Nº 12 .....</b>	<b>85</b>
<b>Figura 22 –</b>	<b>Registro fotográfico da portaria Nº 12 .....</b>	<b>85</b>
<b>Figura 23 –</b>	<b>Registro fotográfico da portaria Nº 13 .....</b>	<b>87</b>
<b>Figura 24 –</b>	<b>Registro fotográfico da portaria Nº 14 .....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 25 –</b>	<b>Registro fotográfico da portaria Nº 14 .....</b>	<b>89</b>
<b>Figura 26 –</b>	<b>Registro fotográfico da portaria Nº 15 .....</b>	<b>92</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01 – Organização sociorretórica da portaria 01.....</b>	<b>115</b>
<b>Quadro 02 – Organização sociorretórica da portaria 02.....</b>	<b>119</b>
<b>Quadro 03 – Organização sociorretórica da portaria 03.....</b>	<b>123</b>
<b>Quadro 04 – Organização sociorretórica da portaria 04.....</b>	<b>125</b>
<b>Quadro 05 – Organização sociorretórica da portaria 05.....</b>	<b>128</b>
<b>Quadro 06 – Organização sociorretórica da portaria 06.....</b>	<b>130</b>
<b>Quadro 07 – Organização sociorretórica da portaria 07.....</b>	<b>132</b>
<b>Quadro 08 – Organização sociorretórica da portaria 08.....</b>	<b>134</b>
<b>Quadro 09 – Organização sociorretórica da portaria 09.....</b>	<b>137</b>
<b>Quadro 10 – Organização sociorretórica da portaria 10.....</b>	<b>139</b>
<b>Quadro 11 – Organização sociorretórica da portaria 11.....</b>	<b>141</b>
<b>Quadro 12 – Organização sociorretórica da portaria 12.....</b>	<b>143</b>
<b>Quadro 13 – Organização sociorretórica da portaria 13.....</b>	<b>145</b>
<b>Quadro 14 – Organização sociorretórica da portaria 14.....</b>	<b>148</b>
<b>Quadro 15 – Organização sociorretórica da portaria 15.....</b>	<b>150</b>
<b>Quadro16 – Caracterização sociorretórica do gênero portaria do século XVIII.....</b>	<b>159</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>22</b>
2.1	ESTUDOS FILOLÓGICOS.....	23
2.1.1	<b>Filologia e Crítica Textual.....</b>	<b>23</b>
2.1.2	<b>Paleografia e Diplomática.....</b>	<b>26</b>
2.2	ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E ANÁLISE DE GÊNEROS.....	29
2.2.1	<b>Gêneros textuais.....</b>	<b>29</b>
2.2.2	<b>A teoria de gênero na perspectiva de Swales.....</b>	<b>35</b>
2.2.2.1	Comunidades Discursivas.....	37
2.2.2.2	Gêneros.....	40
2.2.2.3	Repropósito.....	42
2.2.3	<b>A teoria de gênero na perspectiva de Bhatia.....</b>	<b>44</b>
2.2.4	<b>O modelo CARS de análise.....</b>	<b>48</b>
2.2.5	<b>O gênero portaria.....</b>	<b>52</b>
<b>3</b>	<b>Metodologia.....</b>	<b>55</b>
3.1	DAS CARACTERÍSTICAS DO <i>CORPUS</i> .....	55
2.2	DO CONTEXTO HISTÓRICO DO <i>CORPUS</i> .....	56
3.3	DA EDIÇÃO.....	57
3.3.1	<b>Da edição fotográfica.....</b>	<b>57</b>

3.3.2	<b>Da edição semidiplomática.....</b>	57
3.4	DO <i>CORPUS</i> .....	60
3.5	DA ANÁLISE DE GÊNEROS.....	94
3.5.1	<b>Adaptando o modelo CARS.....</b>	94
3.5.2	<b>Procedimentos de análise do <i>corpus</i>.....</b>	96
3.5.3	<b>Descrevendo a análise dos dados.....</b>	97
4	<b>Análise SOCIORRETÓRICA do gênero portaria do século XVIII.....</b>	98
4.1.	CONTEXTO HISTÓRICO, COMUNIDADE DISCURSIVA E PROPÓSITOS COMUNICATIVOS.....	98
4.1.1	<b>A organização político-administrativa do Brasil colonial.....</b>	98
4.1.2	<b>A capitania do Ceará entre 1762 a 1780.....</b>	103
4.1.3	<b>Construindo um quadro geral dos sujeitos envolvidos em nosso <i>corpus</i>.....</b>	107
4.1.4	<b>O contexto histórico e sua relação com a comunidade discursiva.....</b>	110
4.1.5	<b>Os propósitos comunicativos e o exercício do repropósito.....</b>	112
4.3	APLICANDO O MODELO CARS AO <i>CORPUS</i> .....	113
4.4	EM BUSCA DE UM MODELO SOCIORRETÓRICO DO GÊNERO PORTARIA DO SÉCULO XVIII.....	150
4.4.1	<b>Unidade retórica 01.....</b>	151
4.4.2	<b>Unidade retórica 02.....</b>	153

<b>4.4.3</b>	<b>Unidade retórica 03.....</b>	<b>156</b>
4.4	A ORGANIZAÇÃO SOCIORRETÓRICA DO GÊNERO PORTARIA DO SÉCULO XVIII.....	158
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>167</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a língua oferecem múltiplas possibilidades de análise e enfoques teórico-metodológicos muitas vezes divergentes, inclusive. Dentre essas áreas divergentes encontramos duas de particular interesse para nossa pesquisa: a Filologia e a Linguística.

As definições de Filologia não são consensuais, como será visto no decorrer deste trabalho, a despeito da milenar história do desenvolvimento desta ciência. A perspectiva adotada por nossa pesquisa é a de que entende a Filologia como a ciência que resgata textos pertencentes ao passado histórico e dá-lhes tratamento científico ao utilizá-los como ferramentas para a investigação de múltiplos fenômenos, sejam estes de natureza linguística ou extralinguística. Fato é que se pode afirmar que a Filologia se apoia plenamente na tradição escrita e não existiria sem os textos escritos.

As afirmações acima permitem perceber o caráter abstrato que se pode atribuir ao trabalho filológico, pois se este não se resume apenas ao resgate dos textos - a partir de edições que o tornem acessíveis à leitura moderna - mas também à investigação de fenômenos presentes nestes textos, vê-se que é um trabalho de inúmeras possibilidades de análise, pois trata de uma língua que foi usada em situações de uso e que certamente apresenta riqueza de possibilidades de análise linguística, sem falar ainda nos fenômenos extralinguísticos de particular interesse da História, da Sociologia e outras áreas que poderiam dar suas contribuições no momento de analisá-los.

Já os estudos em Linguística - que enquanto ciência é uma área relativamente nova, com um pouco mais de um século de existência - desenvolveram-se com grande rapidez no século passado, fazendo emergir uma gama de teorias linguísticas preocupadas em explicar fenômenos relativos à língua, sofisticando cada vez mais o tratamento teórico dado a esta, bem como suas vinculações sociais, ou seja, a língua em uso. O surgimento dessa Linguística Moderna alterou e vem alterando drasticamente o enfoque dado à língua em uso,

dentre esses fenômenos o enfoque dado à natureza dos gêneros textuais, área de particular interesse para nossa pesquisa.

Os gêneros textuais, tradicionalmente vinculados a uma forma, estrutura, passaram a ser vistos como importantes instrumentos de interação humana, modificados e legitimados pelos usuários da língua ao mesmo tempo em que modificam e legitimam estes usuários em uma complexa rede de relações a ser exposta, ainda que minimamente, no decorrer deste trabalho.

São extraordinários os caminhos percorridos pela Linguística Moderna, porém, a sua entrada obrigatória nos currículos dos cursos de Letras fez com que a Filologia fosse relegada a segundo plano, quando não completamente substituída, o que fez emergir a ideia de que Filologia e Linguística são duas áreas completamente distintas, abordagem rejeitada por nós, apoiada nos estudos de Ximenes (2004, 2009) que explicita o quanto a edição de textos históricos pode servir à análise dos mais diferentes fenômenos linguísticos, além da vinculação desses textos com o meio social, cultural e histórico, configurando-se como uma área transdisciplinar, como bem querem os programas de Linguística Aplicada. Convém lembrar ainda que a análise de fenômenos linguísticos e extralinguísticos se dá a partir de um extenso trabalho filológico, como trataremos a seguir.

O trabalho do filólogo guarda múltiplas dificuldades, seja no que tange à própria ação do tempo sobre os papéis em que se encontram os escritos ou mesmo pela grafia incomum à leitura moderna, tornando as pesquisas filológicas um trabalho, primeiramente, árduo. A ação do tempo dificulta, dentre outras coisas, o manuseio e a visualização do texto. Já os problemas na transcrição de textos antigos, mesmo em bom estado, a depender da época em que foram escritos, podem apresentar grafia, estrutura sintática e vocabular estranhas ao leitor de hoje, cabendo ao pesquisador desta área dedicação e paciência, além de conhecimento de edição adequado para a fluência nesta atividade.

Os estudos de natureza filológica cumprem uma importante função social e cultural ao tornar textos pertencentes ao passado histórico acessíveis à leitura moderna. Além disso, este tipo de trabalho não preserva apenas a língua, mas

também todo um sistema as crenças e relações de poder subjacentes às construções linguísticas que realizamos para interagir socialmente em gêneros textuais diversos, selando de vez a aproximação entre Filologia e Linguística Moderna.

A partir do que foi exposto, é nítida a observação de que textos importantes, que já serviram aos mais diferentes propósitos comunicativos e refletem pensamentos, comportamentos e atitudes de uma determinada época e que poderiam constituir riquíssimos objetos de pesquisa, provavelmente foram destruídos pelo homem ou se deterioraram no tempo. Ainda assim, existem muitos textos aptos ao tratamento filológico, guardados em arquivos públicos etc.

No estado do Ceará temos o APEC- Arquivo Público do Estado do Ceará - órgão responsável pelo armazenamento de textos antigos de todo o estado e que conta com um vasto acervo documental. A existência de um órgão como esse ajuda no trabalho do filólogo à medida que facilita o acesso do mesmo a um universo de textos de diferentes gêneros textuais aptos à edição e a pesquisa.

Segundo Ximenes (2009), a prática de editar textos produzidos no Brasil, especialmente os produzidos durante o período em que nosso país foi colônia de Portugal, entre os séculos XVI e XIX, vem aumentando. Estes textos constituem fortes fiéis da língua em uso; Transcrevê-los, editá-los e analisá-los podem constituir tarefas básicas da Filologia, para, em seguida, receberem as modernas teorias linguísticas surgidas nas últimas décadas, enriquecendo os estudos de Filologia, Linguística e Linguística Aplicada em nosso país.

Sobre pesquisas utilizando documentos cearenses, Ximenes (2006) afirma que esta área de estudos ainda se encontra em desenvolvimento e que cabe a nós, pesquisadores e curiosos pelo estudo de nossa língua e tradição, traçar o passado e perceber sua influência no nosso presente.

A pesquisa que fizemos resgatou, editou e analisou textos do gênero portaria, todos do século XVIII, coletados no Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC, formando, assim, um *corpus* de 15 portarias que serviu de base para a

aplicação de uma teoria de gêneros textuais. Dentro de muitas possibilidades de análise, escolhemos perspectiva de concepção sociorretórica, de natureza etnográfica – desenvolvida para ensino aprendizagem de inglês padrão em contextos acadêmicos e profissionais, porém aplicável a outros gêneros textuais – como defenderemos adiante - e que será devidamente exposta no decorrer destas páginas. Esta perspectiva tem como nome principal o de Jhon M. Swales (1990, 1992, 1998, 2004).

A análise objetivou investigar os propósitos sócio-comunicativos, as unidades e as subunidades retóricas presentes no gênero portaria do século XVIII, através dos 15 exemplares deste gênero que compõem o *corpus* deste trabalho. Trata-se de um trabalho de natureza teórica que enriquece diferentes áreas, como a Filologia - ao resgatar textos que foram escritos no interior de um período histórico e, portanto, carregam marcas da sociedade produtora destes textos– e a Linguística Aplicada, ao compor uma pesquisa que transita em diferentes áreas do conhecimento – história, sociologia etc - com viés notadamente transdisciplinar.

O estudo realizado fez com que nosso *corpus* ganhasse vida ao tornar-se instrumento de produção intelectual e modelo para a aplicação da concepção sociorretórica de caráter etnográfico, ao entender que gêneros textuais são produzidos dentro de esferas sociais – ou comunidades discursivas, na perspectiva de Swales - e, portanto, carregam marcas e cumprem acordos socialmente construídos pelos sujeitos participantes dessas esferas.

Sobre pesquisas a respeito de gêneros textuais, especialmente a concepção sociorretórica de caráter etnográfico, é preciso dizer que muitos trabalhos já foram feitos utilizando a aplicação de seus conceitos e métodos, que, só no estado do Ceará, motivou as pesquisas de autores como Araújo (1996) Biasi-Rodrigues (1998) e Bernardino (2000), só para citar alguns. Este interesse se deve, sobretudo, pela imensa quantidade de gêneros textuais socialmente utilizados e em franco processo de evolução, tornando essa área dos estudos linguísticos alvo de diferentes pesquisadores.

No que diz respeito aos estudos baseados, especificamente, no gênero portarias do século XVIII temos o trabalho de Soares & Farias (2006), mas que trata exclusivamente de estruturas discursivas de portarias da confederação do Equador, referentes ao Ceará, o que se distancia de nossa proposta de análise.

O ineditismo de nossos estudos está no fato de não termos conhecimento de nenhum outro trabalho que aplique teorias de gênero, especificamente, ao gênero portaria do século XVIII. Portanto, nossa pesquisa utiliza um *corpus* e uma perspectiva de análise, que, juntos, ainda não foram devidamente explorados.

A escolha específica em analisar portarias do século XVIII não se deu apenas por não termos conhecimento de outros trabalhos utilizando este gênero específico, mas também pelo fato deste gênero, em especial, cumprir, até hoje, um papel social de legitimar alguma coisa, ao impor normas e ordens, aproximando-se largamente do que diz Marcuschi (2008) ao afirmar que os gêneros cumprem, entre outras coisas, funções de controle social e exercício de poder.

O modelo de análise, por sua vez, também não foi escolhido por acaso. A perspectiva sociorretórica de caráter etnográfico, desenvolvida por autores como Swales (1990) e Bhatia (1993), compreende o gênero como produto de uma esfera comunicativa, constantemente alterando-a e sendo alterado por ela. O modelo de análise de Swales, por exemplo, nos possibilita identificar movimentos e passos na estrutura linguística de um determinado gênero, construídos no interior de um núcleo social e, portanto, reflete comportamentos e ideais dos participantes deste núcleo. Para melhor compreensão, destaque-se o que disse Marcuschi ao enfatizar a teoria de Swales, em que há:

(...) preocupação com o aspecto socioinstitucional dos gêneros. Vinculação particular com gêneros do domínio acadêmico e forte vinculação institucional. Maior preocupação com a escrita do que com a oralidade. Há uma visão nitidamente marcada pela perspectiva etnográfica com os conceitos de comunidade, propósitos de atores sociais. (MARCUSCHI, 2008, p.153).

Percebe-se que a teoria de Swales (1990) nos será de grande valia na busca por respostas de nossos questionamentos acerca das portarias escolhidas

para análise, uma vez que concebe gênero como produto de um processo social e também histórico.

A seguir, apresentaremos as questões que nortearam nossa pesquisa.

- **Questão geral**

Que fenômenos podem ser compreendidos a partir da descrição sociorretórica do gênero portaria do século XVIII?

- **Questões específicas**

- ✓ Qual o contexto de produção, circulação e consumo do gênero portaria do século XVIII?

- ✓ Quais os propósitos comunicativos presentes em portarias do século XVIII?

- ✓ Qual a caracterização sociorretórica do gênero portaria do século XVIII?

- **Objetivo geral**

Investigar o gênero textual portaria do século XVIII, considerando seus aspectos sociorretóricos.

- **Objetivos específicos**

- ✓ Investigar e descrever o contexto de produção, circulação e consumo do gênero portaria do século XVIII;

- ✓ Investigar os propósitos comunicativos reguladores da lógica subjacente ao gênero portaria do século XVIII;

- ✓ Descrever e analisar a caracterização sócioretórica do gênero portaria do século XVIII.

Para se alcançar as respostas das questões colocadas acima, além de oferecer subsídios teóricos e metodológicos relevantes para se entender satisfatoriamente a pesquisa a ser apresentada por nós, dividimos esse trabalho em

capítulos específicos para alcançar as três etapas essenciais à pesquisa empreendida: teoria, metodologia e análise.

O **capítulo 02** apresenta a noção de Filologia, além de outras disciplinas importantes para os nossos estudos, como a Crítica textual, a Paleografia e a Diplomática. Em seguida, direcionamos para a linguística moderna, em especial a análise de gêneros textuais, a partir de uma teorização geral para, em seguida, focarmos na noção de gêneros em Swales (1990, 1992, 1998, 2003), cuja perspectiva de análise sociorretórica é de fundamental importância para o tipo de análise que fizemos; em seguida, traremos a perspectiva de gêneros textuais em Bhatia (1993), cujo enfoque nos ajuda a ampliar as noções de gênero discutidas anteriormente em Swales; traremos ainda a conceituação do modelo CARS de análise de gêneros utilizado em nossa análise e, por fim, a teorização geral acerca do gênero textual portaria, que, como já exposto, é o gênero analisado.

O **capítulo 03** apresenta a metodologia empregada em nossa pesquisa, como a constituição do *corpus* analisado, seu contexto original, além dos conceitos das edições empregadas: fotográfica e semidiplomática. Em seguida, apresentaremos cada um dos textos, com a respectiva edição fotográfica, seguida da edição semidiplomática. Por fim, discorreremos sobre todo o percurso adotado na análise.

O **capítulo 04** é a análise do *corpus* propriamente dita. Neste capítulo faremos, primeiramente, uma reconstrução da comunidade discursiva da qual nossos textos foram produzidos. Após essa reconstrução, reiteramos a Diplomática e sua relação com nosso *corpus* e a análise de gêneros textuais adotada. Em seguida, traremos a análise de cada um dos textos, discriminando unidades e subunidades no interior dos mesmos. Por fim, apresentaremos a recorrência das unidades e subunidades, montando um modelo sociorretórico do gênero portaria do século XVIII, bem como sua relação com a comunidade discursiva e com os propósitos comunicativos desse gênero. Ao final, esperamos não só responder as questões e objetivos já propostos, mas oferecer uma boa análise do gênero portaria do século XVIII, mostrando o quanto a língua, manifestada em gêneros, está a serviço da história, da cultura e da sociedade de um povo.

Por fim, nas **considerações finais**, retomaremos os principais objetivos deste trabalho, mostrando como os mesmos foram alcançados, além de reiterar a importância deste tipo de estudo para a preservação histórica e para o os estudos de análise de gêneros.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A preferência por propor um trabalho que congrega Filologia e Linguística, em especial os estudos acerca dos gêneros textuais, nos põe a frente de um desafio: tentar mostrar, ainda que resumidamente, referenciais teóricos que tratam da Filologia, além do referencial baseado nos estudos linguísticos que embasam pesquisas sobre análise de gêneros textuais.

Para que se alcance o objetivo proposto acima, nossa fundamentação se dará em dois níveis, um sobre Filologia e outro sobre Linguística, cada qual com as subdivisões inerentes a nossa proposta de pesquisa.

O tópico que fala sobre Filologia traz os conceitos principais dessa disciplina, além de ressaltar sua importância para a preservação de textos, bem como disciplinas auxiliares a ela, como a Crítica textual, a Paleografia e a Diplomática. A partir dessa explanação, espera-se elucidar o quanto nossa pesquisa insere-se neste campo, graças à preocupação em preservar o *corpus* utilizado, ao mesmo tempo em que o utiliza para responder questões de natureza histórica, social e linguística, inserindo-se perfeitamente nas definições de Filologia que veremos mais adiante.

O tópico dedicado aos estudos de gêneros textuais apresenta algumas concepções e problematizações sobre o termo gênero e alcança o desenvolvimento da Linguística no século XX o que, por sua vez, fez surgir uma gama de teorias e concepções, tornando-a uma ciência de acalorados debates e de múltiplos olhares sobre seu objeto: a língua. Desta forma, neste tópico, discorreremos especificamente sobre alguns conceitos gerais que norteiam o estudo de gêneros textuais, dos quais nossa pesquisa se ocupa.

Importante lembrar que a perspectiva adotada em nossa pesquisa foi a sociorretórica, de caráter etnográfico, e que se encontra respaldada nos estudos de autores como Swales (1990, 1992, 1998 e 2004) e Bhatia (1993). É necessário lembrar ainda que essa é apenas uma das possibilidades de análise de gêneros, porém, é uma das mais utilizadas atualmente.

Apresentaremos um tópico sobre Filologia, dividido em dois subtópicos: um sobre Filologia e Crítica textual e outro sobre Diplomática e Paleografia. Os estudos sobre gêneros textuais serão apresentados em um tópico dividido em cinco subtópicos, cada um com um propósito específico: o primeiro subtópico refere-se ao desenvolvimento das ideias de gênero, especialmente na linguística, além de uma teorização atual sobre o que é gênero e suas vinculações sociais; o segundo traz a perspectiva de gêneros de Swales (1990, 1992, 1998, 2004); o terceiro traz a perspectiva de gêneros de Bhatia (1993); O quarto apresentará o modelo de análise CARS, utilizado na análise de nosso *corpus*; por fim, o quinto e último subtópico caracteriza o gênero portaria explorado em nossa pesquisa.

## 2.1 ESTUDOS FILOLÓGICOS

### 2.1.1 Filologia e Crítica Textual

O conceito de Filologia não é uniforme, dada as diferentes definições que trazem os manuais que tratam do assunto. Primeiramente, o termo *Filologia* não é novo e já era encontrado nos tratados dos filósofos Platão e Aristóteles, na Grécia. Etimologicamente, Filologia quer dizer “amigo da palavra” e, historicamente, esteve associada a diferentes noções que se alinhavam ao próprio desenvolvimento do conhecimento e, claro, as formas de registrar a palavra. Sobre as vinculações do termo Filologia ao longo dos séculos, Basseto (2001) apresenta todo o percurso feito por este termo, tornando desnecessário fazê-lo aqui novamente. Neste momento, nos interessa mais os contornos que a Filologia ganhou no século XX, quando Ferdinand Saussure, *apud* Basseto, traz uma noção moderna acerca desta ciência. Vejamos:

A língua não é o único objeto da filologia, que pretende, antes de tudo, fixar, interpretar e comentar os textos; esse primeiro estudo faz com que ocupe também com a história literária, costumes instituições etc. em toda parte ela usa seu método próprio que é a crítica. Se aborda questões linguísticas é, especialmente, para comparar textos de épocas diferentes, determinar a língua particular de cada autor, designar e explicar incursões em uma língua arcaica e obscura. (BASSETTO, 2001, p.35).

Segundo Saussure, Filologia é, portanto, a ciência que estuda textos e tudo o mais que for necessário para tornar esses textos acessíveis. Para que o trabalho do filólogo ocorra é necessário não só o conhecimento da língua utilizada em

determinado texto, mas também a noção de todo o universo cultural que está por traz da produção daquele texto. O filólogo precisa ter conhecimento de outras áreas para o êxito de seus estudos, como história, geografia, epigrafia, paleografia etc.

O que difere um filólogo clássico e um filólogo moderno são os meios e os instrumentos que estão à disposição do moderno, além da imensa ampliação do conhecimento que fez surgir diversas novas áreas, entre elas a própria linguística com *status* de ciência. Ainda segundo Saussure, o filólogo tem um papel não só de trazer ao seu tempo textos pertencentes ao passado, mas também fazer um trabalho crítico, de percepção de aspectos linguísticos e extralinguísticos que emanam do texto, expondo e explicando não só estruturas da língua, mas também relações sociais.

Segundo o filólogo francês Ernest Renan (1995, p.126) “a filologia é, dentre todos os ramos do conhecimento humano, aquele que é mais difícil apreender a finalidade e a unidade”. O filósofo define Filologia ainda como “a ciência dos produtos do espírito humano” (1995, p.138), definição esta bastante significativa, primeiramente por entender que o objeto da Filologia, por não se restringir só à língua, é de difícil precisão e, em segundo lugar, por entender o texto como objeto produzido no interior de um núcleo social e, portanto, detentor de ideias e comportamentos humanos que culminaram na produção daquele texto. Basseto também contribui para conceituar Filologia ao colocar que:

Com os primeiros indícios do renascimento, na segunda metade do século XIV, volta-se a estudar novamente os clássicos na Itália e depois em toda a Europa. Reaparecem os filólogos, como os Escalígeros, Saumaíses, Casaubon, Wolf, entre tantos outros nomes conhecidos, que estudam comentam e editam os clássicos latinos e gregos. Com isso, se fixa o conceito moderno, em sentido estrito, de filologia como a ciência do significado dos textos; e em sentido mais amplo, como a pesquisa científica do desenvolvimento e das características de um povo ou de uma cultura com base em sua língua ou em sua literatura. (BASSETTO, 2001, p. 37).

A partir da citação acima, é possível perceber a estreita vinculação da Filologia com os aspectos sociais, culturais e históricos de um povo ou de uma época, mas partindo sempre da língua, que é como esses aspectos se manifestam.

A crítica textual, por sua vez, é de grande valia para pesquisas de natureza filológica, uma vez que é “... interpretada como sendo a mais nobre e a

mais autêntica maneira de se fazer filologia” (AUERBACH, 1972, p. 11). A crítica textual é o trabalho mais bruto do fazer filológico, já que é a responsável por restituir a forma do texto, tornando-o acessível a leitores modernos, bem como permite a sua devida exploração para fins científicos a ponto de ser tomada por muito como sendo a própria Filologia, como nos estudos de Cambraia (2005) que não diferencia Filologia e Crítica textual.

O trabalho de edição e conseqüente restituição de um texto antigo não é uma tarefa fácil, uma vez que diferentes fatores podem ter acarretado modificações nos textos. Neste momento, cabe fazer algumas considerações a respeito das modificações, exógenas e endógenas, que um determinado texto pode sofrer ao longo do tempo. Modificações exógenas seriam aquelas motivadas pela própria ação do tempo sobre o papel utilizado para a escrita do texto. Já as modificações endógenas seriam as ocorridas no momento em que o texto é transcrito, ou seja, seriam as interferências do reproduzidor do texto.

As portarias analisadas são textos de caráter, primordialmente, monotestemunhais, ou seja, textos em que há apenas um testemunho, escrito por uma pessoa, não havendo confronto, pelo menos em um mesmo texto, de testemunhos diferentes. Textos de natureza monotestemunhal podem ser editados – transcritos – a partir de diferentes categorias que se diferenciam pelo grau de interferência na forma do texto e são elas: *fac-similar*, *diplomática*, *paleográfica*, *interpretativa*. Para conceituar cada um dos tipos de edição, as contribuições de Cambraia (2005) nos são de suma importância. Tais denominações podem variar a depender do autor, mas as definições seguem basicamente as mesmas.

A edição *fac-similar* (ou mecânica) é aquela em que não há qualquer intervenção por parte do editor, apenas a reprodução fiel do texto através de meios mecânicos, como foto, xerografia etc. (CAMBRAIA, 2005).

Na edição diplomática “faz-se uma transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no modelo, tais como sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, translineação, separação vocabular etc.” (CAMBRAIA, 2005, p. 93).

A edição paleográfica ou semidiplomática, adotada por nós na transcrição de nosso *corpus*, difere-se da edição diplomática por ter um grau médio de intervenção do editor na hora de transcrever o texto, em que “... no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos”. (CAMBRAIA, 2005, p. 95). Desta forma, o editor pode inserir ou suprimir elementos por dedução, estender abreviaturas etc. O foco neste tipo de edição é facilitar a leitura moderna e não modificar significativamente o conteúdo do texto.

Por fim, a edição crítica permite um grau elevado de intervenções por parte do editor em que “... o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além das falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína”. (CAMBRAIA, 2005, p. 97).

No entanto, nossa pesquisa utilizou dois tipos de edição não aludidas pelo autor: a fotográfica e a semidiplomática. A primeira por permitir que se faça consultas aos manuscritos e também a reprodução destes em trabalhos diversos. Já a segunda facilita a compreensão do leitor moderno ao mesmo tempo em que não há um grau elevado de intervenções sobre o texto original. Nossa escolha deu-se também pelo fato da edição semidiplomática ser a adotada pelo grupo PRAETECE do qual nossa pesquisa se insere, como já citado na introdução deste trabalho.

O resgate de textos antigos não se faz a partir apenas da própria Filologia, mas também de disciplinas auxiliares extremamente importantes para que o fazer filológico ocorra, já que no momento em que textos antigos são transcritos, uma série de outras questões precisam ser levantadas para que o trabalho de transcrição aconteça de forma satisfatória. A contribuição das disciplinas auxiliares como a Paleografia e a Diplomática é o que veremos a seguir.

### **2.1.2 Paleografia e Diplomática**

A Paleografia, segundo Cambraia (2005, p.23) pode ser definida, sucintamente, como “o estudo das escritas antigas”. Ainda segundo o mesmo autor,

apresenta atualmente duas finalidades, uma teórica e outra pragmática. A finalidade teórica “manifesta-se na preocupação em entender como se construíram, sócio historicamente, os sistemas da escrita” (CAMBRAIA, 2005, p. 23). A finalidade pragmática se evidenciaria “na capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na escrita, e de interpretarem adequadamente as escritas do passado” (CAMBRAIA, 2005, p.23). Tanto uma definição quanto a outra mostram a importância desta disciplina para este trabalho. O estudo das portarias inevitavelmente nos remeterá a como estes textos se construíram socialmente e historicamente, ao mesmo tempo em que tornamos esses documentos aptos à interpretação moderna, a depender do referencial teórico ou metodológico utilizado.

A Paleografia é de suma importância para a Filologia e conseqüentemente para a crítica textual, já que “para se fixar a forma genuína de um texto é necessário ser capaz de decodificar a escrita em que seus testemunhos estão lavrados” (CAMBRAIA, 2005, p. 23 e 24). A Paleografia auxiliaria na prevenção de possíveis equívocos na hora de transcrever um texto, já que seus propósitos preveem incluir na edição de um determinado texto comentários que podem evidenciar, entre outras coisas, determinadas características que, como enumera Cambraia (2005), estão descritas abaixo:

- 1) Classificação da escrita, localização e data;
- 2) Descrição resumida da escrita, em especial aspectos como a *morfologia das letras*, o seu *traçado* ou *ductos*, o *ângulo*, o *módulo* e o *peso*<sup>1</sup>;
- 3) A descrição dos sinais abreviativos utilizados na escrita em estudo;
- 4) A descrição de diversos outros elementos não-alfabéticos existentes no texto e de seu valor geral;
- 5) A descrição de pontos de dificuldades que possam ter surgido no decorrer da leitura e quais foram as soluções encontradas.

Assim como a Paleografia dá seu grau de contribuição para nossos estudos, a Diplomática também configura-se como uma disciplina que não pode

---

<sup>1</sup> Segundo Cambraia (2005), a *morfologia das letras* seria a sua forma; o *traçado* ou *ductos* seria uma espécie de sucessão de ordem e sentido dos traços de uma letra; o *ângulo* seria a relação de traços verticais das letras e a pauta horizontal da escrita; o *módulo* seria a dimensão das letras em termos de pauta e, por fim, o *peso* seria a relação entre traços finos e grossos das letras.

deixar de ser citada, afinal, as portarias utilizadas em nossa pesquisa serviram, em seu contexto de circulação original, para validar, formalizar, legalizar alguma coisa, seja instituir uma ordem ou efetuar algum pedido oficialmente, o que as tornam documentos diplomáticos.

As portarias utilizadas em nossa análise foram construídas dentro de uma determinada realidade histórica e social e, como evidenciaremos no decorrer de nosso trabalho, seguia uma estrutura mais ou menos fixa e não podia ser expedida por qualquer indivíduo. Neste ponto, adentramos aos domínios da Diplomática, que, segundo Bellotto (2002), é a ciência que se ocupa da estrutura e validade de escritos formais, emanados tanto de entidades governamentais ou notariais. A Diplomática, ainda segundo a referida autora, é necessária para legitimar atos escritos provenientes de instituições que possuem algum tipo de poder legitimador e, para que todo esse processo ocorra a contento, é necessário estarem vinculados a uma sistematização imposta pelo direito.

Um documento de natureza diplomática, segundo Bellotto (2002, p. 18) seria, portanto, um “... testemunho escrito de natureza jurídica, redigido com observância a certas formas estabelecidas que se destinam a dar-lhe força probatória”. Segundo a mesma autora, para se reconhecer um documento diplomático é preciso observar:

- 1) a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e à finalidade;
- 2) a datação (datas tópica e cronológica);
- 3) a sua origem/proveniência;
- 4) a transmissão/tradição documental;
- 5) a fixação do texto.

Na identificação tipológica do documento, a sequência é distinta, devendo-se reconhecer e/ou estabelecer:

- 1) a sua origem/proveniência;

- 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora;
- 3) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental;
- 4) o conteúdo;
- 5) a datação

As portarias utilizadas em nossa pesquisa cumprem muitos dos requisitos fundamentais descritos pela Diplomática. É importante destacar que é possível fazer uma análise de um documento diplomático à luz da própria ciência diplomática, no entanto, preferimos aplicar ao conjunto de portarias um estudo linguístico mais moderno, configurando uma parceria entre Linguística e Filologia, daí a escolha da concepção sociorretórica de gêneros, em especial o modelo de análise de Swales (1990).

O que fizemos até aqui foi trazer alguns conceitos relativos ao fazer filológico, porém, como já dito, alguns paradigmas linguísticos que norteiam análises de gêneros textuais também precisam ser expostos, uma vez que caracterizam outra faceta de nossos estudos, como será visto no tópico seguinte.

## 2.2 ESTUDOS LINGUÍSTICOS E ANÁLISE DE GÊNEROS

### 2.2.1. Gêneros textuais

As pesquisas que se debruçam sobre os gêneros textuais tornaram-se comuns nos estudos de Linguística Aplicada, sobretudo com a preocupação em compreender fenômenos sociocomunicativos da linguagem. Em outras palavras, tais estudos buscam compreender manifestações da linguagem em contextos socioculturais em que essas manifestações funcionam como instrumentos de interação.

Segundo as acepções tradicionais, o estudo dos gêneros seria, resumidamente, o estudo dos modelos de interação em que essas manifestações da linguagem são produzidas, bem como a forma como esses modelos são socialmente

construídos e organizados. A definição apresentada, por ser bastante formalista, foi ampliada, como sintetizaremos a seguir.

A evolução referente ao estudo dos gêneros só foi possível graças a um longo e árduo caminho percorrido durante os séculos e em especial no século XX, quando a expressão *gênero textual* passou a ocupar lugar de destaque dentro dos estudos de linguística. A partir daí, muitas teorias surgiram, reivindicando, cada uma, seus espaços nos manuais de linguística.

Em relação ao percurso histórico feito pelos gêneros textuais, Marcuschi (2008) pontua que estes já têm, pelo menos, vinte e cinco séculos, surgindo com o filósofo grego Platão, firmando-se com Aristóteles, que por sua vez propôs de maneira mais sistemática uma teoria sobre gêneros relacionando-os à natureza do discurso. Tal teoria desenvolveu-se amplamente na Idade Média, ao, por exemplo, distinguir os gêneros tragédia, comédia e epopeia, cujos tratados perpetuaram-se no tempo e possuem estreitas vinculações com a tradição literária.

O termo gênero, em Aristóteles, também se encontra fortemente associado à arte retórica e conseqüentemente ao discurso de persuasão. Em sua obra *Arte retórica*, Aristóteles apresenta gêneros - 'deliberativo', 'demonstrativo' e 'judiciário' - cuja principal característica comum é a habilidade de persuadir, em três dimensões distintas. Nos estudos de retórica de Aristóteles, o filósofo já demonstrava a preocupação em associar gênero a algum estilo. Vejamos:

Não esqueçamos que a cada gênero oratório convém um estilo diferente; o estilo escrito não é o dos debates, nem o estilo das assembléias é o dos tribunais. [...] Comparando uns aos outros, os discursos escritos parecem acanhados nos debates, ao passo que os discursos dos oradores, mesmo se causam boa impressão quando proferidos, parecem obras de profanos quando os tomamos nas mãos e os lemos. O motivo é que estes últimos discursos têm seu lugar próprio nos debates. (ARISTÓTELES s/d, p.203)

Percebe-se pela citação acima que o gênero, mesmo fortemente vinculado à tradição oral, distante temporalmente das concepções linguísticas que surgiriam séculos depois, já apresenta uma relação com estilo ou forma, além de estar vinculado a um determinado propósito sociocomunicativo em que convinha utilizar o discurso adequado, como forma de garantir persuasão e o conseqüente êxito da oratória.

Adiantando-nos em nossos estudos, convém colocar que o termo gênero atravessou também o Renascimento e a Modernidade e, na maior parte deste tempo, continuou fortemente vinculado à tradição literária e retórica. Destaque-se que alguns trabalhos como o de Biasi-Rodrigues (1998) e Bernardino (2000) já trataram sobre percurso histórico do termo gênero até o século XX, constituindo-se como boas fontes de pesquisa para quem se interessar por compreender melhor como se deu esse percurso.

Dentro da concepção clássica de gênero, é interessante trazer as palavras de Bawarshi & Reiff (2013, p.16) que resumem bem o que era essa concepção, a saber:

Em diversos momentos e em diversas áreas de estudo, o termo gênero foi definido e utilizado principalmente como uma ferramenta classificatória, um jeito de dividir e organizar espécies de textos e outros objetos culturais.

É no século XX que os estudos de gênero chegam de forma efetiva e se estabelecem no interior dos estudos linguísticos, período em que a própria ciência da linguagem se desenvolve e se consolida, motivando-nos a fazer uma tentativa de resumir esse período, adiante.

Hoje, o termo gênero, segundo Swales (1990), remete não só à linguística, mas a determinadas categorias do discurso, seja falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias, seja na Linguística, na Retórica, na Antropologia, na Etnografia, na Sociologia etc. São muitas as vinculações do termo gênero, por isso a sua falta de especificidade quando tomado isoladamente. Em nossos estudos, nos deteremos a algumas perspectivas linguísticas, que vão ao encontro de nosso objeto de análise. Ressalte-se que os estudos de gêneros textuais durante muito tempo ocupavam lugar secundário nos estudos linguísticos.

No que se refere à presença do termo gênero nos estudos linguísticos, Swales (1990) esclarece que este era encontrado com mais frequência apenas nos estudos de natureza etnográfica e linguística sistêmica, em que os primeiros associavam o termo a eventos comunicativos de uma determinada comunidade linguística e os segundos defendiam o termo como uma forma sistemática de

construção de propósitos sociais por meios verbais. Obviamente, a noção de gênero em linguística ampliou-se, atribuindo ao gênero textual importante papel para a compreensão da linguagem em contextos de interação. Dentro desta perspectiva, é interessante trazer novamente as palavras de Bawarshi & Reiff (2013, p. 16), ao resumir muito bem o *status* atual dos gêneros textuais:

(...) ultimamente e, de novo, em diversas áreas de estudo, o gênero passou a ser definido menos como modo de organizar tipos de textos e mais como um poderoso formador de textos, sentidos e ações sociais, ideologicamente ativos e historicamente cambiante. Nessa perspectiva, os gêneros são entendidos como formas de conhecimento cultural que emolduram e medeiam conceitualmente a maneira como entendemos e agimos tipicamente em diversas situações. Essa concepção reconhece que os gêneros tanto organizam, como geram espécies de textos e ações sociais numa complexa e dinâmica relação recíproca.

Esta ampliação acabou por tornar essa área de estudos alvo de diferentes pesquisadores, cada qual com sua maneira de conceber gêneros textuais, como ressalta Marcuschi (2008), ao defender que o tema *gênero* remete a uma diversidade de fontes e perspectivas de análise, não sendo tarefa fácil fazer sequer um levantamento das teorias de gênero atuais. Marcuschi (2008), apesar de reconhecer a diversidade de teorias sobre o tema, enumerou pelo menos 07 perspectivas de estudos sobre gêneros relevantes nos estudos de linguística moderna. Vejamos:

- a) Perspectiva sócio-histórica e dialógica (Bakhtin)
- b) Perspectiva comunicativa (Steger, Gulich, Bergman, Berkenkotter)
- c) Perspectiva sistêmico-funcional (Halliday)
- d) Perspectiva sociorretórica de caráter etnográfico voltada para o ensino de segunda língua (Swales, Bhatia)
- e) Perspectiva interacionista e sociodiscursiva de caráter psicolinguístico e atenção didática voltada para língua materna (Bronckart, Dolz, Schneuwly)
- f) Perspectiva da análise crítica (N. Faisclough; G. Kress)

g) Perspectiva sociorretórica/sócio-histórica e cultural (C. Miller, Bazerman, Freedman)

A listagem acima serve para mostrar o quanto os estudos de gêneros textuais se desenvolveram em diferentes perspectivas e fontes teóricas. Obviamente, não aprofundaremos cada um dos autores citados, com exceção de Bakhtin (2003), Swales (1990, 1992, 1998, 2004) e Bhatia (1992). O primeiro autor é fundamental para as mudanças paradigmáticas de estudo e análise de gênero e os dois últimos apresentam em seus estudos a concepção sociorretórica de caráter etnográfico para ensino de segunda língua, concepção esta adotada por nós na análise de nosso *corpus*. Fato é que os estudos de gêneros são variados e abordam diferentes perspectivas, o que, conseqüentemente, faz surgir uma vasta gama de possibilidades de análise, tornando as pesquisas de gênero muito mais uma questão de escolha do que propriamente a construção de uma grande área homogênea.

Marcuschi (2008) apresenta ainda algumas considerações importantes sobre a perspectiva atual de aplicabilidade do estudo de gênero. Primeiramente, o autor parte da premissa de que é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto e, conseqüentemente, por algum tipo de gênero. Portanto, estamos submetidos a uma vastidão de gêneros textuais, que por sua vez, acompanham as mudanças de paradigmas sociais, se reatualizam e se reinventam, de acordo com as necessidades dos sujeitos que deles fazem uso.

Os estudos de diversos autores foram primordiais para que se mudassem os paradigmas a respeito das concepções de gênero textual. Um desses autores é Bakhtin (1992). Os estudos desse autor merecem ser revisitados, ainda que brevemente, em trabalhos que tratam sobre gêneros textuais. É dele a obra *Estética da criação verbal* em que consta a Teoria da enunciação – fundamental para a ampliação da noção de gênero. Esta teoria considera os enunciados como unidades da comunicação verbal que “têm sua abertura e fechamento marcados pelas fronteiras com enunciados ulteriores e com a possibilidade de uma atitude responsiva ativa do interlocutor” (BERNARDINO, 2000, p.14). Sobre a Teoria da enunciação de Bakhtin, Biasi-Rodrigues (1998, p.10) faz uma interessante síntese. Vejamos:

A sua abordagem amplia a concepção aristotélica de gênero, englobando discursos orais e escritos de naturezas diversas e subclassificando os gêneros em primário (simples) e secundário (complexo). Os gêneros primários, como a conversação oral cotidiana e a carta pessoal, “são constituídos em circunstâncias de comunicação verbal espontânea” [...] e os gêneros secundários, que compreendem o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico, entre outros, “aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sócio-política”.

Bakhtin (1992, p. 282) sintetiza sua concepção de gênero e, principalmente, traz à tona a necessidade de se conhecer claramente a natureza dos gêneros da seguinte forma:

Qualquer trabalho de pesquisa acerca de um material linguístico concreto lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos ou orais) que se relacionam com as diferentes esferas da atividade verbal... é delas que os pesquisadores extraem os fatos linguísticos de que necessitam. Uma concepção clara sobre a natureza dos gêneros é, pois, indispensável para qualquer estudo linguístico. Ignorar os gêneros que marcam as variedades discursivas é cair no formalismo, na abstração, é desvirtuar-se do histórico.

Segundo Bakhtin (1992), três fatores delimitam o acabamento dos enunciados vistos do interior do discurso e são eles: o tratamento exaustivo do tema; o intuito do locutor; as formas típicas de estruturação dos gêneros. Trata-se de fatores que compõem qualquer ato verbal e independe dos gêneros em que possam se manifestar, como em uma narrativa pessoal, em uma argumentação em defesa de direitos sociais ou mesmo na descrição técnica de um produto industrial etc.

A partir do que foi dito até aqui é possível perceber a presença do gênero no discurso: é através de um determinado gênero textual que se faz a composição dos enunciados que, por sua vez, possuem propósitos comunicativos. A escolha de um gênero se dá por necessidades específicas da interação humana, e ao produzirmos um texto não o fazemos de forma aleatória e livre, já que moldamos nossas escolhas baseadas em diferentes aspectos, seja o léxico, o grau de formalidade, a função comunicativa etc.

A compreensão sobre a estreita ligação existente entre gênero e sociedade confirma a ideia de que gênero não deve ser dissociado da realidade social, do contexto histórico e das relações humanas que o produzem, em qualquer época. A complexidade desse processo fez surgir uma área interdisciplinar com seu foco no funcionamento da língua e voltada para atividades sociais e culturais. Logo,

a concepção taxonômica de gêneros estanques, sujeitos a uma catalogação fechada, classificável e rígida se torna algo absolutamente abstrato.

Os fatores de produção dos gêneros textuais e seus propósitos comunicativos são bem mais emblemáticos, já que são, resumidamente, “formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem, temos que ver os gêneros como entidades dinâmicas” (MARCUSCHI, 2008, p.156). No tópico seguinte, nos deteremos especificamente aos trabalhos de Swales (1990, 1992, 1998, 2004) cuja concepção de gênero textual, bem como o modelo de análise, foram de extrema importância para nossa análise de gêneros.

### **2.2.2 A teoria de gênero na perspectiva de Swales**

Neste subtópico trataremos as contribuições de John Swales (1990, 1992, 1998, 2004), cujas pesquisas foram voltadas para estudos do Inglês para Propósitos Específicos, uma vertente teórica capaz de mostrar como diferentes influências e mudanças dos propósitos comunicativos podem operar nas contribuições discursivas escritas ou faladas de grupos sociais.

Swales tornou-se referência em trabalhos de análise de gêneros a partir da publicação, em 1990, da obra *Genre Analysis: English in academic research settings*, com propostas inovadoras e uma metodologia baseada em *corpus*. Desde a primeira publicação da obra até aqui, Swales vem aperfeiçoando seus conceitos em trabalhos publicados em 1992, 1998 e 2004 etc.

As ideias propostas por Swales - e que fazem deste um dos nomes mais influentes nos estudos de gênero - foram construídas ao se levar em consideração as complexidades dos fatores sociais como determinantes para a construção de determinados tipos de discurso.

O autor fornece fundamentos epistemológicos que justificam análises que tratam, primordialmente, das influências sociais na construção de gêneros no discurso. Para melhor delinear a teoria de Swales (1990), além dos estudos do próprio teórico, utilizaremos também os trabalhos de Biasi-Rodrigues (1998) e

Bernardino (2000), que utilizaram em suas pesquisas a teoria e o modelo de análise deste autor.

Primeiramente, é preciso salientar que o modelo de estudo proposto por Swales (1990) no que se refere a gêneros, foi desenvolvido para responder questões de ensino e pesquisa do inglês padrão ministrado nas Universidades. Para isso, o autor focaliza o estudo de gênero como um caminho de análise para o estudo do discurso, seja falado ou escrito, para fins aplicados que não se pretende definitivo, “mas suficiente para dar conta de uma preocupação pragmática com o desenvolvimento da competência comunicativa em estudantes universitários, falantes nativos e não-nativos do inglês padrão (BERNARDINO, 2000. p. 16).

Swales (1990), apesar de ter desenvolvido seus estudos com foco em gêneros acadêmicos, fez da sua teoria de grande utilidade para a análise de inúmeros outros tipos de gêneros textuais, não necessariamente acadêmicos, como forma de explicitar certos fenômenos que se encontram articulados em meio à língua e ao contexto social em que o gênero foi produzido.

Nossa pesquisa, que analisou portarias do século XVIII, encaixou-se perfeitamente no modelo de análise de Swales (1990), já que são textos produzidos com certo grau de formalidade e, para garantir sua legitimação, precisavam ser expedidos por esferas do poder administrativo da época e seguir determinado modelo e estrutura, tais quais os gêneros acadêmicos, que precisam, para serem configurados como tal, serem produzidos pela comunidade acadêmica e seguir modelos formais mais ou menos estáveis acordados dentro desta mesma comunidade.

Para compreender os fundamentos epistemológicos da teoria de Swales, é salutar trazer a observação de Biasi-Rodrigues (1998, p.12) ao acrescentar que a abordagem deste autor “contempla três noções básicas em função de como os gêneros estão relacionados aos seus usos e aos seus usuários: comunidade discursiva, gênero e tarefa (ou propósitos comunicativos)”. Embora as três noções estejam intimamente ligadas, acreditamos que, expondo os conceitos de cada uma separadamente, facilitaremos a compreensão de cada uma.

### 2.2.2.1 Comunidades Discursivas

Um dos conceitos mais importantes para se entender e aplicar a teoria de Swales (1990) é o conceito de comunidade discursiva e é também o mais problemático, como mostraremos adiante. Segundo a proposta de análise de Swales, os gêneros textuais são produzidos em contextos específicos, além de refletirem e influenciarem práticas discursivas no interior de uma comunidade de fala socialmente construída, as comunidades discursivas (doravante CD). Sucintamente, definiu uma CD da seguinte forma:

Comunidades discursivas são redes sociorretóricas que se formam afim de atuar em torno de um conjunto de objetos comuns. Uma das características que os membros estabelecidos dessas comunidades possuem é a familiaridade com gêneros particulares que são usados em causas comunicativas desse conjunto de objetivos. Em consequência, gêneros são propriedades de comunidades discursivas; o que quer dizer que gêneros pertencem a comunidades discursivas, não a indivíduos, a outros tipos de grupos ou a vastas comunidades de fala. (SWALES, 1990, p.19).

O conceito de comunidade discursiva é primordial para entender o que vem a ser gênero em Swales (1990). Para o autor, as duas coisas estão intimamente ligadas, à medida que os gêneros são construídos no interior de uma CD, ao mesmo tempo em que uma CD se constrói por gêneros. No entanto, o próprio Swales adverte que não é fácil reconhecer uma CD e nem que critérios são válidos para identifica-la (BIASI-RODRIGUES, HEMAIS e ARAÚJO, 2009). A seguir, vejamos detalhadamente cada critério:

1. Uma CD tem um acordo quanto aos objetivos públicos comuns: é o critério mais importante dentro de uma CD, já que “é o conjunto de objetivos que os usuários dos gêneros mantêm em comum” (BIASI-RODRIGUES, HEMAIS e ARAÚJO, 2009, p. 23).

2. Uma CD tem mecanismos de intercomunicação entre seus membros: este critério estabelece que a comunidade não precisa manter contato direto, mas deve interagir através de mecanismos comunicativos comuns.

3. Uma CD utiliza mecanismos para promover participação e *feedback*: diz respeito ao fato de que os membros de uma CD devem partilhar as mesmas informações.

4. Uma CD utiliza e compartilha o conhecimento de um ou mais gêneros: Também trata-se de um critério de fundamental importância para a teoria de Swales, uma vez que “os conceitos de gênero e comunidade discursiva encontram-se indissociavelmente ligados em sua teoria” (BERNARDINO, 2000, p.26). Assim chega-se ao caráter funcional dos gêneros, importantes “como espaço verbal da interação das comunidades discursivas e revelam os propósitos comunicativos dessas comunidades, assim como as estratégias de organização retórica que realizam estes propósitos” (BERNARDINO, 2000, p.26)

5. Uma CD deve compartilhar um léxico específico: este critério ressalta que o léxico deve ser fortemente partilhado dentro de uma CD.

6. Uma CD deve manter equilíbrio entre os membros "experts" e os membros iniciantes: este critério pontua que deve haver um equilíbrio entre os sujeitos que já possuem bom domínio dos gêneros que fazem parte daquela comunidade discursiva com os sujeitos que ainda estão adquirindo as habilidades de interação com os gêneros. Porém, ambos os sujeitos são necessários para a manutenção e desenvolvimento daquela comunidade.

Tais critérios foram considerados bastante rígidos e problemáticos, suscitando uma série de críticas ao conceito de CD. Embora reconheçamos as limitações destes critérios, faremos uso deles na descrição da CD produtora de nosso *corpus*, conforme justificativa a ser apresentada no subtópico 4.1.4.

Em obra posterior, Swales (1992) se encarregou de fazer modificações nos conceitos de comunidade discursiva de forma a deixar esses critérios menos problemáticos. Desta forma, os conceitos de alguns critérios foram ampliados e tornaram-se mais flexíveis.

Conforme a flexibilização de 1992, os mecanismos de participação em uma CD estão abertos à inserção do novo na comunidade e não apenas limitados a promoverem o *feedback*, modificando o critério 03, admitindo-se que as práticas sociais podem ser inovadas, aflorando novos gêneros para o uso que se diversifica, sem, no entanto, descaracterizar a comunidade.

Outras importantes mudanças dizem respeito ao léxico – critério 05 – admitindo-se que este não se encontra prontamente definido, mas está em busca de uma *terminologia específica*; e a questão da admissão de novos membros – critério 06 – ressaltando que há uma relação de hierarquia entre os membros, implícita ou explícita, porém esta se constrói por fatores muito diversificados e nem sempre objetivos.

Pode-se dizer que as reformulações dissolveram a ideia de que uma CD seria um grupo existente e estável, além de promoverem a noção de evolução do grupo, com a possibilidade do novo, que também possibilita caracterizar a comunidade discursiva (BIASI-RODRIGUES, HEMAIS e ARAÚJO, 2009).

Os problemas envolvendo a definição de uma CD, no entanto, não acabaram com as modificações de 1992. Swales (1998) retoma a discussão e admite a possibilidade de conflitos dentro de comunidades discursivas e discute, dentre outras coisas, sobre abrangência das mesmas, ou seja, as dificuldades para delimitar o grupo de pessoas que faz parte de uma CD. A noção de CD, a partir de 1998, passa a se chamar “teoria de comunidade discursiva” (SWALES, 1998, p. 197) que segundo Biasi-Rodrigues, Herais e Araújo (2009, p. 25) se dá da seguinte forma:

Swales propõe o conceito de comunidade discursiva de lugar como um grupo de pessoas que regularmente trabalham juntas e têm uma noção estável dos objetivos do grupo, ao mesmo tempo em que percebem a possibilidade de haver mudança nos objetivos. A comunidade de lugar desenvolve os gêneros de acordo com os objetivos e as propostas do grupo. Os gêneros, por sua vez, constituem uma rede interativa de comunicação e representam o meio pelo as atividades da comunidade são validadas fora do seu ambiente.

Percebe-se claramente que os critérios tornaram-se mais amplos, tomando uma CD como espaço de interação entre membros que convivem e trabalham com objetivos em comum e utilizam-se do gênero como forma de comunicação. A nova visão permitiu com que uma CD também possa comportar divergências, preconceitos e desuniões entre os membros.

### 2.2.2.2 Gêneros

Para caracterizar um gênero, em consonância com os fundamentos que regem a noção de comunidade discursiva, Swales (1990) aponta cinco características:

**Classe:** categoria que congrega textos semelhantes (em vários aspectos) pertencentes ao mesmo gênero.

**Propósito comunicativo:** gêneros que têm em comum os mesmos propósitos comunicativos. Tal critério, posteriormente, tornou-se muito problemático, como será exposto adiante.

**Prototipicidade:** o texto que cumpre as características de um gênero será reconhecido como pertencente àquela classe de eventos comunicativos.

**Razão subjacente:** a razão de existir do gênero, as convenções cumpridas em nome dos propósitos comunicativos relacionados a determinado gênero.

**Terminologia:** trata-se da nomeação dos gêneros pela comunidade discursiva para seu próprio uso.

É notório que os critérios acima fazem com que o reconhecimento de um gênero se dê a partir de características sociais. Essa visão interativa entre gênero e sociedade quebra com abordagens puramente formais que entendiam o gênero apenas como modelos estanques e sendo necessário, portanto, entender que o gênero é produto de uma sociedade dinâmica e essa transfere ao mesmo suas crenças e valores, tornando-o um produto que cumpre uma função comunicativa e ao mesmo tempo expõe marcas de uma organização social. Com base nas características expostas, Swales conceitua um gênero da seguinte forma:

(...) uma classe de eventos comunicativos através dos quais os membros de uma comunidade discursiva partilham um conjunto de propósitos comunicativos que constituem a racionalidade do gênero. Essa racionalidade molda a estrutura esquemática do discurso e influencia e limita escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é um critério privilegiado e opera para manter o escopo de um gênero aqui concebido como uma ação retórica comparável. Em adição ao propósito, exemplares

de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e audiência. Se todas as expectativas referentes à caracterização de um gênero forem alcançadas, o exemplar será visto como protótipo para uma comunidade discursiva. Os nomes dos gêneros produzidos por determinadas comunidades e importados por outras possui grande valor etnográfico, mas necessita de validação posterior. (SWALES, 1990 p.58).

O autor defende que a organização do gênero reflete, necessariamente, a organização da comunidade discursiva que o produziu. Logo, um trabalho de descrição de gênero é também uma forma de descrever funcionamentos sociais, materializados linguisticamente através dos gêneros.

Swales (1990) salienta a necessidade de se reconhecer os propósitos comunicativos como forma de determinar um gênero, além de considerar este fator como um critério importante para análise de gêneros textuais. Em publicações posteriores, porém, questionou tal afirmação e admitiu que os propósitos comunicativos representam fatores complexos, não sendo estes de fácil reconhecimento em diversos gêneros textuais, já que alguns podem ter inúmeros propósitos comunicativos, alguns mais explícitos do que outros. Outro problema é que a identificação dos propósitos comunicativos iniciais de um gênero textual não necessariamente se confirmará após a análise. Biasi-Rodrigues (2007, p. 729) salienta que “muitas vezes, se reconhece à primeira vista um propósito do gênero, de caráter mais geral, que permite reunir um conjunto de práticas desse gênero numa mesma classe”.

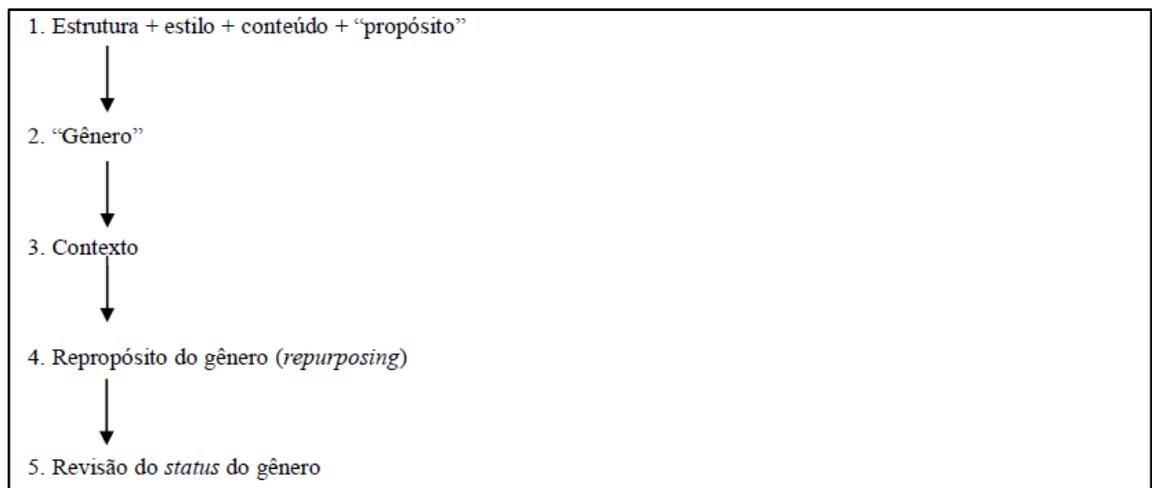
Askehave (1999) enriquece a noção apresentada no parágrafo anterior, ao pontuar que, se aceitamos a ideia de que gêneros textuais servem a diferentes propósitos comunicativos, então não podemos considerar tais propósitos como critério principal para a definição de um gênero. O autor parte do princípio de que os propósitos comunicativos só são identificados a partir de uma análise criteriosa e cuidadosa o que torna problemática a definição de um gênero imediatamente a partir desses propósitos. Tal perspectiva entende que os propósitos comunicativos não devem ser utilizados como critério primordial na classificação de um gênero e fez surgir um novo conceito e forma de análise, utilizando-se para isso o termo *repropósito*.

### 2.2.2.3 Repropósito

O exercício do repropósito permite que o pesquisador “refine”, após a análise, os propósitos comunicativos, que por sua vez podem ser ampliados, revistos etc. Biasi-Rodrigues (2007, p. 729) diz que “depois, num olhar mais atento, alguns propósitos específicos vão levando o pesquisador a fazer reagrupamentos e a identificar modalidades/variantes do mesmo gênero ou, até mesmo, subversões do propósito e do gênero”.

Essa nova forma de análise tem como finalidade capturar o tipo de experiência investigativa utilizada na pesquisa a partir de dois modelos sistemáticos: textual ou linguístico e contextual ou etnográfico. Para conceituar o primeiro modelo sistemático é interessante observarmos a figura abaixo:

**Figura 01 - Modelo de análise do repropósito do gênero de caráter textual ou linguístico**



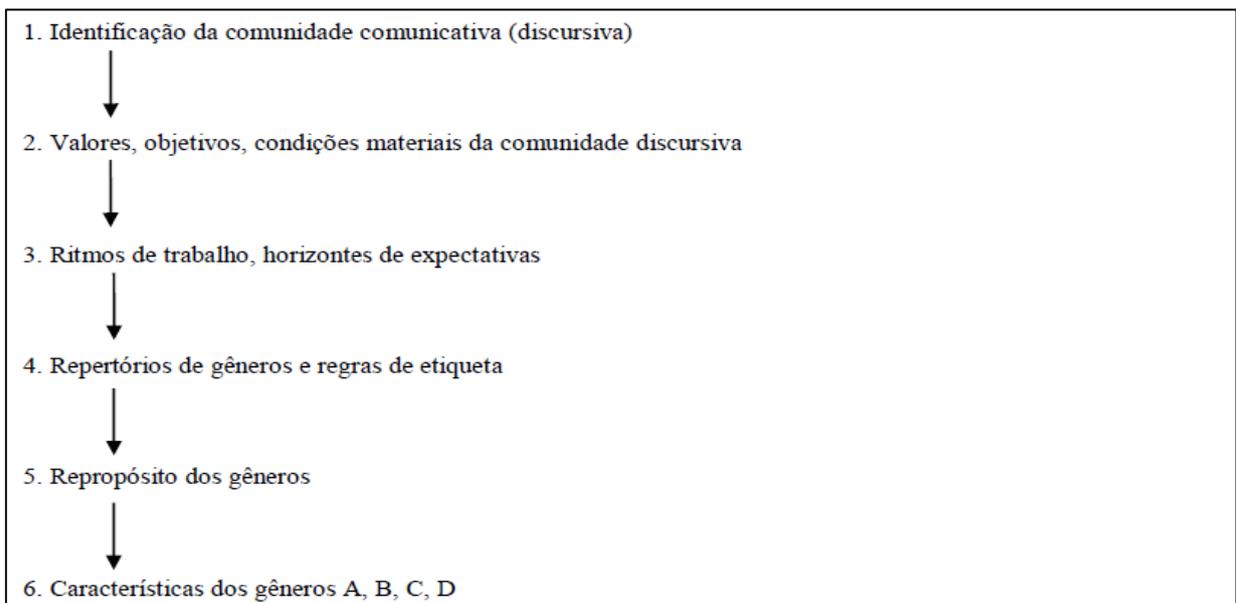
Fonte: Askehave, Swales (2001, p. 207, tradução nossa).

Percebe-se que o modelo acima parte da estrutura do texto, para se chegar ao gênero, em seguida ao contexto, posteriormente ao exercício do repropósito e, por fim, à revisão do *status* do gênero. Observe-se que as palavras propósito e gênero estão entre aspas, indicando condição provisória dentro do modelo de análise, podendo essa ser revista da passagem de um critério para outro. Isso que dizer que o reconhecimento inicial dos propósitos comunicativos serve, neste contexto, para uma definição provisória do gênero, podendo ser revistos

(repropósito) a partir da análise contextual em que o gênero foi produzido, mantendo ou modificando este gênero.

A figura a seguir conceitua o segundo modelo sistemático que parte, primeiramente, do contexto:

**Figura 02 – Modelo de análise do repropósito do gênero de caráter contextual ou etnográfico**



Fonte: Askehave, Swales (2001, p. 208, tradução nossa).

Dessa vez, o ponto de partida do analista de gêneros é o contexto para, após cada etapa descrita acima, se chegar ao gênero textual. O analista, primeiramente, irá se debruçar sobre uma comunidade discursiva, entender suas características principais, culturais e hierarquias, para então partir para a análise propriamente dita e, para finalizar, fazer o exercício do repropósito.

Tanto o primeiro esquema quanto o segundo levam em consideração o caráter dinâmico dos gêneros, uma vez que estes estão sujeitos à constantes mudanças da própria evolução social dos contextos em que estão inseridos e que por isso devem ser sempre revisados.

Cabe ao analista de gêneros o desenvolvimento de métodos para a apreciação e reconhecimento desses propósitos, o que não cabe exclusivamente ao analista é o poder de classificar os propósitos comunicativos sem a apurada análise

de um *corpus*, uma vez que o reconhecimento desses propósitos precisa ser feito a partir de critérios objetivos e não baseados puramente na sensibilidade subjetiva do analista.

### 2.2.3 A teoria de gênero na perspectiva de Bhatia

As ideias de Vijay Bhatia (1993) são importantes para nossa pesquisa, não só porque este autor traz importantes contribuições para a análise de gêneros textuais, mas também pela sua dedicação ao estudo da língua escrita em documentos públicos, jurídicos e empresariais, o que, por si só, já justifica sua presença em nosso trabalho, uma vez que as portarias analisadas constituíram-se, em seu contexto de circulação original, como documentos da esfera pública político-administrativa da capitania do Ceará.

Um dos princípios norteadores do trabalho de Bhatia (1993) está centrado na pergunta: “Por que um determinado gênero é escrito de uma determinada maneira?”. Por meio dessa pergunta já se percebe que a preocupação do autor não está em descrever simplesmente as formas presentes no texto, mas sim em uma descrição baseada no uso da língua.

A concepção de gênero defendida por Bhatia (1993) traz grandes influências da teoria de Swales (1990), porém, ao analisar a concepção de gêneros proposta por este autor, Bhatia pondera que a definição swalesiana tende a ignorar aspectos psicológicos que também contribuem para o caráter dinâmico dos gêneros. Assim, o autor pontua que:

Swales oferece uma boa fusão de fatores linguísticos e sociológicos na sua definição de gêneros, entretanto, ele subestima os fatores psicológicos, diminuindo a importância dos aspectos táticos da construção de gêneros, o que desempenha um papel significativo no conceito de gênero como um processo social dinâmico e não como um processo estático (BHATIA, 1993, p. 16).

Bhatia acredita que cada gênero é uma forma de comunicação exitosa na qual se utilizam recursos linguísticos e discursivos e oferece para isso a seguinte definição:

Gênero é um reconhecido evento comunicativo caracterizado por um conjunto de propósitos comunicativos identificados e mutuamente

entendidos por membros da comunidade acadêmica ou profissional em que ocorrem regularmente. Frequentemente, o gênero é altamente estruturado e convencionalizado com restrições quanto a contribuições admissíveis em termos de intenção, posicionamento, forma e valor funcional. Essas restrições, porém, são constantemente exploradas por membros experientes da comunidade discursiva para alcançar intenções particulares dentro de um quadro de propósitos socialmente reconhecidos (BHATIA, 1993, p. 13).

Bhatia coloca ainda que a análise de gêneros é necessariamente multidisciplinar e, portanto, demanda saberes de diferentes áreas, cada qual com sua contribuição ou relevância para a análise que se quer fazer, como no caso de nossa análise, que precisou, para ser feita, mergulhar na história do Brasil colonial, em especial a capitania do Ceará. O autor sugere três passos que ajudam a fazer uma análise de gêneros coerente e significativa.

O primeiro passo privilegia aspectos linguísticos do texto (gramaticais, lexicais, retóricos, estilísticos etc). Bhatia (1993), no entanto, parte da premissa de que uma análise meramente linguística com fim nela mesma diz muito pouco sobre a natureza interacionista dos gêneros textuais. Desta forma, o autor propõe algumas perguntas norteadoras para a análise linguística:

1. Como esses traços linguísticos elaboram as realidades sociais em um determinado campo de estudo ou profissão?
2. Por que usuários de um determinado gênero usam esses traços e não outros?
3. O uso desses traços representa convenções específicas em um determinado gênero, e se isso for verdade, o que acontece se alguns praticantes tomarem algumas liberdades em relação a essas convenções?

O segundo passo tem caráter mais voltado para um viés sociológico, pois entende que um determinado gênero comunica uma realidade social. Assim, Bhatia (1993) afirma que:

Esse aspecto da análise de gênero enfatiza que o texto por si mesmo não é um objeto completo possuindo significado em si mesmo; ele deve ser considerado como um contínuo processo de negociação no contexto de questões, tais como, papéis sociais, propósitos do grupo, preferências profissionais, e organizacionais e pré-requisitos, e mesmo restrições

culturais. Um conhecimento exaustivo do contexto sociológico fornece uma das mais importantes contribuições a que Geertz (1973) se refere como uma densa descrição de qualquer realidade social, incluindo o comportamento linguístico de qualquer realidade social de qualquer comunidade de fala, acadêmica e profissional (BHATIA, 1993, p.18).

Através do texto acima, percebe-se a importância do contexto social não só na confecção de determinado gênero textual, mas também na compreensão dos mesmos por membros inseridos em uma determinada comunidade discursiva. O autor acrescenta que a análise de aspectos sociológicos pode tornar mais evidente os recursos linguísticos utilizados para fins sociais, ao passo que os linguistas podem enriquecer seus estudos através das explicações de caráter sociológico. O autor enfatiza ainda que “os aspectos sociológicos da análise de gêneros focalizam as convenções e os traços padronizados das construções dos gêneros, e dá respostas relevantes, embora não linguísticas”, e completa com a seguinte pergunta: “Por que os membros do que os sociólogos chamam de ‘culturas secundárias’ escrevem da forma que escrevem”? (BHATIA, 1993, p.19). Neste contexto, podemos entender as culturas secundárias como algo semelhante às comunidades discursivas em Swales (1990), caracterizadas no subtópico anterior.

O terceiro passo recomendado por Bhatia (1993) é de natureza psicológica ou psicolinguística. Neste passo, são focalizados aspectos táticos ou estratégicos na construção de um gênero. O autor salienta que os aspectos psicolinguísticos têm a ver com as estruturas cognitivas, ao passo que os aspectos táticos refletem estratégias individuais que o escrevente faz a fim de tornar sua escrita mais eficiente e possa alcançar os propósitos comunicativos a que se propõem. Saliente-se ainda que tais estratégias dependem de vários fatores como as restrições na qual o gênero está submetido, o meio em que o gênero foi produzido e o meio em que circula, o público a qual se destina etc. O autor chama atenção para o fato dessas estratégias não serem discriminativas e não alterarem o propósito comunicativo principal do gênero (Bhatia, 1993). Não se deve confundir propósito comunicativo com o gênero propriamente dito, uma vez que dois gêneros diferentes podem ter o mesmo propósito comunicativo, como um anúncio impresso e um anúncio na televisão, por exemplo. Essas estratégias de caráter psicológico ou psicolinguístico residiriam, portanto, no equilíbrio das escolhas pessoais dos escreventes e o propósito e protocolo formal do gênero.

Já as estratégias discriminativas seriam aquelas que alterariam de maneira profunda a natureza do gênero, ao inserirem elementos novos que alteram os propósitos comunicativos do gênero, fazendo com que este se divida em subgêneros. Um exemplo prático seriam textos como reportagens esportivas, por suas radicais diferenças com a uma reportagem política, por exemplo; as entrevistas, que comportam um grande número de variações etc. Bhatia (1993), no entanto, reconhece as dificuldades em elencar fronteiras claras para a distinção de gêneros e subgêneros.

Segundo Bhatia (1993) o propósito comunicativo de um gênero está inevitavelmente presente na estrutura cognitiva deste gênero e, portanto, apresenta uma regularidade típica organizacional dentro deste. O autor afirma que estas regularidades devem ser tomadas como cognitivas, pois “refletem as estratégias que os membros de uma determinada comunidade de discurso profissional tipicamente usam na construção e no entendimento daquele gênero para alcançar propósitos comunicativos específicos” e então refletem “o conhecimento social convencional e acumulado disponível a uma determinada comunidade do discurso” (p. 21).

De grande relevância em sua teoria, Bhatia (1993) propõe alguns passos metodológicos que, embora não sejam utilizados de forma sistemática em nossa pesquisa, orientaram muitos dos passos metodológicos utilizados por nós. Vejamos:

1. Colocar o texto-gênero em um contexto situacional
2. Levantar a literatura existente entre o gênero em questão
3. Refinar a análise contextual/situacional
4. Selecionar o *corpus*
5. Estudar o contexto institucional
6. Níveis de análise linguística
7. Informações especializadas para análise de gêneros

Cada um dos pontos colocados acima apresenta desdobramentos/implicações que não serão detalhados aqui. O mais importante é observar o quanto para o autor uma análise de gêneros está atrelada ao conhecimento do contexto situacional, bem como o levantamento do que já foi produzido a respeito do gênero analisado, além de uma base metodológica que permita ao analista fazer uma análise sistemática.

As concepções de gênero e análise de gênero dos dois autores citados, expostas até aqui, foram aplicadas direta ou indiretamente ao conjunto de portarias utilizadas em nossa pesquisa, visando responder as perguntas feitas na introdução deste trabalho. A aplicação dos conceitos destes autores, em especial os de Swales, permitiu uma análise sistemática e dialógica com o contexto social e histórico em que os textos foram produzidos originalmente. A seguir, apresentamos mais especificamente o modelo utilizado para análise.

#### **2.2.4 O modelo CARS de análise**

Para um exame minucioso da estrutura das portarias que compõem o *corpus* desta pesquisa, no que diz respeito à distribuição das informações, tomamos por base o modelo CARS (*Create a research space*)<sup>2</sup> de Swales (1990). Para se entender esse modelo de análise é importante conceituar como este foi desenvolvido e com que propósitos. Primeiramente, Swales (1981) analisou um *corpus* de 48 introduções de artigos de pesquisa e, posteriormente, 110 introduções de três áreas diferentes: física, psicologia e educação. Os resultados dessas pesquisas apontaram a regularidade de quatro grandes unidades de conteúdo informacional, chamadas de *moves*<sup>3</sup> - movimentos -, a saber:

---

<sup>2</sup> A sigla CARS será mantida sempre que nos referirmos a este modelo neste trabalho, por ser amplamente citada na literatura dessa forma.

<sup>3</sup> A denominação *move* - movimento será usada apenas nesta seção. No decorrer deste tópico, na metodologia e análise de dados, utilizaremos o termo *unidade retórica* por considerarmos tecnicamente mais adequada. Ressalte-se, porém, que se trata de uma escolha nossa e que outros autores traduzem por outros termos.

### Figura 03 - Modelo CARS para introduções de artigos de pesquisas

- 
- Move 1** – Estabelecendo o campo de pesquisa
  - Move 2** – Sumarizando pesquisas prévias
  - Move 3** - Preparando a presente pesquisa
  - Move 4** – Introduzindo a presente pesquisa
- 

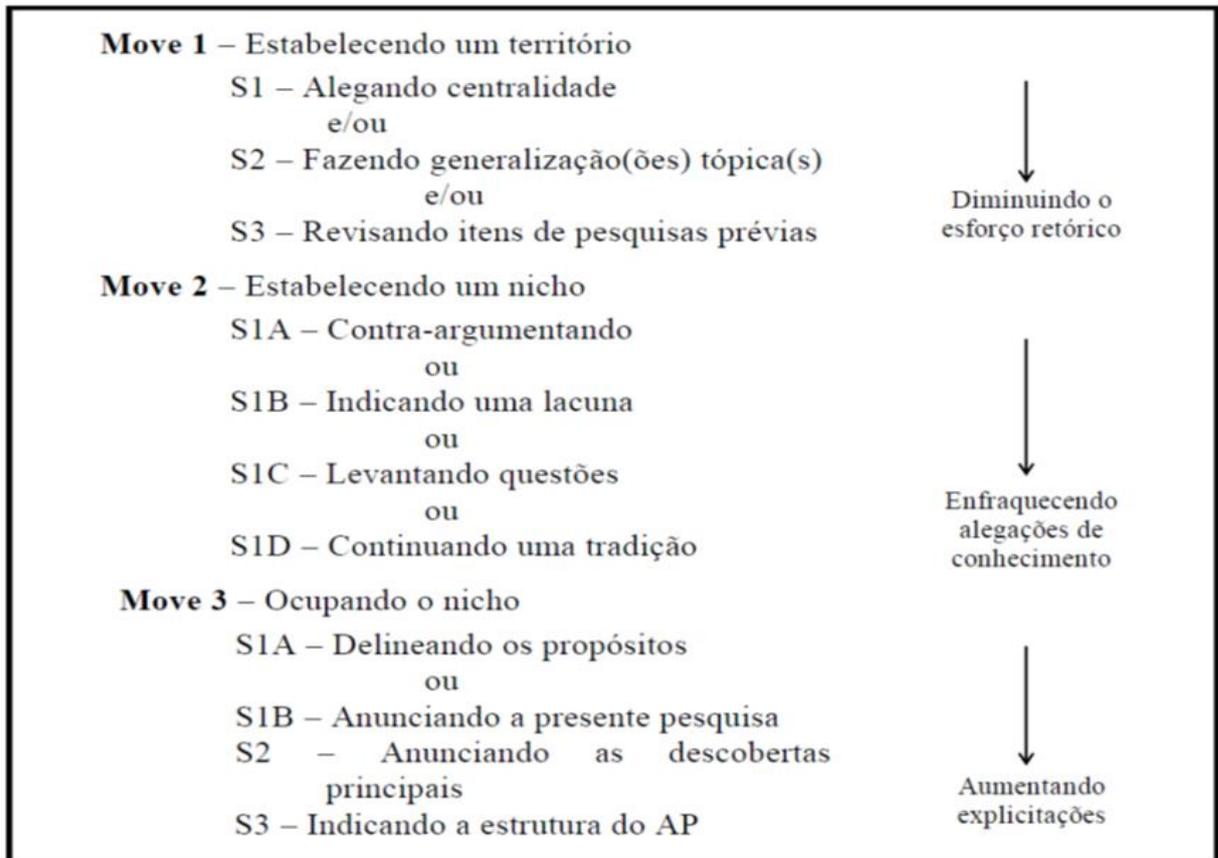
Fonte: Swales *apud* Biasi-Rodrigues (1998).

Sobre a organização retórica encontrada por Swales (1981), Biasi-Rodrigues (1998) faz uma interessante leitura:

Essa primeira versão do modelo, limitada a quatro moves, espelha a estrutura de APs, em que o autor/escritor comumente apresenta ao leitor a área em que se insere a sua pesquisa (*move 1*), faz referência a pesquisas já desenvolvidas, que oferecem subsídios de continuidade ou de contestação (*move 2*), descreve sucintamente a presente pesquisa, indicando objetivos, hipóteses, métodos (*move 3*), e mostra aspectos da sua relevância dentro do cenário em que se desenvolveu (*move 4*). (BIASI-RODRIGUES, 1998, p. 24).

Apesar da especificidade em nomear os moves, Swales (1990) não havia apresentado um modelo completamente original. No entanto, o autor revisou o mesmo algum tempo depois, tornando-o mais detalhado e específico, reduzindo de quatro para três *moves*, acrescentando a cada *move* vários *steps* – passos - como é possível visualizar na figura abaixo:

**Figura 04 – Modelo CARS de análise para artigos acadêmicos**



Fonte: SWALES (1990, p. 141, tradução nossa).

Na figura acima são mostrados os três *moves* encontrados por Swales (1990) em sua análise de artigos acadêmicos. A grande novidade deste modelo foi a subdivisão desses *moves* em *steps*<sup>4</sup> - cada qual com um conteúdo informacional típico do gênero analisado - tornando a sua análise mais específica e criteriosa.

A nova proposta de Swales (1990) fez deste modelo um importante método de análise de *corpus* para algum gênero textual específico. Assim, para aplicar o modelo CARS, o pesquisador precisa delimitar um *corpus* significativo de textos a serem submetidos ao método analítico em questão. O pesquisador deve reconhecer - a partir do exame cada texto componente desse *corpus* - “uma organização retórica do gênero relativamente convencional e o reconhecimento de um comportamento retórico estabilizado por uma comunidade discursiva”. (BERNARDINO, 2000, p. 31).

<sup>4</sup> O termo *steps* – *passos* - será traduzido, no decorrer deste trabalho, por *subunidade retórica*. Ressalte-se que se trata de uma escolha nossa e que outros autores traduzem por outros termos.

Segundo Biasi-Rodrigues (1998), em sua explanação sobre o modelo CARS, *move* - ou unidade retórica - seria:

(...) uma unidade de conteúdo informacional dentro de uma estrutura hierárquica de distribuição das informações na arquitetura física do texto, com algumas formas opcionais de apresentação que podem ocorrer combinadas ou não, à escolha do autor. Essas escolhas ou mecanismos de condução das informações em cada unidade básica são denominadas, por sua vez, de subunidades retóricas (BIASI-RODRIGUES, 1998, p. 124).

Percebe-se então que as unidades retóricas são unidades informativas dentro do gênero, construídas a partir de subunidades que melhor organizam as informações das unidades retóricas que fazem parte. Tais unidades são retóricas porque tendem a se repetir nos textos reconhecidos como pertencentes a uma determinada classe de eventos comunicativos, que por sua vez constituem determinado gênero. Em outras palavras, um determinado texto, ao ser remetido a determinada organização de gênero textual, tende a apresentar uma organização retórica que o legitime e o faça ser reconhecido como pertencente àquela organização e não a outra. A organização retórica geral de um gênero é construída pela comunidade discursiva na qual este foi produzido.

As unidades retóricas possuem caráter funcional uma vez que realizam propósitos comunicativos para que os gêneros “funcionem” como instrumento de interação entre sujeitos em contextos de uso. Esse aspecto funcional remete imediatamente ao conceito de razão subjacente ao gênero visto no subtópico 2.2.2.2, já que a funcionalidade para a realização de certos propósitos/objetivos comunicativos faz com que o gênero exista.

É importante frisar que o método de análise CARS foi desenvolvido para ser aplicado, a priori, a gêneros acadêmicos e profissionais. Porém, a funcionalidade deste método é extensiva aos mais diferentes gêneros textuais e o que faremos nada mais é do que uma adaptação para nosso *corpus* - que não diz respeito a gêneros textuais acadêmicos ou profissionais.

Bernardino (2000) utilizou-se dos conceitos de gênero, comunidade discursiva e o modelo de análise CARS para investigar as construções discursivas, bem como propósitos comunicativos, em depoimentos de participantes do grupo

Alcoólicos Anônimos, provando a aplicabilidade do modelo CARS para gêneros não acadêmicos.

(...) o modelo CARS – *Create a Research Space* proposto por Swales (1990) foi desenvolvido para a análise de introduções de artigos de pesquisa e posteriormente estendido e adaptado para a análise de outros gêneros acadêmicos. Este fato poderia levar a um questionamento sobre a possibilidade de utilizar o modelo CARS para a análise de gêneros não-acadêmicos. Julgamos, entretanto, que tal utilização é possível, uma vez que são vários os grupos sociais que apresentam comportamentos sociais típicos e que, portanto, são passíveis de uma descrição que tome como elemento de análise a distribuição e a organização das informações no texto. Isto reforça a ideia de que a dimensão retórica é um aspecto essencial para a análise de qualquer gênero. Esta constatação conduz ao desafio de realizar a descrição dos comportamentos retóricos das várias esferas da atividade humana através da descrição de seus gêneros. (BERNARDINO, 2000, p. 32).

Em nossa pesquisa, o modelo CARS será o principal método de análise dos nossos textos e que, a partir do exame de nosso *corpus*, buscaremos entender que unidades retóricas estão presentes nas portarias analisadas, bem como as subunidades que as compõem.

### 2.2.5 O gênero portaria

Não se pode falar especificamente em algumas características do gênero portaria sem antes trazer novamente a reflexão sobre a natureza dos gêneros textuais. Vimos, no decorrer deste tópico, que os gêneros textuais constroem e são construídos dentro de uma complexa rede de relações formadas pela necessidade de interação e comunicação humana. Essa rede de relações é composta por diferentes propósitos comunicativos que ocorrem em diferentes níveis de formalidade, hierarquização, produção etc.

As reflexões do parágrafo anterior, aliadas aos estudos de Belloto (2002), nos são de grande valia para descrever as especificidades do gênero portaria, e perceber como esse gênero carrega uma utilidade formal e funções sociais administrativas/impositivas. Vejamos a definição de portaria segundo a autora:

(...) documento diplomático dispositivo de correspondência, descendente. Na administração colonial: ordem régia expedida em nome do soberano e que contém instruções sobre a aplicação de leis, normas de serviço, nomeações, demissões ou punições. Assemelha-se ao aviso, porém, ao contrário deste, não explicita o destinatário. (...) Na atualidade: ato pelo qual as autoridades competentes determinam providências de caráter

administrativo impõe normas, definem situações funcionais, aplicam penalidades disciplinares e atos semelhantes, com base em atos dispositivos exarados em jurisdições superiores. Protocolo inicial: PORTARIA, número, data (aqui ou no protocolo final), titulação. Texto: exposição, dispositivo. Protocolo final: subscrição e data (se não no início). (BELLOTTO, 2002, p. 79 e 80).

A conceituação da autora é de grande valia para se perceber que o gênero portaria, para ser reconhecido como tal e possuir poder legitimador, precisa ser produzido por uma comunidade discursiva autorizada a cumprir essa função socialmente. O gênero portaria, tanto no período colonial, quanto até mesmo atualmente, nas sociedades pós-modernas, carrega grande poder legitimador e impositivo, poder este construído a partir da funcionalidade deste gênero dentro da rede social da qual fez e faz parte.

Relacionando as perspectivas expostas até aqui e o nosso *corpus* de análise, fica claro que o que pretendemos é, sucintamente, entender quais funções as portarias cumpriam no contexto social que foram originalmente produzidas, através da descoberta de suas unidades retóricas e dos propósitos e princípios comunicativos de cada uma dessas unidades.

Em suas estruturas, é possível observar que possuem dados fixos e dados variáveis, daí emerge a inquietação para submetê-las a uma análise de gêneros que objetiva entender e explicar esses movimentos e que aspectos ligados à sociedade em que foram produzidas estas refletem.

Para finalizarmos este capítulo, é importante frisar que o que foi descrito até aqui serviu para contextualizar os campos do saber em que nossa pesquisa se insere, porém, não se pode esquecer que nosso estudo será baseado em textos que, convencionalmente, foram reconhecidos como pertencentes ao gênero portaria, provavelmente por guardarem semelhanças estruturais e, principalmente, compartilharem propósitos comunicativos parecidos, além de terem sido produzidos por uma mesma esfera política e histórica.

Note-se que o conjunto de portarias analisado em nossa pesquisa necessitou, primeiramente, de um resgate filológico, no qual as disciplinas auxiliares da Filologia se fizeram extremamente necessárias, como a Crítica textual, a Paleografia e a Diplomática e por isso merecem destaque em nossas páginas. Em

seguida, a percepção desses textos como produtos de uma complexa rede de relações sociais nos levou, inevitavelmente, a fazer a descrição de conceitos sobre gênero textual, fazendo um recorte teórico e metodológico, já que são inúmeras as possibilidades de estudo e aplicações práticas o que a temática relativa aos gêneros textuais é capaz de proporcionar. O que fizemos foi um recorte considerado por nós funcional para se entender os passos metodológicos adotados, bem como a nossa análise, que constituem os capítulos seguintes.

Encerramos este capítulo com a expectativa de que questões relativas ao trabalho filológico e as questões linguísticas, especialmente o estudo de gêneros textuais, tenham sido suficientemente claros para legitimar a análise que mostraremos no capítulo 4.

### 3 METODOLOGIA

O processo que envolve o resgate de textos - e posterior análise – precisa cumprir uma série de passos metodológicos necessários para o êxito da pesquisa. Tais passos envolvem desde o processo de escolha do gênero textual, a edição (*fac-similar* e *semidiplomática*) e a análise do *corpus*.

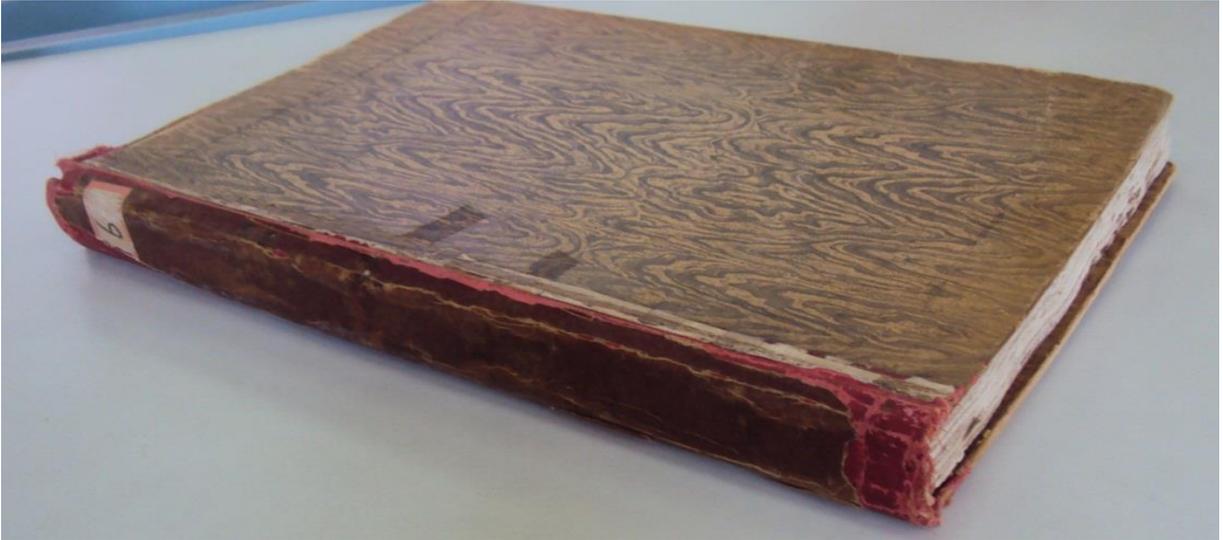
A metodologia que orientou esta pesquisa seguiu os pressupostos de Ximenes (2004, 2009), que sugere uma divisão metodológica em dois passos: “O primeiro diz respeito à análise *semidiplomática* dos manuscritos coletados que formam o *corpus* da pesquisa” (XIMENES, 2004, p. 24). É neste momento que o pesquisador situa seu *corpus* no tempo e no espaço. O segundo passo é a escolha de algum aspecto linguístico para ser analisado. Neste momento, faz-se salutar lembrar que a gama de possibilidades de análise é imensa, cabendo ao pesquisador - imerso no contexto em que sua pesquisa se situa - delimitar um aspecto da língua e um método de análise que se aplique ao seu *corpus*.

Neste capítulo, apresentaremos em detalhes os passos metodológicos divididos em subtópicos. O primeiro subtópico apresenta o *corpus* analisado; o segundo discorre brevemente sobre o contexto histórico de produção desse *corpus*; o terceiro conceitua os dois tipos de edição utilizados por nós neste trabalho: a *fotográfica* e a *semidiplomática*; o quarto apresenta todo o *corpus*, com dupla edição: *fotográfica* e *semidiplomática*; por fim, o quinto subtópico discorre especificamente sobre o modelo de análise CARS, apresentado no capítulo anterior, descrevendo passo a passo como se dará a aplicação em nossos textos.

#### 3.1 DAS CARACTERÍSTICAS DO *CORPUS*

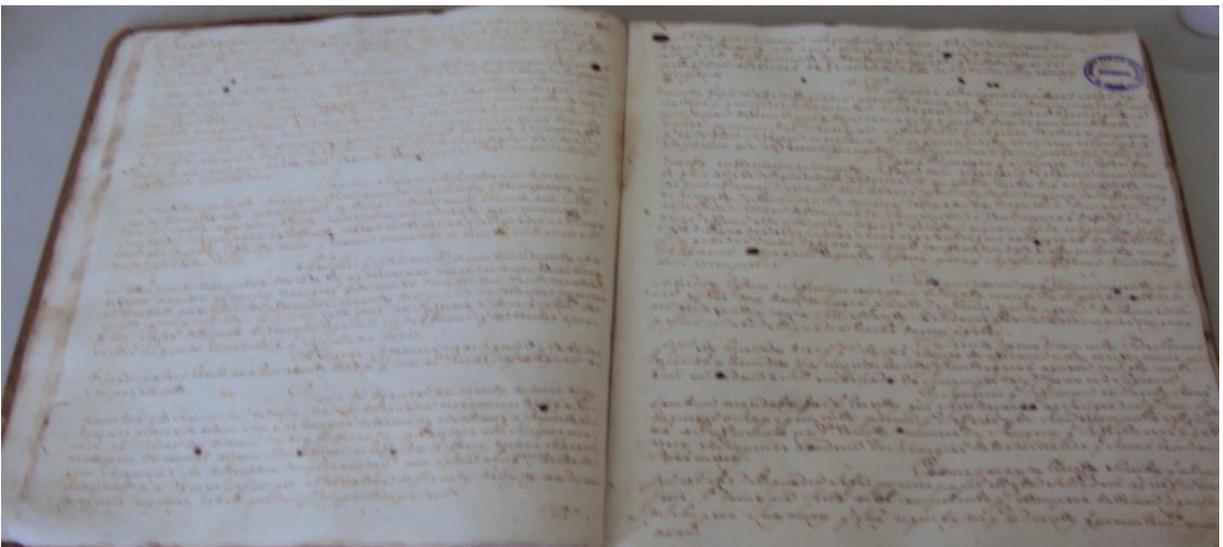
O *corpus* de nossa pesquisa é composto por quinze portarias originalmente escritas entre 1762 a 1780 e arquivadas no Arquivo Público do Estado do Ceará – APEC. As portarias estão armanezadas na caixa 27, em que constam documentos do fundo da capitania do governo do Ceará, escritas no livro 85, que conta com cem páginas totais, mas apenas setenta e seis escritas. Constam ainda no mesmo livro outros gêneros de documentos diplomáticos, como bandos, cartas e nomeações etc.

**Figura 05 – Livro em que consta nosso *corpus***



Fonte: Arquivo público do estado do Ceará- APEC

**Figura 06 – Livro em que consta o nosso *corpus***



Fonte: Arquivo público do estado do Ceará- APEC

## 2.2 DO CONTEXTO HISTÓRICO DO *CORPUS*

Entender o contexto histórico do *corpus* para que fosse feita a análise é também entender aspectos do período colonial brasileiro, em especial no Ceará do século XVIII. O Brasil colonial a que nos referimos possuía uma estrutura político-administrativa completamente diferente da organização das sociedades modernas. A figura do monarca era onipresente e regia quase todos os segmentos do período colonial. Os setores da vida pública e privada eram dependentes da coroa portuguesa.

O contexto histórico a qual nosso *corpus* pertence, incluindo a organização político-administrativa da época, são conceitos bastante caros a noção de comunidade discursiva que, como já bastante discutido no capítulo anterior, é fundamental para a análise sociorretórica de gêneros a qual este trabalho se propôs a fazer. Portanto, aprofundaremos o contexto-histórico do período acima citado no próximo capítulo, especialmente no subtópico 4.1.

### 3.3 DA EDIÇÃO

A edição constitui um dos passos essenciais do trabalho filológico, já que é neste momento que os textos voltam a se tornar acessíveis ao público leitor. Nosso trabalho utilizou-se de dois tipos de edição, a fotográfica e a semidiplomática, que caracterizaremos adiante.

#### 3.3.1 Da edição fotográfica<sup>5</sup>

A edição fotográfica é um recurso do mundo moderno a favor do resgate histórico de textos e é de extrema relevância, uma vez que os textos arquivados no APEC não podem ser levados para outros locais. A edição fotográfica consistiu em fotografar os textos, arquivando-os como arquivos digitais. Este recurso permite que o editor faça consultas ao manuscrito onde e quando quiser, além de permitir a conservação e reprodução desses textos em outros suportes, como apresentaremos no tópico 3.5, em que traremos as edições fotográficas de cada uma das portarias analisadas nesta pesquisa.

#### 3.3.2 Da edição semidiplomática

A edição semidiplomática é um rigoroso trabalho de transcrição dos textos e que exige atenção e cuidado para que esta transcrição seja a mais fiel possível. Para fazer a edição semidiplomática dos textos, seguimos as normas de edição do grupo de estudos PRAETECE (Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará), disponíveis no endereço eletrônico <http://praetece-ce.blogspot.com.br>. São elas:

---

<sup>5</sup> A edição fotográfica se diferencia da edição *fac-similar* apresentada no subtópico 1.2 do capítulo anterior porque a primeira consiste em fotografar e digitalizar utilizando uma câmera digital, enquanto a segunda utiliza um objeto específico, o fac-simile, muito utilizado quando ainda não existiam tecnologias que permitissem fazer com facilidade fotografias digitais de manuscritos.

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico e em negrito, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios: a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura: m.to a ser transcrita “munto”; b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura: Ds a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, (desde que não haja nenhuma dúvida, em havendo, prefere-se separar as palavras), não se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: epor ser; aellas; daPiedade; ominino; dosertão; mostrandoselhe; achandose; sesegue.
4. A pontuação original será rigorosamente mantida, assim como a translineação.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: aRepublica; decommercio; edemarcando também lugar; Rey D. Jose; oRio Pirahý; oexercicio; hé m.to convenientes.
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original, (desde que não haja dúvida, em havendo, prefere-se a forma minúscula). No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: nota 1. Pirassocunda por Pirassonunga; nota 2. deligoncia por deligencia; nota 3. adverdinto por advertindo.

8. Inserções do escriba ou do copista, na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição em nota de rodapé, indicando-se a linha de ocorrência.
9. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: fugi[[gi]]ram correndo [[correndo]] emdiração opaco.
10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento, informando-se a localização.
11. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: não deixe passar [registro] de Áreas.
12. Letra ou palavra não legível serão indicadas entre colchetes com a forma [ilegível]. Letra ou palavra deteriorada justifica a intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [deteriorada].
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corridas + ou – 5 linhas]. Se for caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A disposição das linhas do documento original será mantida na edição, sem necessidade de nenhuma marca. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência, alinhado à direita da seguinte forma: fl.1v. fl.2r. fl.2v. fl.3r.
15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
16. As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Os sinais públicos (nome de outra pessoa) serão indicados entre

colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

A edição semidiplomática das portarias foi realizada pela bolsista de iniciação científica Antonia Alice Lima<sup>6</sup> e posteriormente cedida para que fosse feita a análise que apresentaremos no próximo capítulo.

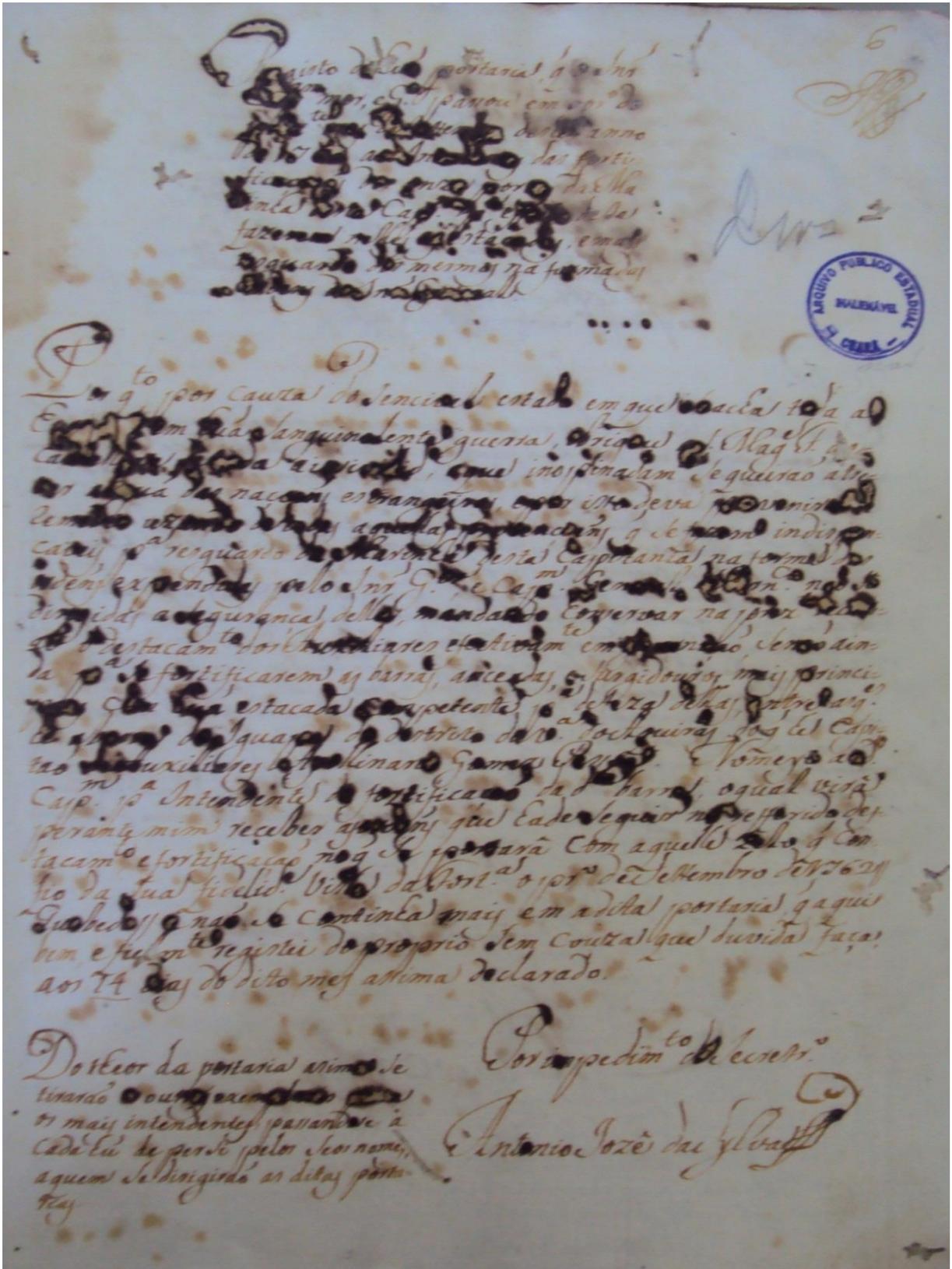
### 3.4 DO *CORPUS*

A seguir, apresentaremos nosso *corpus*, com as respectivas edições, fotográfica e semidiplomática. Vejamos:

---

<sup>6</sup> Estas portarias foram editadas pela bolsista de iniciação científica da FUNCAP e aluna de Letras da UECE Antonia Alice Lima, por meio do projeto Edição de gêneros textuais produzidos no período colonial do Ceará, coordenado pelo Prof. Dr. Exedito Eloísio Ximenes, um dos articuladores do grupo PRAETECE.

Figura 07 - registro fotográfico da portaria Nº 01



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

&lt;fl. 3r&gt;

Registro de hua´portaria,*que* o *Senhor*  
*Capitam* mor,e *Governador* passou em *primeiro* do  
 Prezente [mês] de Setembro deste anno  
 De 1762 aos Intendentes das forti=  
 5 ficações dos onze portos da Ma=  
 rinha desta *Capitania para* efeito de Se  
 fazerem nelles as estacadas emais  
 resguardo dos mesmos na forma das  
 ordens do *Senhor*General.

- 10 Por*quanto* por Cauza do Sensível estado em que seacha toda a  
 humanidade em hua´Sanguinolenta Guerra,obrigou *Sua.Magestade.Fidelíssima* aca=  
 cautellase de toda incivilidade, *aque* inopinadamente Se queiraõ atre=  
 ver alguma´das naçoens estrangeiras epor isso deva prevenirem  
 [Remedio] usando de todas aquellas prevecoens *que* Se fazem indispen=  
 15 çaveis *para* resguardo da Marinha desta Capitania na forma das  
 ordens expedidas pelo *Senhor Governador* e *Capitam* General de Pernambuco não só  
 dirigida aSeguranca della mandado conservar na prezente occazi=  
 ao o destacamento dos Auxiliares efetivamente em guarnição,Senão ain=  
 da *para* fortificarem as barras,anceadas e Surgidouros mais princi=  
 20 pais com hua´estacada competente,*para* defeza dellas entre as quaes  
 E a barra do Iguape do distrito da *Vila* do Aquiraz do *que* he capi=  
 taõ dos Auxiliares Apollinario Gomes Pessoa.Nomeyo ao *dito*  
*Capitam para* Intendente da fortificação da dita barra,o qual virã  
 perantemim receber asordens que hade Seguir no refferido des=  
 25 tamento e fortificação no *que*, se passará com aquelle zelo *que* con=  
 fio da Sua fidelidade Villa da Fortaleza o *primeiro* deSetembro de 1762//Quebedo//  
 e não Secontinha mais em adita portaria,*que* aqui bem e fielmente registei  
 do próprio sem couza que duvida faca aos 14 dias do dito mês assima declarado.

Do teor da protaria assim

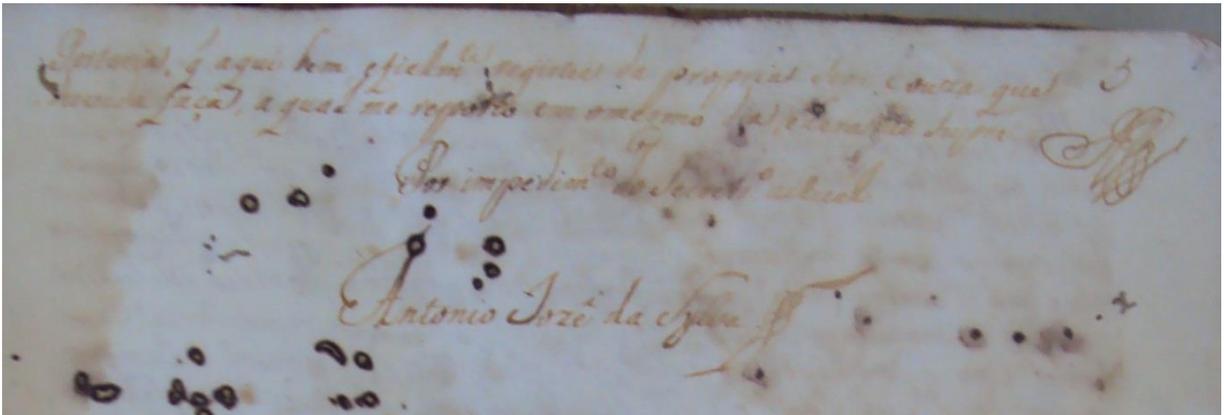
- 30 Se tirarão outros exemplares *para*  
os mais intendentos passandose  
a cada hu de per Si pelosSeos nomesaquém  
Se dirigirás as ditas porta=  
rias.

35 Por impedimento do Secretrario

Antonio José da Sylva



**Figura 09 – Registro fotográfico da portaria Nº 2**



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<fl. 4v>

Registo de huã Portaria, *que* o *Senhor Capitam Mor*, e *Governador* passou aos Comandantes dos onze portos demar *que* mandou guarnecer no distrito deste gover=  
5 no pellas tropas do Terço de Auxiliares aos 12 de Setembro de 1762 Sendo este odia em *que* Seregistou adita Portaria.

10 Por *quanto* pello Lugar *que* occupo, de *Capitam mor*, e *governador* desta capitania do Ceará grande me esteja encarregada amesma *para* aboa administração, resguardo, etranquillidade della, como Severifica pela Patente por que fui provido neste governo, de *que* fiz provei=  
to, de homenagem nas reaes mãos de *Sua Magestade* Fidelissima meseja o grigado na pre=  
zente occaziaõ auzar detoda a cautella, que for bastante, e possível *para* defe=  
15 za de *qualquer* incivilidade *aque* Se queiraõ atrever inopinadamente por mar, ou por ter=  
ra alguã das naçoẽs estrangeiras, querendo intentarr com violência entra=  
da em algũ dos portos dos Dominios deste reyno, e como pelas referidas cir=  
cunstancias, e por ordem do mesmo *Senhor* de *que* estou encarregado, expendidas pe=  
20 llo *Illustrissimo* e *Exceletissimo* *Senhor governador* e *Capitam general* de Pernambuco deva dar prompta providencia ás mesmas ordens. Ordeno a tal *Capitam* *que* por *Servico* de *Sua Magestade* fidelissima logo, esem amenor demora ponha prompta a gente desua respectiva *Companhia*

para guarnecer o porto, ou a cada detal parte no distrito do estabelecimento, e repartir-se por tal modo a gente da sua Companhia que seja dividida em três quartos para folgarem duas partes se empregarem na cultura da Sua annual Subsistencia, e por escalla desta forma renderem-se huys aos outros, cujos quartos serão de quinze dias e para que na execução desta ordem não haja o menor desconcerto por falta de especificação, e pela mesma cauza se não possa em tempo algum chamar a ignorancia o comandante desta deligencia lhe ordeno observe, e faça observar os quatro paragrafos 38, 39, 40, e 41. do Alvará de Sua Magestade fidelissima de 10 de Dezembro de 1570 encorpado no Regimento das ordenanças do Brazil, nos quaes parágrafos declara o mesmo Senhor a forma das vigias, e resguardo dos portos da Marinha dos seus Dominios cujo Alvará como ley irrefragável se deve executar indefectivamente e de toda a novidade que houver em quanto tiver duração o dito prezidiome fará avizo logo o Comandante delle sendo naquelles cazos que possam admittir a demora de cada parte para eu determinar, o que for mais bem acertado e de todos os mais que houver de resolver per si, em razão de prompta providencia por cauza de algum incidente que possa acontecer, e executar a dita deligencia com o mayor desvello, dandome subsequentemente parte de tudo o que lhe offerecer, e tiver obrado, que do bom zelo, com que se empregar nesta matéria ficarei obrigado a representallo a Elrey Nosso Senhor pondo na Sua real presença tão distinto Serviço para lho remunerar o mesmo Senhor com a magnanimidade com que, o costuma fazer avassallos que se distinguem com acções heroycas em defeza da Sua coroa: e mando se registre esta na Secretaria deste governo no Livro aque toca // Quebede // e não se continue mais em dita

< fl. 3r >

Portaria, que aqui bem, e fielmente registei da propria Sem cauza que duvida faça, a qual me reporto em o mesmo dia, e hera ut Supra.

50 Por impedimento do Secretário actual.

Antonio José da Sylva



&lt;fl.6v&gt;

5                    Registo de Euã Portaria *que*o *Senhor*. *Capitã*õ Mor, *egovernador*  
 das armaz desta *Capitania* Joaõ *Borges* de *Quebedo* Homem  
*deMagalhães* mandou passar *para* effeito de *Selevantarem*  
 os *Prezidiosque* Seachavaõ ezta<sup>o</sup>belecidos *que* ordem  
 do mesmo *Senhor que* *Cauzado* preeteritaguerra de Cas=  
 tela, e *França* com a nossa *Coroa*, *deque* nos paci  
 ficou a *Divina* omnipotencia, e do mesmo modo  
 fazer *Conduzir* ao Armazem deste *Almoxarifa* do azmo  
 nicoẽs de guerra, *que* Seachavaõ nos *ditos* *Prezidios para* Sua  
 10                    de feza, Sendo o Cabo nomeado *para* esta *deligencia*, o *Ajudante*  
 pago de *Auxiliares* *Antonio* da *Sylveiraguedelha*, cujo Theor He  
 o *Seguinte*

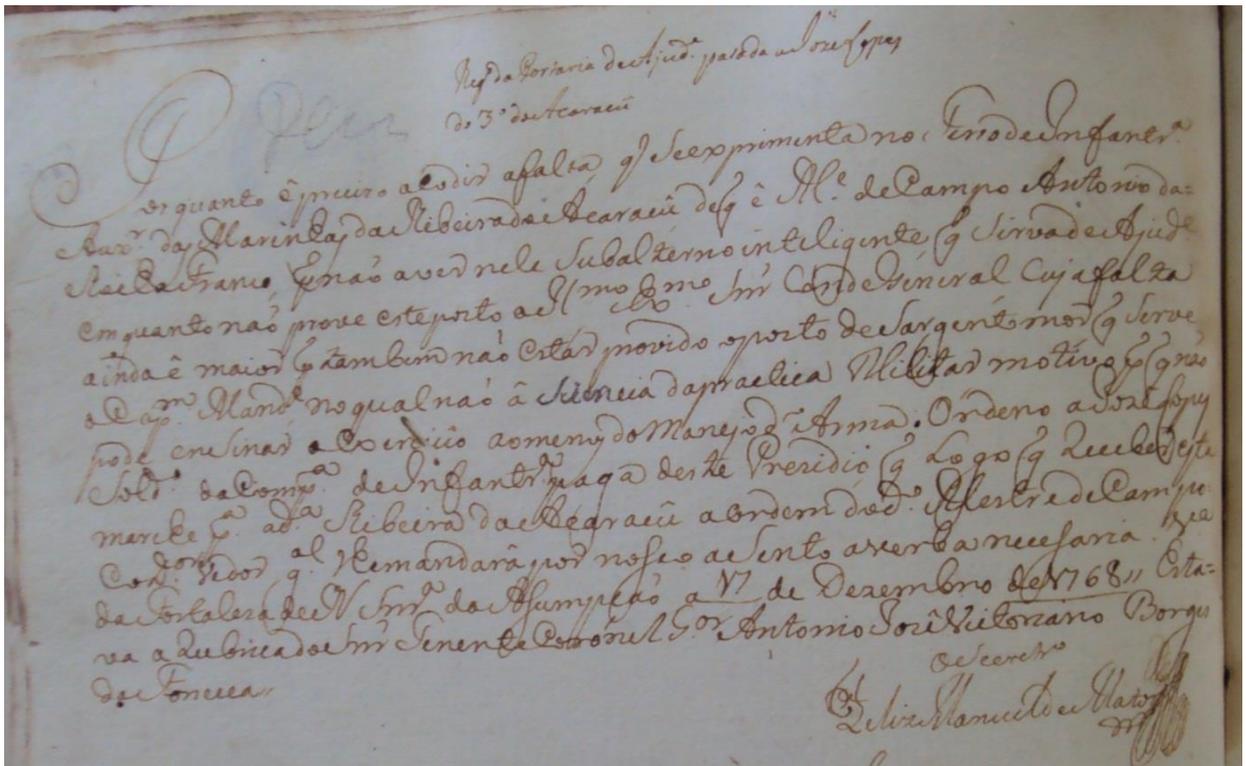
Por *quanto* tivesse mandado Estabelecer onze *Prezidios* de *Auxiliares* nos *Portos* *Marité*=  
 mos desta *Capitania* *para* defezada mesma em Rezaõ da Cautela a *que* nos os brigou apre=  
 15                    terita Guerra de *Castella*, *França* Com a nosa coroa de *Cuja* guerra já a *Di*=  
 vina omnipotencia nos pacificou *Seguinte* az ordenz *que* tivedetaõ gostoza *portaria*  
 expedidas pello [meo] *governador* e *CapitamGeneral* de *Pernambuco que* ficão  
 em meo poderem vir=  
 tude das *quaes* deteremino *Levantar* oz *ditos* *Prezidios*, tanto do affectivo, e actual  
 20                    *Trabalho* em *que* estã nos mesmos o melitar *que* os guarnece, como em *Retirar* az  
 moniçoes de guerra *que* nellez Seachaõ *para* o Armazem deste *Almoxarifa* do pella mes=  
 ma *Forma* e orden Com *que* foraõ *Conduzidaz*, aos *ditos* *Prezidios*, as *ditas* monições.  
 Nomeyo *para* *official* desta *deligencia* e *Conducaõ* da *ditas* monições ao *Ajudante* pago  
 Do 3º, de *auxiliares* desta *Captania* *Antonio* da *Sylvaguedelha*, *para que* em observancia desta  
 25                    *mesma* *Portaria* avã intimar da *mesma* *parte* aos *Comandantes que* Seachaõ nos Referidos  
*Prezi*=  
*dios para que* tenhaõ entendido os mando *Suspender* do actual exercisio em *que*  
 nelles Seachaõ, lhes ordeno entreguem *que* conta , e pezo az monições de guerra=  
 az, *que* lhes tinha mandado distribuir *para* defeza dos mesmos Sendo acada

- 30 hum, Huã aRoubadepolvora, eduas dexumbo, deCuja*quantia* pasarâ Recibos  
*odito official* nomeado aos *ditos Comandantes para* descargadestes, e na *Campania* ordem  
 fazer Real entrega da Referida*quantia* aoAlmoxarifado e Francisco Pinheiro do Lago,ou  
*gastaz*  
 Suaz vezes fizer; eSendo lhe necesario ao *dito Ajudante para* EstaCondução algunz
- 35 animais com ospreparos necesarios *para* a mesma lhes porá promptos oProvedor da  
 FazendaReal destaCapitania *que*bemdorealServico e arecadação darealFazenda= Sendo-lhe  
 apresentada esta *mesma Portaria* aos *Comandantes* effectivos´dos dittos Prezidios= assim  
 tenham entendido, edomesmo modo o Provedor da RealFazendaVila deSantaCruz  
 do Aracaty 19, de *Dezembro de1763*.Rubrica e não SeContinha maiz em adita *Portaria*
- 40 *que*aquy  
 bem , efielmente Registey dapropriasemCouza*que*duvida faça, emomesmodia  
 Eerá utSupra

Poimpedimento do Secretrario actual

ManueldeSiqueira Borges

Figura 11 – Registro fotográfico da portaria de Nº 04



Fonte: arquivo público do estado do Ceará – APEC

<Fl.28v>

Registro da Portaria de Ajudante pasada a Josê Lopes  
do 3º do Acaracú

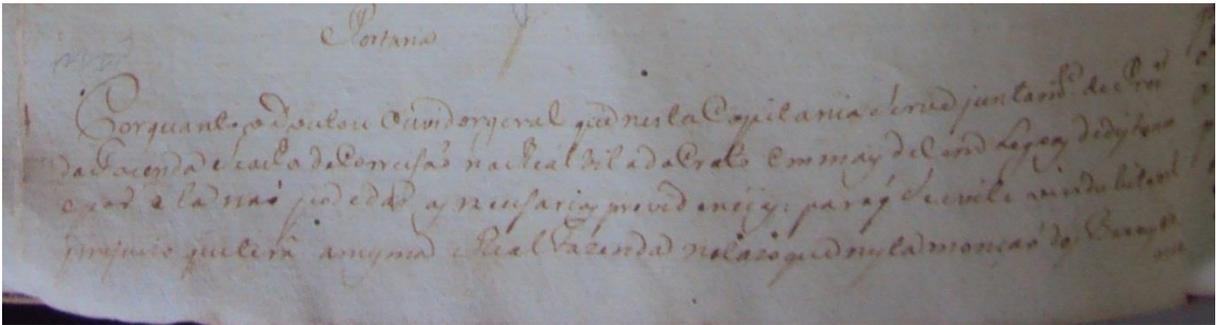
- Por quanto é preciso acodir afalta **que** Se exprimenta no Tersode Infrantraria  
Auxiliar da Marinha da Ribeirado Acaracú de **que** ê Mestre de Campo Antonio da=
- 5 RochaFranco, **por**naõ aver nele Subalterno inteligente, **que** Sirvade Ajudante.  
em quanto naõ prove este posto ao **Ilustríssimo Exelentíssimo Senhor** Conde General cuja falta  
aindaê maior **port**ambem naõ estar provido o posto de Sargento mor **que** Serve  
a Capitam Mandante, na qual não â Siencia da pratica Militar motivo **que que** não  
pode ensinar o exercicio a o menos domanejo de Arma. Ordeno a Josê Lopes
- 10 Sodado da Companhia de Infrantraria paga deste Prezidio, **que** Logo que Receber esta  
Marche **para** adita Ribeira do Acaracú a ordem do dito Mestre de Campo:  
eo Governador Vedor qual lhe mandará por no Seo a Sento arrenda necessaria Vila  
da Fortaleza de Nossa. Senhora da Assumpcao a 17 de Dezembro de 1768= Esta=  
va a Rubricado **Senhor** Tenente Coronel Governador Antonio Josê Victoriano Borges

15 daFonceca//

Osecretrario

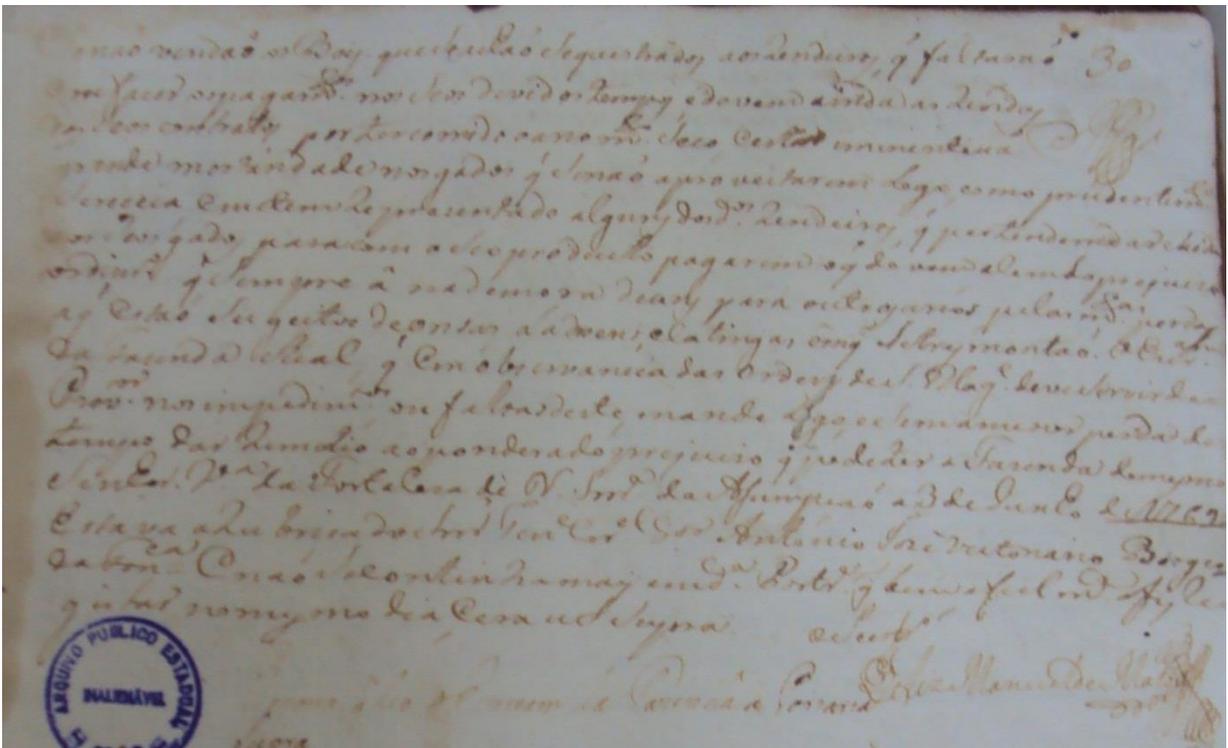
FelisManueldeMatos

Figura 12 – Registro fotográfico da portaria Nº 05



Fonte: Arquivo público de estado do Ceará – APEC

Figura 13 – Registro fotográfico da portaria Nº 05



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<fl 29r>

Portaria

Porquanto o Doutor Ouvidor Geral que nesta Capitania Serve juntamente de Provedor da Fazenda e se acha de Correição na Real Vila do Crato em mais dez Legoas de distancia e por ela não poder dar as necessarias providencias: para **que** se evite indubitavél

- 5 prejuízo queterã a mesma Real Fazenda no caso que nesta monção dos Barcos **senão**

<fl. 30v>

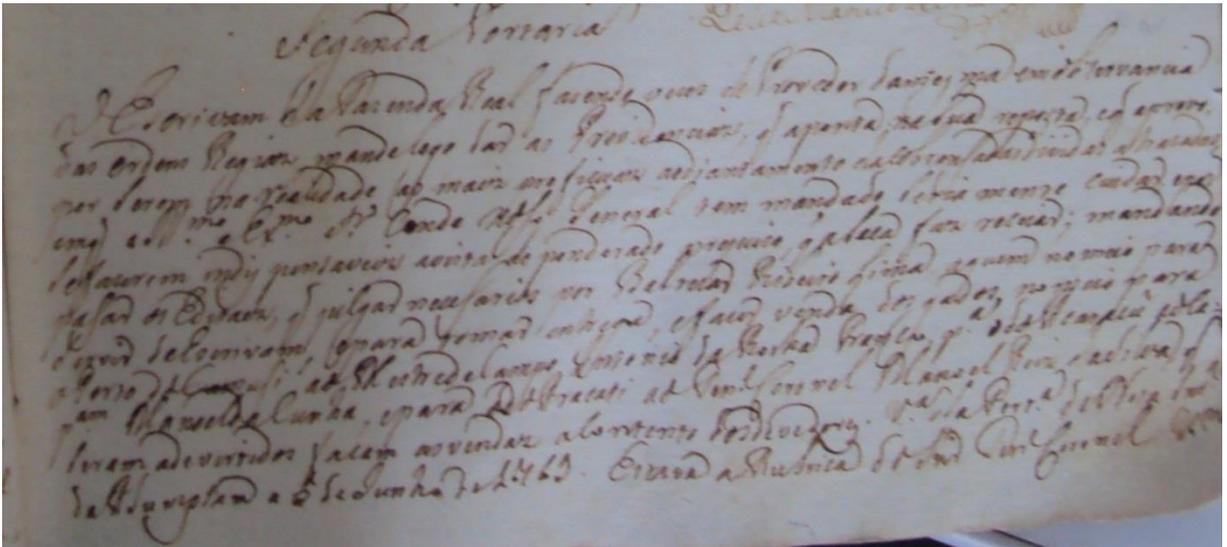
Senão vendaõ os Bois que se achão Sequestrados aos Rendeiros, **que** faltaraõ

- em fazer os pagamentos nos seus devidos tempos e devem ainda as rendas dos seus contratos por ter corrido o ano  *muito Seco*, e esta iminente uma grande mortandade dos gados  *que* se não aproveitarem logo, como prudentemente se receia em tem representado alguns dos ditos rendeiros,  *que* pretendem dar [hida] aos seus gados para com o seu produto pagarem o  *que* devem além do prejuízo ordinário  *que* sempre há na demora de uns para outros anos pelas  *muitas* perdas.  *Aque* estão sujeitos de onças, ladroens, e catinga, e  *que* setes montão.
- 15 o  *Escrivão*  da Fazenda Real,  *que* em observância das ordens de  *Sua Magestade*  deve servir de  *Provedor*  nos impedimentos, ou faltas deste, mande logo, e sem menor perda de tempo dar remédio ao ponderado prejuízo  *que* podeter a Fazenda do mesmo Senhor.  *Vila da Fortaleza de Nossa Senhora*  da Assumpção a 3 de junho de  *1769*
- 20 Estava a rubricado  *Senhor Tenente Coronel Governador*  Antonio José Victoriano Borges Da  *Fonseca*  e não se continha mais em dita  *Portaria*   *que* bem e fielmente o fis Registar no mesmo dia, e era ut supra.

o  *Secretário*

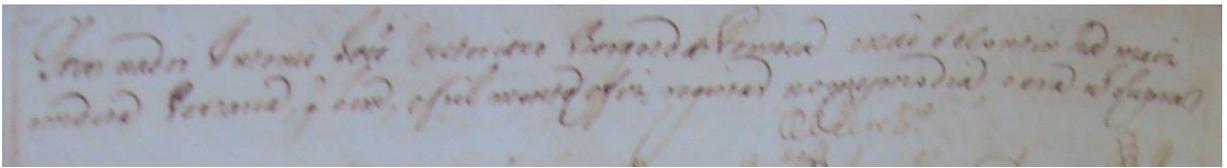
Felis Manuel de Matos

**Figura 14 – Registro fotográfico da portaria Nº 06**



Fonte: arquivo público do estado do Ceará – APEC

**Figura 15 – Registro fotográfico da portaria Nº 06**



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<Fl. 30r>

#### Segunda Portaria

- O Escrivam da Fazenda Real fazendo vezes de Provedor da mesma em observância das ordens Regias, mandelogo dar as Providenciaz, **que** aponta na Sua respozta, e **que** aprovo, por serem na realidade as mais profícuas aodiantamento da cobrança dasdividas atrasadas,
- 5 em**que** o **Illustríssimoe Excelentíssimo Senhor** Conde nosso General tem mandado Seriamente cuidar, e por sefazerem indispensáveis avista do ponderado prejuízo, **que** aSeca faz receiar; mandando passar os Editaez, **que** julgar necesarios por Baltezar Ribeiro Lima, aquem nomeio para Servir deEscrivam, e para tomar entrega, e fazer venda dos gados, nomeio para
- 10 o porto de Camusi ao Mestre de Campo Antonio da Rocha Franco, **para** odo Acaracû aoca=**capitam** Manoelda Cunha, e para odo Aracati ao **Tenente Coronel Manoel Rodriguez** daSilva, **que** seram adevertidos façam as vendas acontento dos devedores. **Vila da Fortaleza de Nosa senhora**

15 da Asumpsam a 5 de junho de 1769. Estava a rubrica do *Senhor Tenente* Coronel  
*Governador*=

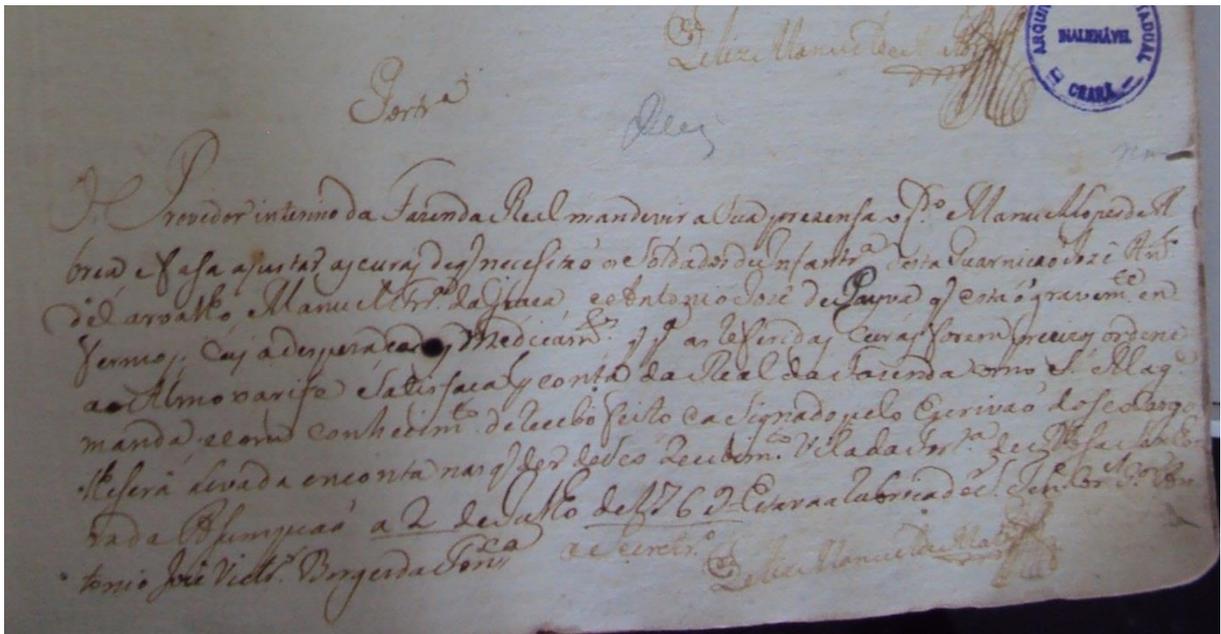
Governador Antonio José Victoriano Borges a Fonseca enaõ Secontinha maiz  
emdita Portaria, *que* bem, efielmente ofiz registrar nomesmodia, eera ut Supra

O*Secretario*

20

FelisManoeldeMatos

Figura 16 – Registro fotográfico da portaria Nº 07



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<fl32r>

#### Portaria

O Provedor interino da Fazenda Real mande vir a Sua presença o **Licenciado** Manuel Lopes de A  
breu, e fasa ajustar as curas de **que** necessitaõ os Soldados de Infantaria desta Guarniçaõ  
José Antonio =

5 de Carvalho, MAnauel Ferreira da graça, e Antonio josê de Payva, **que** estaõ o gravemente  
en =

fermos; cuja despesas ados medicamentos, **que para** as Referidas Curas forem precizos  
ordene

ao Almozarife satisfaca **para** conta da Real da Fazenda como **Sua Magestade**

10 manda; e com **conhecimento** de recibo feito e assignado pelo **escrivaõ** doseocargo =

lheterã levada enconta nas **que** der de Seo **Recebimento**. Vilada Fortaleza de Nosa Senho =

rada Asumpçaõ a 2 de julho de 1769 = Estava a Rubrica do **Senhor** Tenente Coronel  
**Governador** An =

Tonio José Victoriano Borges da Fonseca =

15

O secretario

Felis Manoel de Matos

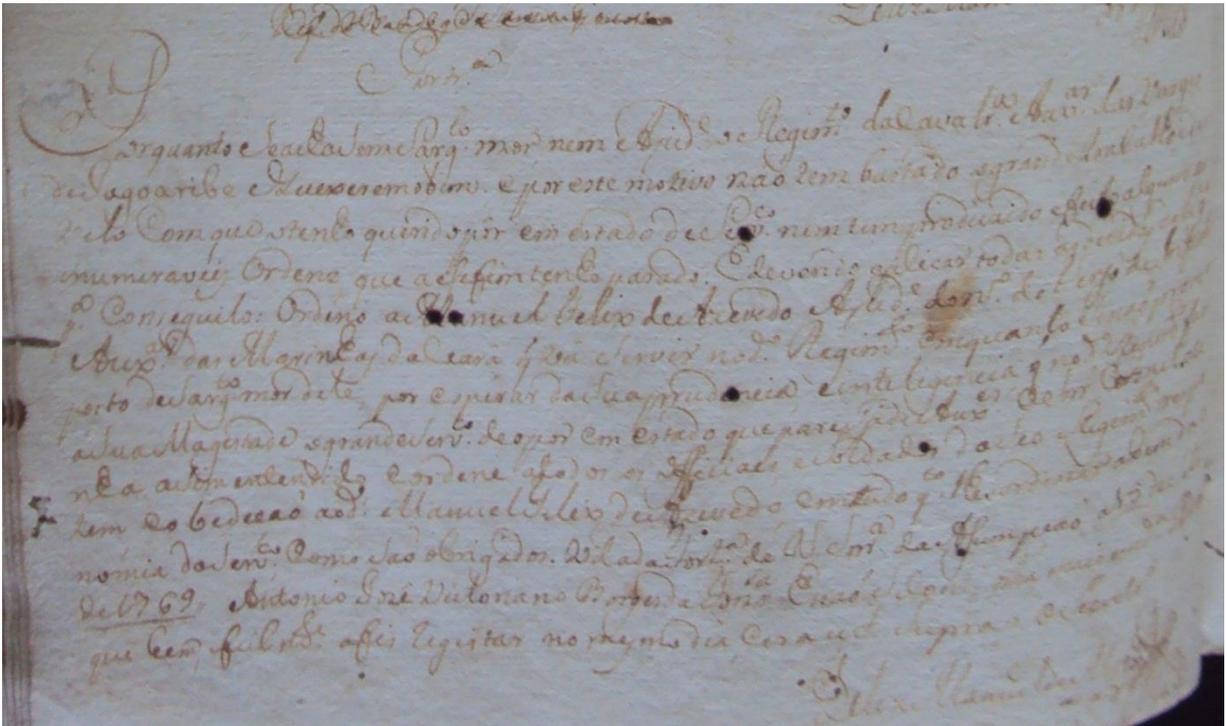


5 não padesaõ os enfermos *que* falta de Cura. nem ainda do Regalo *que* tem man=  
 dado Selhes dô. dando a Sua Inata Piedade no *capitulo* 17 e 7 do novo Regula=  
 mento até a providencia de nas goarniões de uá, ou *matar* comprar Servir de Ospita=  
 tal uá casa particular: o Provedor interino mande *que* conta da mesma Real  
 Fazenda curar os Soldados, *que* se achão tão gravemente enfermos e em perigo  
 10 de perderem a vida, ou ficarem toda a ila inabitada, como tenho ordenado, e sem em=  
 bargo da duvida, *que* me representa da qual se vê, q nesta Fortaleza ouve antigamente  
 cirurgia aã, e Botica *para* acurados Soldados dela. Sô *que* falta do mesmo cirurgião, o=  
 Botica; ê *que* se for uã pratica universal estabelecida em observância de [...]=  
 dito Regimento dar Provedorias enão *que* ouvese ordem alguma *que* a interrogase mais  
 15 como se pode Suprir a falta presentemente com o Licenciado M<sup>o</sup> Manuel Lopes de A=  
 breu, e com os medicamentos, que se vende na Vila de Saõ, José de Ribamar do A=  
 quirãz, os deve o *Interino* Provedor mandar pagar *para* acura dos Soldados enfermos  
 pelo mesmo preço; *que* os pagão os moradores *que* com eles se cura. cumprindo  
 inteiramente esta ordem, *que* Sô manda observar nas leis Sua Magestade e dando com a=  
 20 copia dela conta como determinaõ as Soberanas do mesmo Senhor Vila da For=  
 taleza de Nossa Senhora da Assumpção a 2 de julho de 1769= Estava a Rubrica  
 do Senhor Tenente Coronel Governador Antonio José Victoriano Borges da Fonseca=

O Secretario

Felis Manuel de Matos.

Figura 18 – Registro fotográfico da portaria Nº 09



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<f134v>

### Portaria

Porquanto Seacha SemcSargento mor, nem Ajudante o Regimento daCavalaria das Varges de Jagoaribe Quexeremobim; e por este motivo não tem bastado o grande trabalho edis=

5 inumeraveis Ordenz que a esfim tenho pasado. Edevendo aplicar todas as devidas deligencias

para Conseguilo: Ordeno aManuel Felix deAzevedo Ajudante daVossaSengo ede Infataria Auxiliar das Marinhas doCearã, quevã Servir nodito Rgimento emquanto Senão prove o=

10 posto de Sargentomordele, por esperar daSuaprudencia e inteligência, quenoditoRegimento farã

aSuaMagestade ograndeServico deopor em estado que paresadeAuxiliares oSenhorCoronelote=

nhã assim entendido eordene atodos os officiais, eSoldados doSeo Regimento respei=

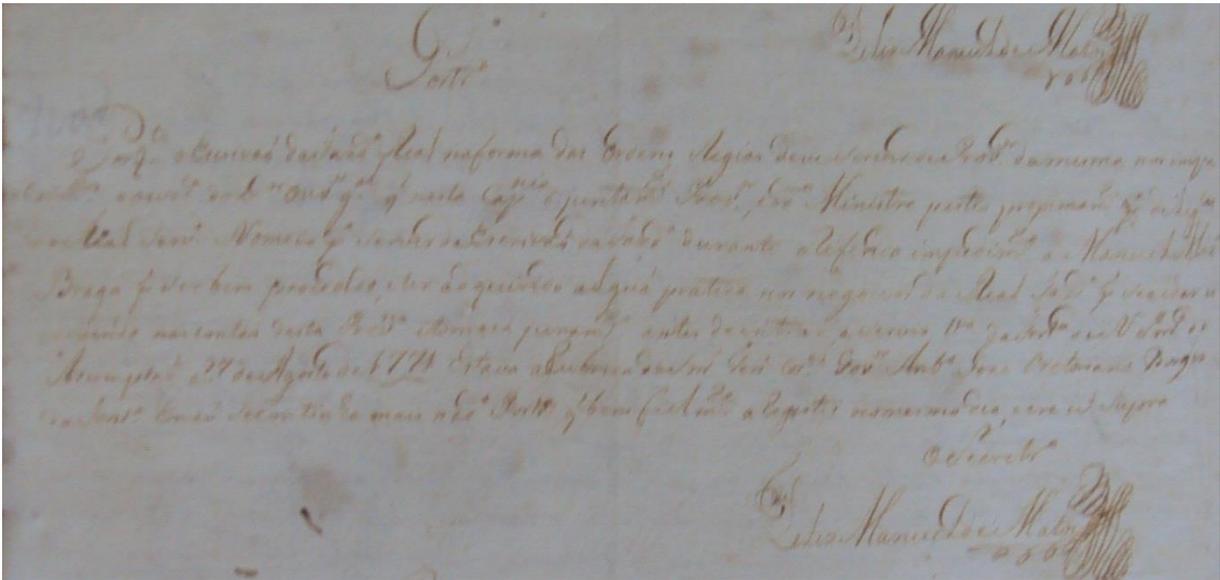
tem, eo bedeção aodito ManuelFelixdeAzevedo, emtudooqueordenar alem da eco=

15 nomia doServico como Saõ obrigados. ViladaFortaleza ede NossaSemhora daASumpção a15 de Setembro

de1769. Antonio Josê Victoriano BorgesdaFonseca Enaõ SeContinha amais= emditaPortaria  
que bem, fielmente afis Registrar no mesmodia, eera ut, Supra= OSecretario

FelisMaueldeMatos.

Figura 19 – Registro fotográfico da portaria Nº 10



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<fl36r>

*Portaria*

Porquanto Escrivão da Fazenda Real na forma das ordens Regias deve Servir de Provedor da mesma nos empedimentos, e na ausência do Doutor Provedor Geral que nesta Capitania é juntamente Provedor e o dito

- 5 Ministro partio [...] aproximadamente e que se encontra de Correição em Vila de Jagoribe, e seõ: Nomeyo para Servirco de Escrivão da Fazenda durante Oreferido impedimento

que Serbem por cedido ter adquirido Alguã pratica nos negócios da Real Fazenda que Seachas [...]

- 10 nas contas do Erario, etomará o juramento antes de encontrar o Servir. Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da

Asumpção a 17 de Abril de 1770. Estava a Rubrica do Nomeado Tenente Coronel Governador Antonio José Victoriano

Borges da Fonseca, enão Se continha mais nada. Esta Portaria bem e fielmente registei nos modiaes =

- 15 era ut Supra.

O Secretario

Felis Manoel de Matos



&lt;fl. 45r&gt;

Registo de huma Portaria do *Semhor*

*Tenente* e *Coronel* Governador.

Porquanto chega a minha noticia com toda acerteza *que* Ignacio Josê Gomes de Oliveira aquem por falecimento de Felix Manoel de Mattos nomiei para

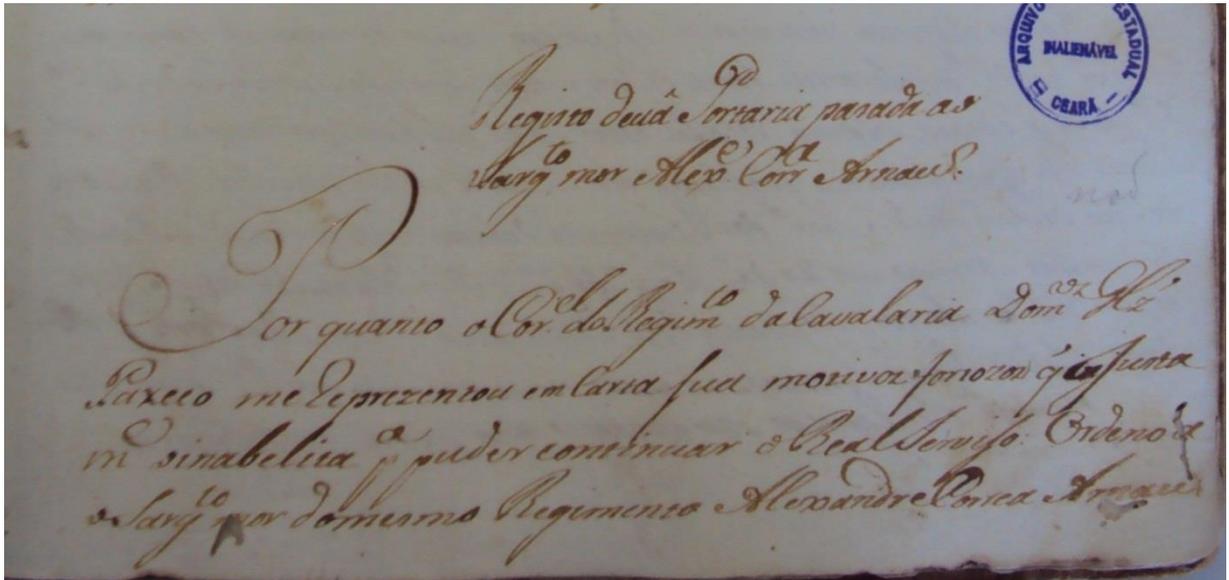
- 5 Servir de Secretario deste Governo alem de Seachar muito alcansado nas contas do rendimento da Camera desta Vila, de *que* for procurador, Seacha igualmente embarasadissimo nas contas do Cartorio, o cofre dos órgãos de *que* foi Escrivão, e Convem ao Serviso de Sua Magestade, *que* de humas e outras Contas Sem *que* posa aver amais Levedes
- 10 peita de *que* ou por ele Servir de Secretario opatrocinio de forma *que* não pode aver recta administrasam na Justiza quando Sou obrigado, a auxiliála, advertir az faltaz, *que* namesma ouvirem, edar Conta, quando não bastam as minhas advertências: ordeno ao Tabaliam desta Vila Luis Marreira de Sá intime ao dito Ignacio Josê Gomes de Oliveira. *por* Suspensão do exercício do
- 15 Secretario do Governo desta Capitania conquanto nam mostrar Legalmente por documento autentico, *que* tem justas, as referidas contas dos referidos Cofres da Camerã, e orgaõz, Sem dizer coiza alguma. E *para que* Se conheça *que* esta ordem He Seria, Sincera, e unicamente dirigida a Real Serviso, e Conservação da inteireza, onra, e zelo Com *que* pode bem edevo empregar, e notificará outro Si *para que*
- 20 Não aparesa em minha prezença, nem me fale Senão por petisam, quando lhese ja preciso, nem venha ao quartel da minha residência, e nem finalmente tenha, comunicasam alguma com os meos familiares, em quanto Senão mostrar totalmente desembarasado das mesmas contas da Camara e orgaos, Editado [passará] o *dito* tabeliam Luís Marreiro de Sá certidão aopé desta, *que* me será entregue Vi-
- 25 lada Fortaleza de Nossa *Semhora* da Asumpsam a Setede julho de 1775 = Estava, arubrica do *Semhor Tenente* Coronel Governador = Luis Marreiros de Sá tabaliam publico do judisial, e notas o Escrivamdo Crime, e Civil nesta Vilada, Fortaleza de Nossa *Senhora* da Asumpsam o Seo termo Capitania do Ceara

grande por Sua Magestad *Illustríssima* que Tive Vossa=Certifico, e porto pose que in  
 30 times aPortaria eSupra doSenhor TenenteCoronel Governador desta Capitania  
 Antonio josê Victoriano Borges daFonseca e Ignacio José Gomes deOLiveira  
 Fato aqual incidi; e ele bem entendido. Cuja verdade oreferido dequepaso  
 aprezenete Certidam por mim escrita eassinada. Vila daFortaleza 8 de ju  
 lho de1779= Emfideverdade=Luis Marreiros de Sa´=

35

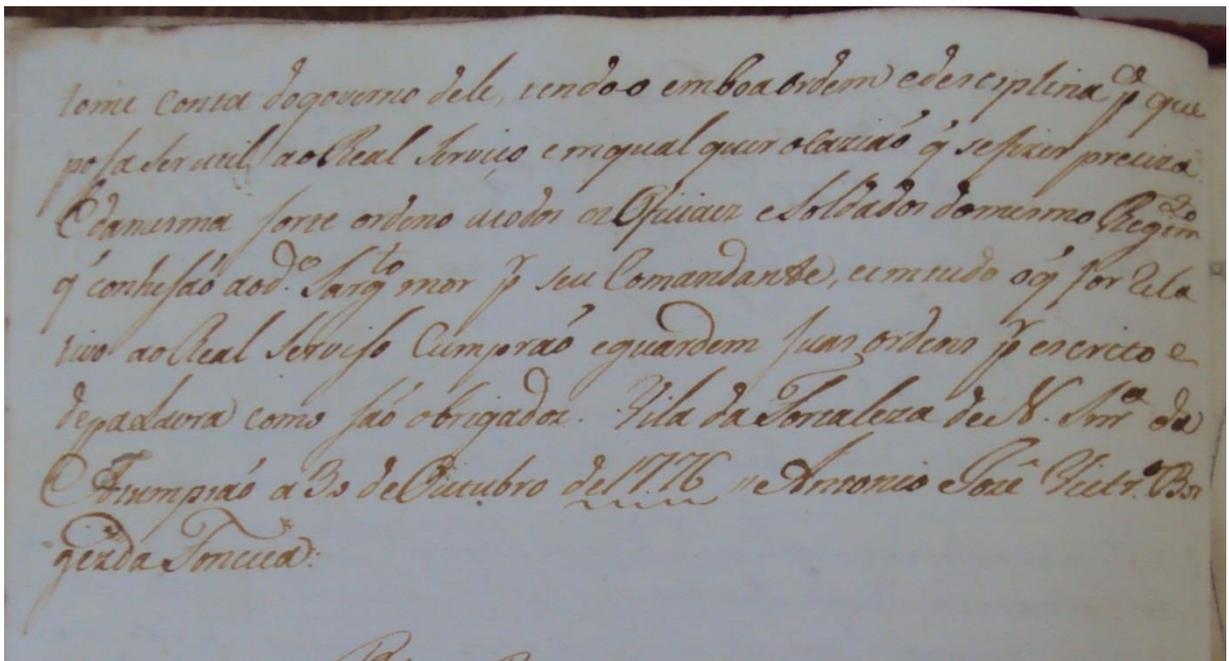
AntoniodeCastroViana

Figura 21 – Registro fotográfico da portaria Nº 12



Fonte: arquivo público do estado do Ceará – APEC

Figura 22 – continuação da edição fotográfica da portaria Nº 12



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<fl. 55r>

Registro deuâ Portaria pasada ao

Sargento mor Alexandre Correia ArnauS.

Por quanto o Coronel do Regimento da Cavalaria Domingos Goncalvez

Paxeco me Representou em Carta Sua motivoz forsozoz *que* ajusta

5 [me] oinabelita *para* puder continuar oRealServiso: Ordeno a  
oSargentomor domesmo Regimento AlexandreCorrea Arnaus

<fl 55 v>

tome Conta dogoverno dele vendo-o emboa ordem e disciplina *para* que  
posaSer útil aoReal Serviso emqualquer ocaziao´*que* sefizer precisa.

10 Edamesma sorte ordeno atodos osOficiaes eSoldados domesmo Regimento  
*que* conhesaô aosditos Sargentomorporseu Comandante em tudo*que*for Rela  
tivo aoReal Serviso Cumpraõ eguardem Suas ordenspoescrito e  
depaLavra como Saõ obrigadoz.Vila daFortalezadeNossaSemhora da  
Asumpsaó a 30 deOutubro de1776.=Antonio Jozê *Victoriano*Bor

15 gezdaFonseca.

Figura 23 – Registro fotográfico da portaria Nº 13

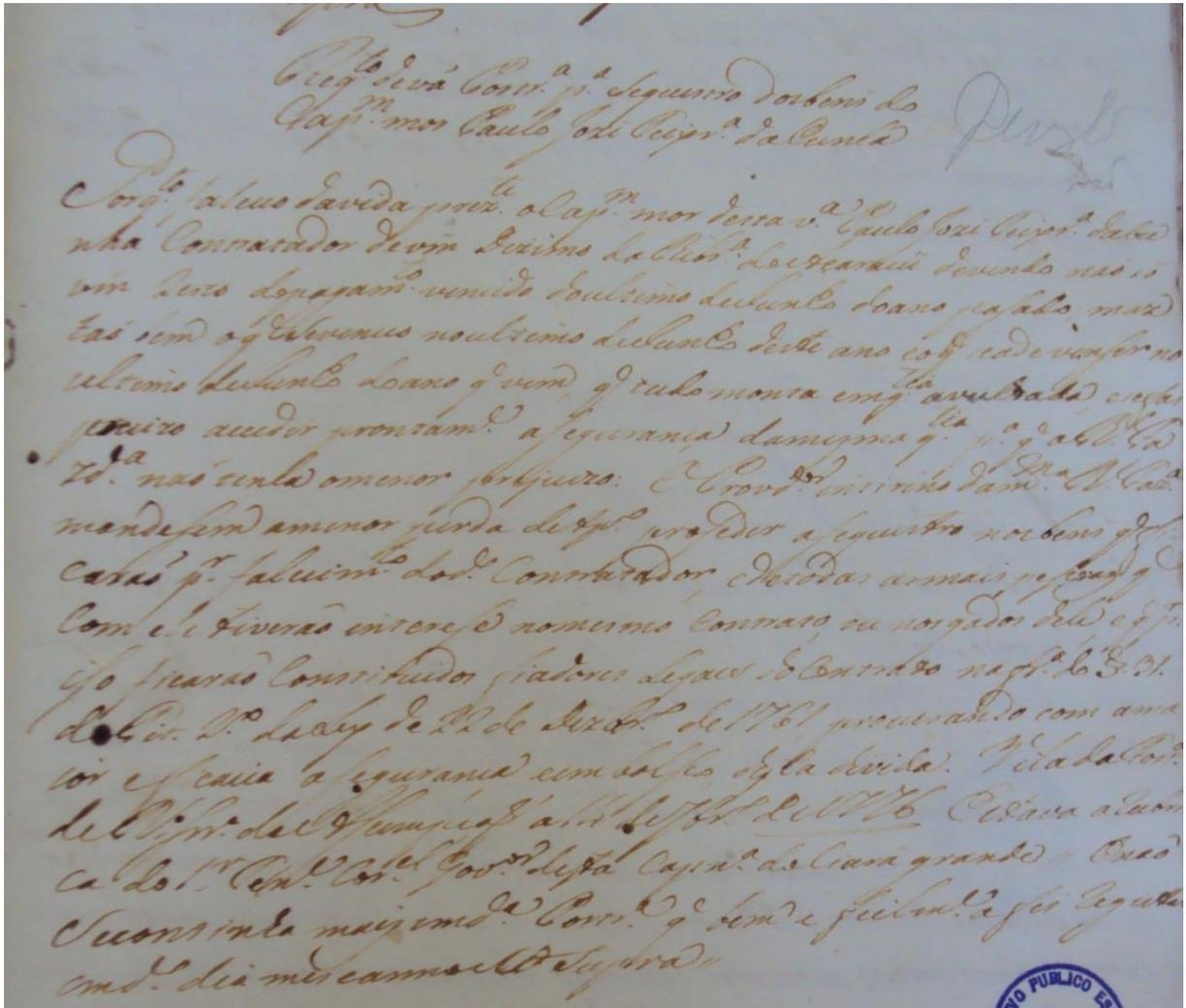


FIGURA 13: edição fotográfica da portaria nº 13

&lt;fl. 55r&gt;

Registodeua Portariapara Sequestro dosbens´do

Capitmor Paulo jozê Teixeira daCunha

Porquanto faleca davida presente oCapitm mor desta vila Paulo José Teixeira daCu

nha Contratador de um Dizimo da Ribeira doAcaracu devendo não sō

5 úm Resto dopagamento vencido doultimo deJunho doano pasado, maz

tão bem oque Sevences noultimo deJunho deste ano, eoqueseadevenserno

ultimo deJunhodoano quevem, que tudo monta emquantia avultada, esejas

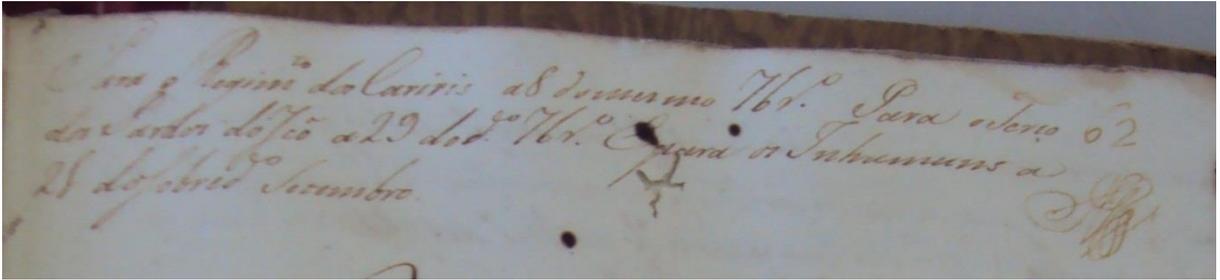
precizo acudir prontamente a segurança damesma quantia para quee aRealFa

zenda não tenha omenor prejuízo: OProvedor entirino damesma RealFazenda

- 10 mandesem amenor perda de *tempo* proceder o sequestro nos bens *que* fi  
 carão *por* falecimento do *dito* Contratador e de todas as mais pesouaz *que*  
 Com ele tiverão interesse no mesmo Contrato, ou nos gados dele e *que* para  
 isto ficarão Constituidos fiadores Legaes do Contrato na *forma* do §.31.  
 do *Titulo Vosso* da Ley de 22 de *dezembro* de 1761, procurando com a ma  
 15 ior eficácia a Segurança e embolso desta Divida. Vilada *Fortaleza*  
 de *Nossa Senhora* de Assumpção a 14 *dezembro* de 1776 Estava a Rubri-  
 cado *Senhor Tenente Coronel Governador* desta *Capitania* do Ciará grande = Enão  
 Se continha mais em *dita Portaria que* bem eficientemente afis Registrar  
 Em *dito* dia mes e anno eera ut supra =



**Figura 25 – Registro fotográfico da portaria Nº 14**



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<fl. 58v>

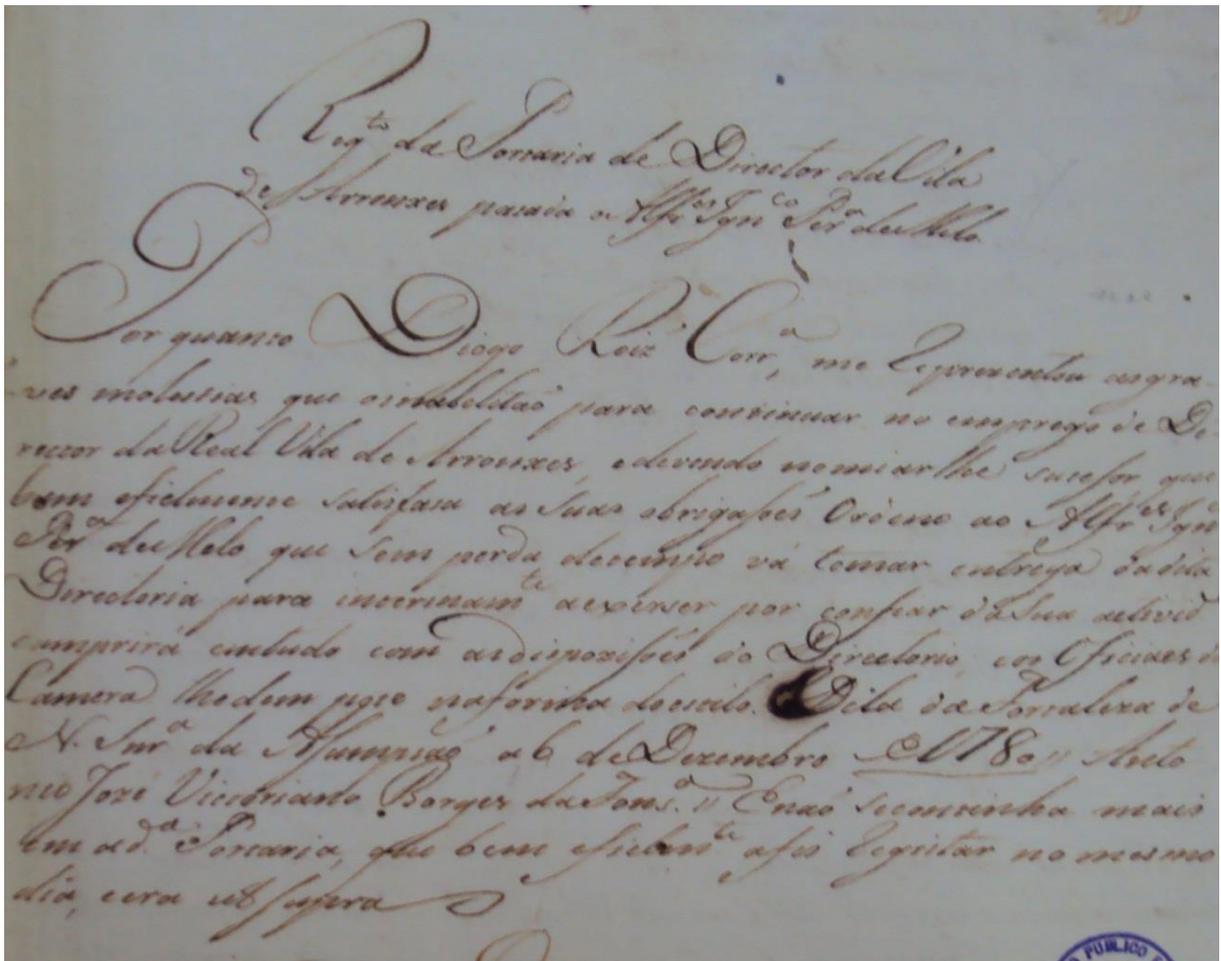
Registo da Portaria de Comandante da Vila  
da Granja passada ao Tenente General Ignacio Ara-  
nha de Vasconcelos a 14 de Dezembro de 1778

Porquanto o Tenente General das ordenanças Ignacio Aranha de Vasconcelos já

- 5 Tem posse e juramento do seu pacto em virtude da Parte o Illustríssimo Excelentíssimo Senhor  
eporiso lhe compete como Oficial de maior graduação a Comandar da mesma Vila  
Ordeno tome logo posse apresentando esta ao Capitão-mor, e ao juiz ordinário, e  
mais oficiais da Câmara em acto dela aonde se Registrará nos Livros Competen-  
tes: ficando entendido de fazer prender ao criminosos, perturbadores da  
10 pas, e inquietos, aqueles entregando-os a Justiça, e a estes castigando-os  
em tronco economicamente; como tão bem aos que se tomam de bebidas  
que por elas são costumados a fazer disturbios Remetendo a mesma  
ordem para a Cordenadoria desta Fortaleza a aqueles que bem lhe parecer para nela  
Serem castigados com aquela Severidade, que merecerem, to mando para o  
15 Referido os Soldados da Ordenança de que é Tenente General n'hoque não porá dú-  
vida alguma ao Capitão-mor Competente, antes auxiliara pelos modos  
que lhe for requerido o que bem assim oentenda. Vila da Fortaleza de Nossa Senhora  
da Assumpção a 14 de Dezembro de 1778=Antonio de Castro Viana  
Secretario deste governo asiescrevi//Antonio Joze Victoriano Borges da Fonseca//

20 Estava o selo//Enão Se continha mais nem menos nesta *Portaria*  
*que* bem efie*mente* Registrar no mesmo dia, e era ut*Supra*.

Figura 26 – Registro fotográfico da portaria Nº 15



Fonte: arquivo público do estado do Ceará - APEC

<fl. 62r>

Registro da Portaria de Director da Vila

De Arronxes pasada a Alferes Ignacio PereiradeMelo

Por quanto Diogo Rodriguez Correia me Representou as grã-  
 5 ves moléstias que o inabelitaõ para continuar no emprego de Di-  
 rector da Real Vila de Arronxes, edevendo nomiarlhe susesor, que  
 bem efielmente Satisfasa as Suas obrigações Ordeno ao Alferes Ignacio  
 Pereira deMelo que Sem perda detempo vá tomar entrega da dita  
 Directoria para interinamente aexerser por confiar dasua actividade  
 10 Cumprirá emtudo com asdispozisões do Directorio, e os Officiaes da

Camera lhe dem pose na forma do estilo. Vila da Fortaleza de  
Nossa Senhora da Assumpção a 6 de Dezembro 1780// Antonio  
José Victoriano Borges da Fonseca.// Enaõ Secontinha mais  
em dita Portaria que bem efielemente afis Registrar no mesmo

15 dia, eera ut Supra

## 3.5 DA ANÁLISE DE GÊNEROS

### 3.5.1 Adaptando o modelo CARS

O modelo CARS de Swales (1990), como já descrito no tópico 1.4 do capítulo anterior, parte do exame de unidades retóricas presentes em um conjunto de textos reconhecidos e aceitos, no interior de uma comunidade discursiva, como pertencentes a um tipo de gênero textual, que tem funcionalidade própria, além de levar em consideração também outros conceitos como propósitos comunicativos, repropósito e razão subjacente, discutidos no tópico 1.4.

Para se chegar às unidades retóricas necessárias ao exame do *corpus*, tomamos de empréstimo a divisão do gênero diplomático proposta por Bellotto (2002) ao tratar sobre a análise de documentos diplomáticos. São eles: protocolo inicial, texto e protocolo final. Embora tal divisão não guarde uma relação direta com a análise sociorretórica de Swales, esta permitiu que estabelecêssemos aos limites textuais correspondentes às unidades 01, 02 e 03.

Assim estabelecidas, cada unidade foi considerada como se apresentasse as seguintes informações:

- **Unidade retórica 01:** deverá apresentar fatores referentes ao protocolo inicial, em que aparece a indicação do gênero portaria, além de outras informações que aparecem deslocadas para cima do corpo do texto. Será considerada unidade 1 mesmo quando estiver escrito apenas a palavra *portaria* no início de cada texto, conforme justificativa a ser apresentada na análise.

- **Unidade retórica 2:** tratar-se-á do corpo do texto, em que aparecem as principais informações do mesmo, como as situações que motivaram o despacho da portaria, além de ordens e recomendações diversas.

- **Unidade retórica 3:** deve apresentar as informações finais das portarias, em que deverá constar locais e datas, assinaturas entre outras informações de caráter formal.

Outro fator importante levado em consideração para o reconhecimento das unidades retóricas está no formato do texto, em que as informações de cada unidade aparecem separadas uma das outras na própria ocupação do espaço do papel, o que também facilitou a separação das unidades.

Por questões metodológicas, as unidades retóricas serão organizadas por números (1, 2 e 3, como mostrado acima). Essas unidades, por sua vez, serão divididas em unidades menores, as subunidades retóricas. Tanto as unidades quanto as subunidades serão nomeadas no decorrer da análise: as subunidades na análise de cada portaria e as unidades ao final da análise do *corpus*.

Lembramos que Swales (1990) utilizou esse modelo para análise de artigos acadêmicos para o ensino-aprendizagem de inglês com fins específicos e o que faremos aqui é uma adaptação, respaldada na posição de Biasi-Rodrigues (1998) exposta no subtópico 1.4 do capítulo anterior.

Primeiramente, apresentaremos um resumo da portaria com o conteúdo informativo presente nesta. Após o resumo, indicaremos a unidade retórica e as respectivas subunidades retóricas correspondentes a esta. Cada subunidade será seguida pelo trecho correspondente da portaria. Por questões metodológicas, faremos uma atualização linguística a fim de tornar a leitura do texto mais fácil, sem que esta atualização comprometa o conteúdo informativo do texto. Por fim, no final da análise de cada portaria, apresentaremos uma tabela com a organização das unidades e subunidades presentes na organização daquele texto específico. Sucintamente, análise se dará seguindo o modelo esquemático abaixo:

- **Portaria X**

(Resumo da portaria)

*Unidade retórica 1*

-Subunidade retórica A: trecho correspondente da portaria

-Subunidade retórica B: trecho correspondente da portaria

Subunidade...[y]

*Unidade retórica 2*

-Subunidade Retórica C: trecho correspondente da portaria

-Subunidade retórica D: trecho correspondente da portaria

Subunidade...

*Unidade retórica 3*

'Subunidade retórica E: trecho correspondente da portaria

Subunidade retórica F: trecho correspondente da portaria

Subunidade...

### **3.5.2 Procedimentos de análise do *corpus***

Partiremos do princípio de que todas as portarias que compõem nosso *corpus* possuem as três grandes unidades retóricas apresentadas no item anterior. A partir disso, no capítulo seguinte, faremos a análise de cada uma das portarias da mesma forma como está descrito no item 2.5.2. Por questões metodológicas, preferimos não numerar as subunidades retóricas no momento da análise.

Ressalte-se mais uma vez que, para facilitar a leitura dos trechos das portarias correspondentes às subunidades retóricas, achamos interessante fazer uma atualização desse texto, de modo a eliminar todo tipo de arcaísmo que pudesse dificultar a leitura. Cada subunidade virá acompanhada de seu trecho correspondente.

### 3.5.3 Descrevendo a análise dos dados

A partir da identificação de cada uma das subunidades em cada portaria, vimos quais unidades e subunidades foram recorrentes, para que se pudesse criar um modelo sociorretórico que caracterize o gênero portaria do século XVIII, a exemplo do modelo a que chegou Swales (1990), com relação à artigos acadêmicos, como mostrado no item 1.4 do capítulo anterior.

Para caracterizar essa recorrência, levaremos em consideração a frequência de 50% (cinquenta por cento) das subunidades retóricas encontradas, porcentagem utilizada por Biasi-Rodrigues (1998) e Bernardino (2000) em suas respectivas pesquisas.

Por fim, cabe dizer que o objetivo deste capítulo foi descrever minuciosamente cada etapa da pesquisa que fizemos. Perceba-se que para o sucesso de nossa análise foram necessários diversos passos metodológicos que levaram em conta não só o trabalho de análise textual – edição e aplicação do modelo CARS – mas também um trabalho de pesquisa sobre o contexto histórico em que foram produzidas as portarias analisadas.

O capítulo seguinte configura-se como a etapa analítica de trabalho com os textos resgatados, em que, primeiramente, apresentaremos algumas características da comunidade discursiva que originou as portarias.

## 4 ANÁLISE SOCIORRETÓRICA DO GÊNERO PORTARIA DO SÉCULO XVIII

No presente capítulo, apresentaremos a análise de nosso *corpus* baseada nos pressupostos metodológicos expostos nos capítulos anteriores. Para que essa análise esteja em sintonia com o que foi dito até aqui, dividimos este capítulo em tópicos com propósitos bastante específicos para o cumprimento das etapas de análise.

No primeiro tópico, faremos uma tentativa de reconstituição do contexto histórico que produziu as portarias, principalmente a organização administrativa colonial, e também apresentar quais critérios de comunidade discursiva são possíveis de serem aplicados à comunidade que produziu as portarias, bem como a identificação dos propósitos comunicativos e o exercício do repropósito; no segundo, faremos a análise das portarias a partir do modelo CARS da forma como foi detalhadamente explicado no tópico 3.5 do capítulo anterior; no terceiro faremos o cruzamento de dados, contabilizando a quantidade de subunidades retóricas encontradas, bem como a frequência das mesmas; No quarto tópico, apresentaremos um modelo sociorretórico do gênero portaria do século XVIII.

Ressalte-se que este capítulo concentra o objetivo maior de nossa pesquisa que é, justamente, encontrar uma organização sociorretórica do gênero portaria do século XVIII.

### 4.1. CONTEXTO HISTÓRICO, COMUNIDADE DISCURSIVA E PROPÓSITOS COMUNICATIVOS

#### 4.1.1 A organização político-administrativa do Brasil colonial

A estrutura e organização do Brasil colonial pode ser estudada sob vários ângulos: sociais, econômicos, administrativos, etc. Porém, por questões metodológicas, enfatizaremos apenas aspectos de ordem administrativa, mais relevantes para a descrição da comunidade discursiva de nosso *corpus*.

Antes, no entanto, é interessante trazer resumidamente alguns aspectos de ordem social e econômica. Segundo Prado Junior (1999), a base da sociedade

brasileira no século XVIII era a escravidão e o trabalho servil. A atividade comercial era exercida basicamente pelos “nascidos no Reino” que, quando instalados em solo brasileiro, estabeleceram por convenção rigorosa o domínio do comércio, restando aos homens “nascidos na colônia”, poucas opções de trabalho. O poder patriarcal dos grandes fazendeiros e senhores de engenho também se fazia presente, além do poder eclesiástico, o qual interferia na vida das pessoas de um modo geral, ditando regras de moral e conduta cristã.

No que concerne exclusivamente à administração colonial, como já dissemos no item 3.2, do capítulo anterior, o Brasil possuía uma administração extremamente contrastante com a atual. Neste aspecto, é válido traçar um paralelo entre a administração pública atual e a daquele período. Hoje, os poderes são separados em Executivo, Legislativo e Judiciário e o homem é visto “como um cidadão com sua dimensão social, política e religiosa (...) e naquela época colonial não era bem assim”. (XIMENES, 2004, p. 37). Vale ressaltar que todos os cargos, sejam eles administrativos, executivos ou judiciários, bem como as instituições administrativas oficiais, eram criados conforme o modelo de Portugal, a Metrópole. Na prática, no entanto, é difícil precisar como essa organização se dava no Brasil colonial, principalmente em capitanias menos desenvolvidas, como a do Ceará.

As leis vigentes que criavam os cargos e funções administrativas eram as das Ordenações Portuguesas, da qual merece destaque as Ordenações Filipinas, que vigoraram na maior parte do período colonial, desde que entraram em vigor - em 1603 - até 1830. Prado Junior (1999), no entanto, chama atenção para o imenso conjunto de leis extravagantes compostas por alvarás, cartas e provisões, ordens, acórdãos e assentos, que também formavam o sistema judicial e que orientava as decisões da vida e da sociedade colonial, provando assim o poder supremo do rei,

Ainda conforme Prado Junior (1999), no período colonial o poder administrativo estava concentrado nas mãos do estado e o rei era a expressão máxima deste Estado. Segundo o mesmo autor, o rei “é chefe, pai, representante de Deus na terra, supremo dispensador de todas as graças e regulador nato de todas as atividades, mais que isto, de todas as expressões pessoais e individuais de seus súditos e vassallos (...)” (1999, p. 299).

Araripe (2002) afirma que a monarquia absolutista regia as colônias com leis geralmente arbitrárias emanadas da vontade do rei. Esta autoridade do monarca sobre os seus comandos fazia-se sentir até mesmo entre os governadores das capitanias, que sofriam repressão direta sobre seus atos, como é possível observar em muitos documentos da época, dentre eles nosso conjunto de portarias que, sem dúvidas, oferecem um recorte deste período e permite observar o poder predominantemente monárquico.

Apesar do absolutismo do rei, segundo Ximenes (2004, p. 39), “a administração colonial não apresenta uniformidade, caracterizando-se uma grande contradição, pois as funções e as atribuições das autoridades não eram bem definidas”. Assim, o modelo de administração colonial era confuso, não definindo papel específico para as autoridades, o que acabava por gerar muitas incongruências e poderes assimétricos. Esse modelo confuso aparece com frequência nos textos analisados, uma vez que é possível observar certas autoridades desempenhando mais de uma função administrativa.

As capitanias eram a forma como todo o território colonial estava dividido e eram de duas ordens: as gerais e as subalternas. As gerais eram: Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará, Goiás e Mato Grosso. As subalternas eram: Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Rio Negro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Aqueles que governavam as capitanias principais eram chamados de governador ou capitão-general e os que governavam as subalternas eram chamados de capitão mor ou também de governador.

O governador da capitania era o chefe supremo, com função essencialmente militar, comandando as forças armadas de sua capitania e a das subalternas a esta. Nas capitanias subalternas, há também a figura do governador ou capitão-mor, que deve seguir às ordens conforme manda o capitão-general ou governador da capitania da qual a sua é subalterna. Além da função militar, o governador é também o chefe de toda a organização administrativa. Normalmente, essas autoridades estavam concentradas nas vilas sedes das capitanias, ficando o

resto do território desamparado, o que tornava a ação dessas autoridades, no interior, praticamente nula.

Naquela época, por razões político-administrativas, as capitanias já eram divididas em unidades menores, das quais destacamos as vilas ou termos. Para que uma vila fosse criada, era necessária uma carta régia, expedida pelo rei de Portugal, autorizando a criação daquela vila.

Na medida em que a administração colonial foi se tornando mais complexa, surgiu a figura dos ouvidores, chefes do judiciário em cada capitania, com função fiscalizadora sobre a arrecadação de impostos e da administração pública geral.

Após a criação de uma vila era necessário compor uma câmara, que, por sua vez, constituíam-se como órgãos da esfera judiciária, com jurisdição extensiva por todo o território da respectiva vila e funcionavam, segundo Prado Junior (1999), como um órgão administrativo inferior à figura do ouvidor da capitania e conseqüentemente ao governador desta. A câmara era dirigida por um órgão colegiado, com funções político-administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. A composição da câmara era relativamente complexa e, segundo Garcia (1974) se dava da seguinte forma: um juiz, seu presidente nato; três ou quatro vereadores, um escrivão e um procurador, sendo essa a sua constituição mais básica da vila.

Salgado (1985), no entanto, ressalta que no Brasil colonial as câmaras divergiram bastante do que preconizava as ordenações Filipinas, certamente com muitas adaptações calcadas nos padrões costumeiros locais. Some-se isso ao fato de que muitas câmaras estavam localizadas em capitanias pobres e distantes, o que provavelmente fez com que suas atribuições, na prática, divergissem do que se ordenava oficialmente.

A organização do poder militar, como é de se supor, era de imensa importância. A organização do mesmo, no Brasil colonial, oficialmente, seguia o modelo português, muito embora não se possa precisar até que ponto o militarismo colonial foi fiel à Metrópole. Em suma, a organização militar era de três ordens: a tropa de primeira linha, representada pela tropa regular e profissional, cujo

recrutamento de pessoas capazes de segurar armas se dava de formas muitas vezes arbitrária; as tropas auxiliares recrutadas por serviço obrigatório e não remunerado, posteriormente chamadas de milícias; as ordenanças, por sua vez, eram formadas por todo o resto da população masculina entre 18 e 60 anos. Em nosso *corpus*, há menções diversas à organização militar, com recorrência das tropas auxiliares, cuja organização era a seguinte:

Sua organização, tal como a das tropas de primeira linha, era baseada no sistema militar da Espanha, e dividia-se em terços, com cerca de 600 homens subdivididos em 10 companhias. Cada terço era comandado por um mestre-de-campo e os homens eram disciplinados e instruídos por oficiais hábeis e experimentados das tropas de primeira linha, nomeados pelos governadores das províncias. Mas, diferente das tropas de primeira linha, as auxiliares, como também as ordenanças, não eram remuneradas. Dessa forma, muitas vezes o rei concedia regalias, honras, liberdades e isenções aos oficiais dos terços como uma das maneiras de atrair o interesse no serviço real (MELLO, 2009, p. 46-49).

É importante reiterar que não se pode precisar exatamente como se dava essa organização das tropas auxiliares no Brasil, principalmente na capitania do Ceará, uma das menos significativas no contexto político colonial brasileiro. Na medida em que essas tropas forem citadas no decorrer da análise, tentaremos conceituar alguns cargos e funções, nos baseando em pesquisas de historiadores sobre a organização colonial.

No que se refere à administração fazendária, destaque-se um importante órgão da administração colonial, as Provedorias da Fazenda Real e, segundo Mendonça (1972), eram importantes órgãos administrativos com diversas funções, como arrecadação de impostos, armazenamento de armas e munição, construção de obras públicas etc. Ao longo do período colonial diversas provedorias foram criadas em território brasileiro, até o órgão começar a ser extinto em 1770, quando apenas provedorias localizadas em capitâncias mais pobres e distantes, como no caso da capitania do Ceará, sobreviveram até o século XIX. O Responsável por uma provedoria era o ouvidor, também chamado de provedor e contava com alguns funcionários que desempenhavam funções subalternas.

Havia ainda as Vedorias do exército, órgãos anexos as Provedorias da Fazenda Real, constituindo-se como órgão pagador em cada capitania. Era chefiada

pelo vedor geral dos exércitos, cargo exercido pelo próprio provedor e ouvidor. (MENDONÇA, 1972).

Ximenes (2004, pág. 51), faz uma síntese da administração colonial brasileira ao afirmar que “Em todos os aspectos, no período colonial, a administração é complexa, burocrática e desigual. Não há limites determinados de ação de cada órgão, há ausência de métodos e clareza na elaboração das leis (...)”.

Podia-se falar ainda em muitos outros cargos, funções e órgãos, já que a administração colonial - embora confusa e com sujeitos desempenhando mais de uma função administrativa - possuía um elevado grau de complexidade e organização, o qual não é possível reproduzir plenamente neste trabalho. Obras como as de Mendonça (1972), Garcia (1975), Salgado (1985) e Prado Júnior (1999), já citadas, podem ser de grande valia a quem desejar saber com detalhes como se deu a organização da administração colonial.

Sucintamente, podemos encerrar este tópico afirmando que o período colonial brasileiro apresentava imensa dependência da Metrópole – Portugal - cujas decisões de seu reino afetavam diretamente a organização administrativa da colônia, com todos os interesses convergindo em favor do rei. A seguir, tentaremos fazer uma reconstrução mais precisa do período em que nosso *corpus* foi produzido, bem como da capitania do Ceará, a qual este pertence.

#### **4.1.2 A capitania do Ceará entre 1762 a 1780**

Até aqui, tratamos de aspectos administrativos gerais caros a maior parte do território brasileiro no período colonial. Saliemos também que a estrutura administrativa do Brasil colonial era a mesma de Portugal, porém é bem provável que por aqui, na prática, houvesse substanciais diferenças com o que se determinava pelo reino português oficialmente.

Convém lembrar também que as portarias analisadas pertencem ao contexto político-administrativo do Ceará e foram produzidas entre 1762 a 1780. Há aí um espaço político e geográfico e um período de anos muito bem delimitados, o

que nos obriga, na tentativa de conceituar a Comunidade Discursiva de nosso *corpus*, a tentar especificar ainda mais os sujeitos produtores desses textos.

Primeiramente, é preciso destacar que a capitania do Ceará esteve subordinada à capitania de Pernambuco até 1799. Desta forma, durante todo o espaço de tempo em que as portarias foram devidamente escritas, deviam os governadores da capitania do Ceará obedecer às ordens do governador da capitania de Pernambuco.

Ximenes (2013) salienta que a situação da capitania do Ceará até os idos do Império não era das mais “ostentosas”. A capitania vivia situação de atraso socioeconômico e cultural, com precários serviços de saúde e educação até nas vilas mais importantes. No interior, importantes famílias donas de grandes propriedades rurais e rebanhos viviam a brigar pelo poder, sendo estas muitas vezes as verdadeiras donas do poder nas vilas, como é possível observar em documentos do período, além de historiadores como Vieira Jr. (2004) que narra a briga de alguma dessas famílias pelo poder.

A primeira vila criada na capitania do Ceará deu-se em 1700, no Iguape. A sede desta mudou algumas vezes e culminou com o seu desmembramento nos anos posteriores, surgindo assim duas vilas: do Aquiraz e a de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, esta última elevada à categoria de sede do governo capitania, informação extremamente válida para nossa análise, já que a maior parte das portarias foram emitidas e registradas nesta vila.

O desejo de agregar o povo ao redor de vilas, para melhor administração e segurança, fez com que até 1780 a capitania do Ceará já contasse com várias vilas e, segundo Jucá Neto (2012), eram as seguintes: Vila de Aquiraz (1713); Vila de Fortaleza (1723); Vila do Icó (1736); Vila de Santa Cruz do Aracati (1748); Vila Real de Soure, atual Caucaia (1755); Vila de Messejana (1756); Vila Real de Arronches, atual Parangaba (1759); Vila Viçosa Real (1759); Vila de Monte-mor o Novo d'América, atual Baturité (1764); Vila Real do Crato (1764); Vila Real de Sobral (1773); Vila Real de Granja (1776). Outras vilas foram criadas posteriormente e, até 1822, ano da independência, somavam dezoito.

Ximenes (2013), ao editar diferentes documentos diplomáticos da capitania do Ceará na segunda metade do século XVIII, demonstra que uma das causas para que fossem criadas vilas pelos governadores das capitanias, por ordem do rei, era a preocupação em reunir pessoas sob a chefia de representantes de sua majestade, para que assim o poder real chegasse aos lugares mais inóspitos nos confins do reino, e na capitania do Ceará, não foi diferente.

Ximenes (2013) comprova o que foi dito acima através da edição de um registro de um bando<sup>7</sup> e de uma carta régia,<sup>8</sup> cuja data é de 22 de Julho de 1766 e trata, justamente, da necessidade de se criarem vilas para reunir o povo sob a chefia de representantes da coroa. Os referidos textos, enviados aos capitães-mores e governadores das capitanias, informam que a vida da colônia estava submetida aos olhares do rei. Ainda segundo Ximenes (2013, p. 65) “a população das longínquas vilas era orientada a prestar homenagem e comemorar, por exemplo, o nascimento de um príncipe ou uma princesa”, muito embora tais notícias só chegassem, de fato, muitos meses depois do acontecimento.

No que concerne aos governadores da capitania do Ceará, Girão (1984) faz uma síntese com todos os sujeitos que ocuparam este cargo, do qual destacamos dois: João Baltazar de Quevedo Homem de Magalhães e Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca. O primeiro governou o Ceará entre 1759 a 1765 e o segundo entre 1765 a 1781. A figura destes governadores é fundamental para a nossa análise, afinal, eles constituem os principais emissores das portarias analisadas. Embora suas ordens seguissem o que recomendava o governador de Pernambuco, e este obedecia às ordens do rei - D. José I, até 1777 e Pedro III posteriormente – eram as autoridades com poderes para assinarem as portarias e fazerem valer ordens e recomendações diversas.

---

<sup>7</sup>documento diplomático, dispositivo normativo, descendente. Ocorre apenas na administração colonial. É a ordem ou o decreto, em geral, dos governadores e capitães gerais, proclamada(o) oralmente em pregão público ou afixada(o) em lugar ou veículo de circulação pública. O mesmo que é dito ou mandato proibitório. Era utilizada(o) para questões cotidianas relacionadas ao cumprimento de ordens pontuais. Muitas vezes, funcionava como documento de correspondência, isto é, para que se cumprisse em jurisdição mais limitada, uma ordem mais ampla de origem superior. (Belloto, 2002, p. 50).

<sup>8</sup>documento diplomático, dispositivo normativo, descendente. Ordem real, dirigida a uma determinada autoridade ou pessoa e iniciada pelo nome dela. É expedida imediatamente pelo soberano e por ele assinada como Rei (Rainha ou Príncipe Regente se for o caso). (Belloto, 2002, p.53).

Girão (1984) traz claramente a distinção entre o poder da justiça e da fazenda, que eram de alçada dos governadores das capitanias, cujos verdadeiros representantes estavam longe. No que concerne ao poder judiciário, o primeiro encarregado era o ouvidor da capitania. Entre 1762 a 1780 o Ceará teve três ouvidores: Vitorino Soares Barbosa, o oitavo ouvidor da capitania que, curiosamente, foi acusado de envenenar o governador da época, Homem de Magalhães, mas teve sua inocência comprovada; João Carneiro da Costa de Sá, que permaneceu no cargo até 1773; José da Costa Dias Barros, que ocupou o posto até 1781. Era comum o ouvidor sair de “Correição” pelas vilas, o que significava dizer que o ouvidor tomava notas de crimes e denúncias, aplicando a lei pelo território afora. Quando foi criada a ouvidoria da capitania do Ceará, esta se uniu a provedoria da Fazenda Real, importante órgão já citado no item anterior a qual retornaremos adiante.

No que se refere ao aparelhamento judiciário - cuja descrição foi feita no item anterior - na capitania do Ceará, no período de nosso interesse, este ainda era muito deficitário e básico, conforme afirma Girão (1984), ao apontar que os primeiros juízes de fora – os que de fato conheciam o Direito -só chegaram à capitania do Ceará - e apenas nas vilas mais importantes - apenas no século XIX. Tal informação nos mostra que as câmaras funcionavam sob a chefia apenas de juízes ordinários, que geralmente desconheciam o Direito e muitos não eram ao menos letrados. Muitas dessas câmaras sequer possuíam sede e, quando da necessidade de reunião, seus membros poderiam se reunir em uma casa qualquer ou até mesmo debaixo de uma árvore, além de possuírem uma composição extremamente básica de membros.

A provedoria da Fazenda Real do Ceará, por sua vez, estava atrelada diretamente a ouvidoria, ou seja, o ouvidor era também o provedor da Real Fazenda. A arrecadação de dízimos e subsídios era a principal função da provedoria e estes eram de várias ordens, como demonstra Girão (1984), e recaiam sobre o cultivo e produção de diferentes produtos, bem como a compra e venda de gados. As provedorias da Fazenda Real entraram em franco processo de declínio a partir de 1770, porém, no Ceará, resistiu até 1799.

O quadro geral administrativo do Brasil colonial, em especial a capitania do Ceará, foi extremamente importante para a análise das portarias porque, sem esses dados, não seria possível entender plenamente o conteúdo destes documentos. Além da dificuldade de edição, da língua arcaica, há ainda a menção a diversos cargos e organizações administrativas, os quais não poderiam ser suficientemente elucidados sem o conhecimento histórico do período. É de se supor que sem este conhecimento, nossa análise seria fria e pouco compreensível, o que, obviamente, nunca almejamos.

Os textos analisados fazem referência a vários cargos administrativos – governador, ouvidor – além de órgãos judiciais como as câmaras e ouvidorias, também a Real Fazenda e, claro, a majestade o rei de Portugal. Há ainda outras menções a cargos e funções, que explicaremos, quando for o caso, por meio de notas de rodapé, à medida que aparecerem nos textos.

As dificuldades para reconstruir uma comunidade discursiva distante no tempo são, principalmente, o fato de só podermos contar com pesquisas históricas que nem sempre nos são suficientemente claras para a elucidação de dados e fatos. Além disso, certamente, muito mais se poderia acrescentar a respeito das estruturas organizacionais da colônia, porém, acreditamos que o que foi dito até aqui será de extrema relevância e suficiente para o entendimento das estruturas linguísticas e organização retórica presentes em nosso *corpus* de análise.

#### **4.1.3 Construindo um quadro geral dos sujeitos envolvidos em nosso *corpus***

Para facilitar o entendimento da organização das portarias, apresentaremos um quadro resumido em que constam os emissores, receptores, sujeitos que fizeram os registros e as respectivas datas principais. Ressalte-se que nosso *corpus* foi organizado por antiguidade, ou seja, a portaria 01 será o documento mais antigo e assim sucessivamente

**Tabela 01 - Resumo dos principais sujeitos envolvidos nas portarias analisadas. Abreviaturas Utilizadas: Emissor: Capitão Mor e Governador João Baltazar de Quevedo Homem de Magalhães (JBQHM) e Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (AJVBF).**

<b>Portarias</b>	<b>Emissor</b>	<b>Receptor (principal)</b>	<b>Secretário</b>	<b>Data</b>
<b>1</b>	JBQHM	Capitão dos auxiliares, Apolinário Gomes Pessoa.	Por impedimento do secretário, Antônio José da Silva	01/09/1762
<b>2</b>	JBQHM	Comandantes dos Portos (nomes não mencionados)	Por impedimento do secretário, Antônio José da Silva	12/09/1762
<b>3</b>	JBQHM	Comandantes dos portos (nomes não mencionados) /Ajudante do terço de auxiliares Antonio da Silva Gadelha	O secretário, Manuel da Siqueira Borges	01/12/1763
<b>4</b>	AJVBF	Soldado de infantaria José Lopes	O secretário, Felix Manuel de Matos	17/12/1768
<b>5</b>	AJVBF	Escrivão e provedor interino da Real Fazenda (nome não mencionado)	O secretário, Felix Manuel de Matos	03/06/1769
<b>6</b>	AJVBF	Provedor interino da Fazenda Real (nome não citado)/O	O secretário, Felix Manuel de Matos	05/06/1769

		licenciado Manuel Lopes de Abreu		
<b>7</b>	AJVBF	Provedor interino da Fazenda Real (nome não mencionado)	O secretário, Felix Manuel de Matos.	02/07/1769
<b>8</b>	AJVBF	Provedor interino da Fazenda Real (nome não mencionado)	O secretário, Felix Manuel de Matos	02/07/1769
<b>9</b>	AJVBF	Infantaria auxiliar das Marinhas do Ceará ,Manuel Felix de Azevedo ajudante de	O secretário, Felix Manuel de Matos	15/09/1769
<b>10</b>	AJVBF	Escrivão da Real Fazenda (nome não identificado)	O secretário, Felix Manuel de Matos	17/04/1770
<b>11</b>	AJVBF	Tabelião do judicialLuiz Marreiro de Sá/ Secretário de governo Ignacio José Gomes de Oliveira	Antonio de Castro Viana	08/07/1775
<b>12</b>	AJVBF	Sargento-mor Alexandre Correia Arnaus	-	30/10/1976
<b>13</b>	AJVBF	Provedor da Fazenda Real de Fortaleza (nome não mencionado)	-	14/12/1776
<b>14</b>	AJVBF	Tenente coronel Ignácio Aranha	-	14/12/1978

---

 de Vasconcelos
 

---

<b>15</b>	AJVBF	Alferes Ignacio Pereira de Melo	-	06/12/1980
-----------	-------	------------------------------------	---	------------

---

Fonte: elaborada pelo autor

Percebe-se pela tabela acima que os emissores das portarias são autoridades, no caso, governadores do Ceará na época. Seus destinatários são variados, mas estão todos vinculados a cargos e funções administrativas diversas, cujas ações eram legitimadas a partir da emissão desses documentos e que os mesmos necessitavam de um registro formal a ser feito pelo secretário do governo.

#### **4.1.4. O contexto histórico e sua relação com a comunidade discursiva**

Como exposto no primeiro capítulo, a evolução nos estudos de gêneros textuais, independente de correntes teóricas, sofreu um franco processo de evolução, partindo de uma perspectiva puramente estrutural e formal para noções de gênero textual produzido e legitimado no interior de núcleos interacionais complexos, no qual, gênero e sujeito modificam um ao outro nas situações reais da comunicação humana. Na proposta de Swales (1990, 1992), muitos desses pressupostos se encontram ligados ao conceito de comunidade discursiva (CD), cuja definição foi largamente explorada no item 2.2.2, e por isso não achamos relevante trazer novamente as características desta teoria, já explorada no subtópico citado. O que faremos é aplicar estes conceitos ao contexto histórico, também já explorado.

É importante dizer que embora os conceitos e definições de uma CD tenham sido ampliados e revistos posteriormente, achamos relevante fazer a nossa análise a luz dos seis critérios propostos por Swales (1990) para o reconhecimento de uma CD – a única exceção é o critério 06, que mostrou-se problemático para ser aplicado ao nosso contexto, especificamente, conforme será visto adiante. Tal opção está relacionada, primeiramente, com o fato de que, a partir dos critérios, é possível fazer um enquadre mais objetivo das informações que temos em relação à reconstituição da referida CD; em segundo lugar, porque a única fonte que dispomos é a pesquisa histórica, o que não nos permite uma descrição rica em maiores detalhes. Vejamos os critérios:

**Os objetivos e propósitos da comunidade discursiva:** a comunidade discursiva em questão é formada por toda uma rede de sujeitos encarregados da administração colonial do Ceará no século XVIII. Tanto os objetivos, quanto os propósitos, visam por em prática o exercício dessa rede administrativa, através de ordens, recomendações etc. Vale lembrar que essa rede estava subordinada às leis de Portugal, a metrópole, cabendo aos indivíduos nela inseridos desempenhar suas respectivas funções de acordo com a mesma. Cabe dizer ainda que essa administração possuía falhas, incoerências e poderes assimétricos como já mencionado durante a explanação do contexto histórico.

**Os mecanismos de intercomunicação entre os membros da comunidade discursiva:** por se tratar de uma comunidade com certa organização burocrática, é de se supor que o principal mecanismo de intercomunicação na administração colonial cearense é o uso de documentos diplomáticos, como as portarias analisadas. Estes documentos, como qualquer outro gênero textual de caráter diplomático, não podiam ser expedidos por qualquer pessoa e sim pela autoridade competente para tal, além de seguir uma série de protocolos formais, como, por exemplo, o registro por escrito, datado e assinado, para fazer valer os encaminhamentos que neles constassem.

**A participação dos membros e a organização hierárquica da comunidade discursiva:** muito embora a administração colonial pareça ter sido confusa, é nítida as diferenças entre superiores e subalternos. Em suma, a figura máxima do poder era o rei de Portugal, citado em diversos documentos, incluindo nossas portarias. Abaixo dele vai se estabelecendo uma cadeia de cargos e funções administrativas desempenhadas por sujeitos hierarquicamente organizados. No caso apenas das portarias analisadas, a figura de maior poder é a figura do governador ou capitão-mor da capitania do Ceará, já que foi a responsável pela emissão dos referidos documentos.

**Os gêneros compartilhados pela comunidade discursiva:** este critério guarda uma estreita relação com o critério dois, em que a questão dos gêneros textuais próprios da comunidade discursiva foi citada. Em suma, havia uma série de documentos diplomáticos, cada qual com seus propósitos e com a respectiva

autoridade competente para a sua emissão. Dentre estes documentos estavam, como não poderíamos deixar de citar, o gênero textual portaria, objeto de nosso estudo.

**O léxico específico da comunidade discursiva:** critério bastante pertinente, já que o *corpus* analisado é de natureza escrita e formal e, portanto, possui léxicos adequados para tal fim. Dentre estes mecanismos destacamos diversas abreviaturas, ainda utilizada hoje em documentos e mais ainda na época, em que o único meio de escrita era o manual, necessitando-se ganhar tempo e economizar tinta etc. Dentre as abreviaturas podemos destacar: “Ilmo – Ilustríssimo”, “Exmo: Excelentíssimo”, “Port<sup>a</sup> – Portaria”, entre outras. Cabe destacar também o uso de fraseologias como “e não se continha mais em dita portaria”, “em rei, nosso senhor” etc. Por fim, é válido mencionar o uso de verbos em 1<sup>a</sup> pessoa, como “recomendo”, “ordeno” entre outros.

**A relação entre membros experientes e membros iniciantes na comunidade discursiva:** este critério é um tanto problemático de ser aplicado à nossa análise, porque não temos referências históricas para demonstrar como se dava essa relação nem como se dava a admissão de novos membros. É possível inferir que a prática de leitura e escrita era um importante fator para a admissão de novos membros na administração pública no contexto colonial do Ceará, já que autores como Araripe (2002) relatam a nomeação de sujeitos para cargos públicos baseada no fato destes serem alfabetizados e, portanto terem condições de redigirem documentos.

#### **4.1.5. Os propósitos comunicativos e o exercício do repropósito**

O conceito de propósito comunicativo, também explorado no subtópico 2.2.2, foi aplicado ao nosso *corpus* reconhecendo-se, primeiramente, algumas marcas formais, como a indicação gênero portaria no início de cada texto. Além desse critério, a leitura inicial dos textos permitiu entrever uma série de outros propósitos, como: determinações de ordens administrativas diversas, por meio de autoridades administrativas do modelo de administração colonial, além de recomendações de condutas, estratégias etc. Há também a constante onipresença da figura do rei de Portugal que era a figura máxima detentora do poder nos

domínios de seu reino, aí incluindo o território brasileiro. Porém, como foi dito no subtópico 2.2.2, os propósitos são interessantes para um reconhecimento inicial e devem ser revistos ao fim da análise, fazendo-se assim o exercício do repropósito.

O exercício do repropósito dos gêneros, como também foi visto no subtópico 2.2.2, pode ser feito de duas formas junto à análise de gêneros: textual ou linguístico e contextual ou etnográfico. Após a leitura das portarias que nos propusemos a analisar e a percepção de que estas foram produzidas no interior de um sistema político-administrativo formal, intrinsecamente ligado ao contexto histórico colonial brasileiro, percebemos que a identificação dos propósitos comunicativos e consequentemente o exercício do repropósito se daria seguindo o modelo contextual ou etnográfico. O modelo contextual ou etnográfico parte, primeiramente, da reconstrução da comunidade discursiva que produziu o gênero, como já feito.

Por fim, cabe dizer que a finalização do exercício do repropósito só ocorrerá em nossa pesquisa após a análise, ou seja, depois de todo o processo de identificação das subunidades retóricas relevantes na caracterização do conjunto de textos analisados por nós e suas vinculações com a comunidade discursiva da qual esses textos emergiram.

#### 4.3 APLICANDO O MODELO CARS AO *CORPUS*

A análise e aplicação do modelo CARS, como já foi dito nos capítulos anteriores, constitui a escolha metodológica adotada por nossa pesquisa e, por tudo o que foi colocado a respeito deste modelo, não achamos necessário reiterá-lo mais uma vez. O que faremos a partir de agora é aplicá-lo, conforme o modelo de análise presente no item 3.5 do capítulo anterior, ao conjunto de portarias que compõe o nosso *corpus*, analisando-o a partir de unidades e subunidades retóricas.

##### •Portaria 01

A referida portaria faz menção a uma “sanguinolenta guerra” na qual a coroa portuguesa estava envolvida, situação que obrigou sua majestade a se prevenir de algum ato bárbaro a ser cometido por alguma nação estrangeira, ordenando a proteção dos portos da capitania do Ceará. A portaria nomeia o capitão dos Auxiliares, Apolinário Gomes Pessoa, para ser o intendente de fortificação da

barra de Aquiraz, o qual deverá seguir as ordens e recomendações para o bom funcionamento da missão. A portaria menciona ainda que o mesmo processo deverá ser feito com os outros intendentess para os demais portos, cujos nomes não foram mencionados.

*Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Registro de uma portaria que o senhor Capitão Mor e Governador...

- Datar o despacho da dita portaria: passou em primeiro no presente mês de Setembro deste ano e 1762

- Indicar o receptor da referida portaria: aos Intendentes das fortificações<sup>9</sup> dos onze portos da marinha desta capitania

- Dizer o motivo do despacho da dita portaria: para efeito de se fazerem neles as estacadas e mais resguardo dos mesmos, na forma das ordens do senhor general.

*Unidade retórica 02*

- Descrever uma situação problemática: Porquanto por causa do Sensível estado em que se acha toda a humanidade em uma sanguinolenta guerra, obrigou sua Majestade fidelíssima a cautelar-se de toda incivilidade a que se queiram atrever alguma das nações estrangeiras.

- Recomendar uma conduta ou estratégia: e por isso deva se prevenir usando de todas aquelas prevenções que se fazem indispensáveis para resguardo da marinha desta capitania na forma das ordens expedidas pelo senhor governador e capitão general de Pernambuco não, só dirigida à segurança dela, mandando conservar na presente ocasião o destacamento dos Auxiliares<sup>10</sup> efetivamente em guarnição, senão ainda para fortificarem as barras, enseadas e “surgidouros”

---

<sup>9</sup> Não foi possível precisar exatamente o que significava o termo “Intendentes de fortificação”, haja vista que nenhuma literatura consultada faz menção a essa função. No entanto, depreende-se que se trata do Capitão da tropa de auxiliares, que atuaria em uma função específica, no caso a liderança de auxiliares na proteção de um porto da capitania, no caso da referida portaria, temendo invasões estrangeiras.

<sup>10</sup> A função dos auxiliares foi conceituada por nós no subtópico 3.1.2.

principais com uma estaca da competente, para defesa delas entre as quais a barra do Iguape, do distrito da Vila do Aquiraz, em que é capitão dos Auxiliares Apollinario Gomes Pessoa.

- Determinar ordem principal: Nomeio o dito capitão para Intendente da fortificação da dita barra, o qual virá perante a mim para receber as ordens que há de seguir no referido destacamento e fortificação no que, se passará com aquele zelo de que confio da sua fidelidade.

### *Unidade retórica 03*

- Indicar o local e data da referida portaria: Villa da Fortaleza, ao primeiro de Setembro de 1762

- Indicar a autoridade emissora da portaria: Quebedo (Assinatura do governador, João Baltazar de Quevedo).

-Fazer referência ao registro da referida portaria: e não se continha mais na dita portaria, que aqui bem e fielmente registrei do próprio sem coisa que duvida faça aos 14 dias do dito mês acima declarado: do teor da portaria acima se tirarão outros exemplares para os mais intendentes passando-se a cada um pelos seus nomes aquém se dirigirão as ditas portarias.

- Indicar quem transcreveu para o livro: Por Impedimento do Secretario, Antônio José da Silva.

### **Quadro 01 –Organização sociorretórica da portaria 01**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria;

1.2 Dizer o motivo do despacho da dita portaria;

1.3 Datar despacho da dita portaria.

---

Unidade retórica 02:

- 
- 2.1 Descrever uma situação problemática;
  - 2.2 Recomendar uma conduta ou estratégia;
  - 2.3 Determinar ordem principal.

---

Unidade retórica 03:

- 
- 3.1 Indicar local e data da referida portaria;
  - 3.2 Indicar autoridade emissora da referida portaria;
  - 3.3 Fazer referência registro da referida portaria;
  - 3.4 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

Fonte: elaborada pelo autor

### • Portaria 02

A referida portaria é uma ordem do Governador da capitania do Ceará na época, João Baltazar de Quevedo Homem de Magalhães, destinada aos comandantes dos onze portos para que reforçassem a segurança dos mesmos a fim de evitar possíveis invasões estrangeiras. A ordem partiu da Capitania de Pernambuco que, como exposto no tópico anterior, era a Capitania a qual o Ceará estava subordinado. A portaria não especifica o nome de nenhum comandante porque, na verdade, deveria ser feita uma cópia para cada um dos seus comandantes com seus respectivos nomes. No livro, registou-se apenas um modelo “genérico”.

#### *Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Registo de uma portaria
- Indicar a autoridade emissora da portaria: que o senhor capitão-mor, e governador

- Indicar o receptor da referida portaria: passou aos comandantes dos onze portos de mar

- Dizer o motivo do despacho da dita portaria: que mandou guarnecer no distrito deste governo pelas tropas do terço de auxiliares<sup>11</sup>

- Indicar quando foi escrita a referida portaria: Aos 12 de Setembro de 1762 sendo este o dia em que se registrou a dita portaria.

#### *Unidade retórica 02*

- Descrever a função de cargo ou patente: Porquanto pelo lugar que ocupo, de Capitão-mor e governador desta capitania do Ceará grande me esteja encarregada da mesma para a boa administração, resguardo, e tranquilidade dela, como se verifica pela patente porque fui provido neste governo, deque fiz proveito, de homenagem nas reais mãos de sua Majestade Fidelíssima.

- Descrever uma situação problemática: seja-me obrigado na presente ocasião a usar de toda a cautela, que for bastante, e possível para defesa de qualquer incivilidade a que se “queira atrever inopinadamente por mar, ou por terra” alguma das nações estrangeiras, querendo atentar com violência s entrada em alguns dos portos dos domínios deste reino, e como pelas referidas circunstancias, e por ordem do mesmo senhor deque estou encarregado, expendidas pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo senhor governador e capitão general de Pernambuco deva dar pronta providencia ás mesmas ordens.

- Determinar de ordem principal: Ordeno a tal capitão por serviço de sua majestade fidelíssima logo, e sem a menor demora, ponha pronta a gente de sua respectiva companhia para guarnecer o porto, ou enseada, de tal parte no distrito do seu estabelecimento.

- Recomendar conduta ou estratégia: e repartirá por tal modo a gente de sua companhia que sejam divididos em três quartos para folgarem duas partes e se empregarem na cultura da sua anual subsistência, e por escala, desta forma,

---

A organização oficial do terço de auxiliares foi conceituada no item 3.1.2, porém, não se pode falar, assertivamente, que na capitania do Ceará o terço era constituído<sup>11</sup> conforme a descrição oficial.

“renderem-se” uns aos outros, cujos quartos serão de quinze dias e para que na execução desta ordem não haja o menor desconcerto por falta de especificação, e pela mesma causa senão possa em tempo algum chamar a ignorância o comandante desta diligência.

- Determinar ordem secundária: ordeno-lhe que observe e faça observar os quatro parágrafos 38, 39, 40, e 41, do alvará de sua Majestade fidelíssima de 10 de Dezembro de 1570 incorporado no regimento das ordenanças do Brasil, cujos parágrafos declara o mesmo senhor a forma das vigias, e resguardo dos portos da Marinha dos seus domínios cujo alvará como lei irrefutável.

- Recomendar pela segunda vez uma conduta ou estratégia: Se deve executar indefectivelmente e de toda a novidade que houver enquanto tiver duração o dito presidio. Avisara-me logo o comandante dele, sendo naqueles casos que possam admitir a demora de me dar adita parte para eu determinar, o que for mais bem acertado e de todos os mais que houver de resolver per si, em razão de pronta providência por causa de algum incidente que possa acontecer, e executará a dita diligencia com o maior desvelo, dando-me subsequentemente parte de tudo o que lhe oferecer.

- Fazer referência ao poder real: e tiver obrado, que do bom zelo, com que se empregar nesta matéria ficarei obrigado a representa-lo ao rei, nosso senhor, pondo na sua real presença tão distinto serviço para remunerar o mesmo senhor com a magnanimidade com que o costuma fazer a vassallos que se distinguem com ações heroicas em defesa da sua coroa:

- Dar ordem de registro da referida portaria: e mando que se registre esta portaria na secretaria deste governo no livro a que toca

### *Unidade retórica 03*

- Indicar a autoridade emissora da portaria: //Quebedo// (João Baltazar de Quevedo Homem de Magalhães)

- Fazer referência ao registro da referida portaria: e não se continha mais na dita portaria, que aqui bem e fielmente registrei da própria, sem coisa que duvida faça, a qual me reporto no mesmo dia, eera ut Supra.

- Indicar quem transcreveu para o livro: Por impedimento do secretário atual, Antônio José da Silva

### **Quadro 02 – Organização sociorretórica da portaria 02**

---

Unidade retórica 01:

---

- 1.1 Indicar o gênero portaria;
  - 1.2 Indicar o emissor da referida portaria;
  - 1.3 Indicar o receptor da referida portaria;
  - 1.4 Dizer o motivo do despacho da referida portaria;
  - 1.5 Datar o despacho da referida portaria.
- 

Unidade retórica 02:

---

- 2.1 Descrever uma função de cargo ou patente;
- 2.2 Descrever uma situação problemática;
- 2.3 Determinar ordem principal;
- 2.4 Recomendar conduta ou estratégia;
- 2.5 Determinar ordem secundária;
- 2.6 Fazer segunda recomendação de conduta ou estratégia;
- 2.7 Fazer referência ao poder real;
- 2.8 Dar ordem de registro da referida portaria.

---

Unidade retórica 03:

---

- 3.1 Indicar a autoridade emissora da referida portaria;
- 3.2 Fazer referência ao registro da referida portaria;
- 3.3 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

Fonte: elaborada pelo autor

#### •Portaria 03

A referida portaria foi despachada para desfazer os “presídios” estavam levantados nos onze portos da capitania do Ceará, já que, segundo a mesma portaria, não havia mais risco de invasões estrangeiras uma vez que a Guerra de Castela e França com a coroa portuguesa havia cessado. Todo o efetivo de homens que estavam encarregados de vigiar os portos deveria voltar, bem como as munições deveriam ser guardadas. O nomeado para avisar aos comandantes, que

se encontravam nos presídios, foi o ajudante pago do terço de auxiliares, Antônio da Silva Gadelha.

*Unidade retórica 01*

-Indicar o gênero portaria: Registo de uma portaria

-Indicar a autoridade emissora da portaria: que o Senhor. Capitão mor, e governador das armas<sup>12</sup> desta Capitania João Baltazar de Quebedo Homem de Magalhães

- Dizer o motivo do despacho da dita portaria: mandou passar para efeito de se levantarem os presídios que se achavam estabelecidos por ordem do mesmo senhor, que cessado pretérita guerra de Castella e França com a nossa coroa, deque nos pacificou a divina onipotência, e do mesmo modo fazer conduzir ao armazém deste almoxarifado as munições de guerra, que se achavam nos ditos presídios para Sua defesa, sendo o cabo nomeado para esta diligência, o ajudante pago de Auxiliares Antônio da Silveira Guedelha, cujo teor é o seguinte:

*Unidade retórica 02*

- Descrever uma situação problemática: Porquanto tivesse mandado estabelecer onze presídios de Auxiliares<sup>13</sup> nos portos marítimos desta capitania para defesa da mesma em razão da Cautela a que nos obrigou a pretérita guerra de Castella e França com a nossa coroa, cuja guerra já a divina onipotência nos pacificou seguindo as ordens que tive de tão satisfatória noticia expedidas pelo meu governador e capitão general de Pernambuco que ficam em meu poder em virtude

- Determinar ordem principal: das quais determino levantar os ditos presídios, tanto do efetivo atual – onde estão os militares que os guarnecem - como em retirar as munições de guerra que neles se acham para o armazém deste

---

<sup>12</sup> Os governadores das armas deveriam garantir o recrutamento, instrução e disciplina das tropas, e o de tenente-geral da artilharia do Reino, com jurisdição sobre o material de guerra, armas, pólvora e fundições (SELVAGEM, 1931, p. 384). Vê-se claramente o acumule de funções, já que João Homem de Magalhães era também o governador da capitania do Ceará.

<sup>13</sup> Embora não se tenha encontrado menção exata aos “presídios de auxiliares”, subtende-se que se trata de uma espécie de guarda militar, cuja função, neste caso, era vigiar os portos da capitania.

almoxarifado pela mesma forma e ordem Com que foram Conduzidas aos ditos presídios, as ditas munições.

- Determinar ordem secundária: Nomeio para oficial desta diligência e condução das ditas munições o ajudante pago do terço de auxiliares<sup>14</sup> desta capitania Antônio da Silva Guedelha, para que em observância desta mesma portaria vá intimar os Comandantes que se acham nos referidos presídios para que tenham entendido os mande suspender o atual exercício em que neles se acham, lhes ordeno entregar em conta e peso as munições de guerra, que lhes tinha mandado distribuir para defesa dos mesmos.

- Recomendar conduta ou estratégia: sendo a cada um, uma arroba de pólvora, e duas de chumbo, cuja quantia passará recibos o dito oficial nomeado aos ditos comandantes para descarga destes, e na companhia ordene fazer real entrega da referida quantia ao almoxarifado<sup>15</sup> Francisco Pinheiro do Lago, e sendo necessário ao dito ajudante, para esta condução, alguns animais com os preparos necessários

- Fazer referência ao poder real: para a mesma lhes porá prontos o provedor da Fazenda Real desta capitania que bem do real serviço e arrecadação da real Fazenda, sendo-lhe apresentada esta mesma portaria aos comandantes efetivos dos ditos presídios acima tenham entendido, e do mesmo modo o Provedor da Real Fazenda.

### *Unidade retórica 03*

- Indicar o local e data da referida portaria: Vila de Santa Cruz do Aracati. 19, de Dezembro de 1763.

- Indicar a autoridade emissora da referida portaria: Rubrica (João Baltazar de Quevedo Homem de Magalhães)

<sup>14</sup> Não se encontrou na literatura pesquisada menção ao cargo de ajudante do terço de auxiliares, muito embora verifique-se pela portaria que sua função parece ser a de prestar serviços ao terço, como avisar aos comandantes que se levantassem os presídios.

<sup>15</sup> Segundo Salgado (1985) os almoxarifes eram encarregados de organizar as despesas e as receitas militares e remetê-las ao órgão militar superior competente, que pela portaria subtende-se ser a Provedoria da Fazenda Real.

- Fazer referência ao registro da referida portaria: e não se continha mais na dita portaria que aqui bem e fielmente registrei da própria sem coisa que dúvida faça, no mesmo dia, eera ut supra.

- Indicar quem transcreveu para o livro: Por impedimento do Secretário atual Manuel de Siqueira Borges.

### **Quadro 03 – Organização sociorretórica da portaria 03**

---

Unidade retórica 01:

---

- 1.1 Indicar o gênero portaria;
  - 1.2 Indicar a autoridade emissora da referida portaria;
  - 1.3 Dizer o motivo do despacho da dita portaria.
- 

Unidade retórica 02:

---

- 2.1 Descrever uma situação problemática;
  - 2.2 Determinar ordem principal;
  - 2.3 Determinar ordem secundária;
  - 2.4 Recomendar conduta ou estratégia;
  - 2.5 Fazer referência ao poder real.
- 

Unidade retórica 03:

---

- 
- 3.1 Indicar local e data da referida portaria;
  - 3.2 Indicar autoridade emissora da referida portaria;
  - 3.3 Fazer referência ao registro da referida portaria;
  - 3.4 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

Fonte: elaborada pelo autor

#### • Portaria 04

A referida portaria tem como função ordenar que José Lopes, soldado da companhia de infantaria<sup>16</sup> da Vila de Fortaleza, marche a até a ribeira de Acaraú a fim de servir de auxiliar da Marinha da mesma, já que lá não há “subalterno inteligente” para esta função.

##### *Unidade retórica 01*

- Indicar do gênero portaria: Registro de uma portaria de ajudante
- Indicar o receptor da referida portaria: passada a José Lopes do terço (de auxiliares) da marinha da ribeira de Acaraú.

##### *Unidade retórica 02*

- Descrever uma situação problemática: Porquanto é preciso acudir a falta que se experimenta no terço de Infantaria de auxiliar da marinha da ribeira do Acaraú, de que é Mestre de Campo<sup>17</sup> Antônio da Rocha Franco, por não haver nele subalterno inteligente, que sirva de ajudante. Enquanto não prover este posto, o ilustríssimo excelentíssimo senhor conde-general, cuja falta ainda é maior por também não estar provido o posto de sargento-mor<sup>18</sup> que serve a capitão mandante,

---

<sup>16</sup> A companhia de infantaria faz parte do terço de auxiliares e é chamada de infantaria para distinguir-se da cavalaria, em que nesta última estavam os soldados montados a cavalo.

<sup>17</sup> Mestre de campo ou também coronel, na época, era a mais alta patente de um terço de auxiliares, cuja função era diversificada, geralmente debruçando-se por toda a organização do terço de auxiliares. (SALGADO, 1985).

<sup>18</sup> Pela leitura de Salgado (1985) sargento-mor compunha a organização do terço de auxiliares abaixo dos cargos de Coronel e Tenente coronel.

na qual não há ciência da prática militar, motivo que não pode ensinar o exercício ao menos do manejo de arma.

- Determinar ordem principal: Ordeno a José Lopes, soldado da companhia de Infantaria paga deste presídio, que logo que Receber esta, marche para a dita ribeira do Acaraú a ordem do dito mestre de campo: e o provedor-vedor<sup>19</sup>, o qual lhe mandará por no seu assento a renda necessária.

#### *Unidade retórica 03*

- Indicar o local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa.Senhora da Assunção, a 17 de Dezembro de 1768

- Indicar a autoridade emissora da portaria: Estava a rubrica do senhor tenente coronel e governador Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

- Indicar quem transcreveu para o livro: O secretário Felix Manuel de Matos

#### **Quadro 04 – Organização sociorretórica da portaria 04**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria;

1.2 Indicar o receptor da referida portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Descrever uma situação problemática;

---

<sup>19</sup> As vedorias do exército foram mencionadas no subtópico 4.1.2, e tinham como função o pagamento de oficiais militares.

---

2.2 Determinar ordem principal.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar autoridade emissora da portaria;

3.3 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

Fonte: elaborada pelo autor

#### • Portaria 05

A referida portaria é uma ordem do Governador e Capitão mor Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, para que o Escrivão da Real Fazenda da capitania do Ceará sirva de provedor da mesma, já que o provedor titular e também ouvidor geral se encontra na Vila do Crato em correição. Assim, para se evitar prejuízos, o escrivão deve proceder com a venda do gado dos reideiros que se encontram com dívidas junto à Fazenda Real. A portaria faz menção ainda à seca naquele ano.

*Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Portaria (somente)

*Unidade retórica 02*

- Descrever uma situação problemática: Porquanto o doutor Ouvidor Geral<sup>20</sup> que nesta Capitania Serve juntamente de Provedor da Fazenda e se acha de Correição na Real vila do Crato, em mais de cem léguas de distância e por ela não pode dar as necessárias providencias:

---

<sup>20</sup> Nos itens 4.1.2 e 4.1.2 fizemos menção à função do ouvidor da capitania, bem como a informação de que este é também o provedor da Real Fazenda. Aludimos também ao significado de “correição”.

- Determinar ordem principal: para que se evite indubitável prejuízo que terá a mesma Real Fazenda no caso que nesta monção dos barcos se não que se vendam os Bois que se acham sequestrados aos rendeiros<sup>21</sup>, que faltaram em fazer os pagamentos nos seus devidos tempos e devem ainda as rendas dos seus contratos por ter corrido o ano muito seco, e está iminente uma grande mortandade nos gados que se não aproveitarem logo, como prudentemente se receia e me tem representado alguns dos ditos rendeiros, que pretendem dar ida aos seus gados.

- Recomendar conduta ou estratégia: para com o seu produto pagarem o que devem além do prejuízo ordinário que Sempre ha na demora de uns para outros anos, pelas muitas perdas a que estão sujeitos, como de onças, ladrões, e catinga, em que se perdem.

- Fazer referência ao poder real: o escrivão da Fazenda Real<sup>22</sup>, que em observância das ordens de sua majestade

- Determinar uma ordem secundária: deve servir de provedor nos impedimentos, ou faltas deste, mande Logo, e sem a menor perda de tempo, dar remédio ao ponderado prejuízo que pode ter a fazenda do mesmo senhor.

### *Unidade retórica 03*

- Indicar local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, 3 de junho de 1769

- Indicar a autoridade emissora da portaria: Estava a rubrica do senhor tenente coronel e governador Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

- Fazer referência ao registro da referida portaria: e não se continha mais em dita Portaria que bem e fielmente a fiz registrar no mesmo dia, eera ut supra.

---

<sup>21</sup> Tratava-se de uma arrematação, em leilão, de contratos de arrendamento para a cobrança de rendas e direitos, em prazo definido pelo provedor-mor. (SALGADO, 1985).

<sup>22</sup> Segundo Salgado (1985), o escrivão da Real Fazenda tinha diversas funções, quase todas ligadas ao serviço burocrático necessário para o bom funcionamento da Provedoria da Fazenda Real, entre essas funções estava o registro de despesas e pagamentos diversos.

- Indicar quem transcreveu para o livro: o secretário, Felix Manuel de Matos.

### **Quadro 05 – Organização sociorretórica da portaria 05**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Descrever uma situação problemática;

2.2 Determinar ordem principal;

2.3 Recomendar conduta ou estratégia;

2.4 Fazer referência ao poder real;

2.5 Determinar ordem secundária.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar do local e data da referida portaria

3.2 Indicar autoridade emissora da portaria

3.3 Fazer referência ao registro da referida portaria

3.4 Indicar quem transcreveu para o livro

---

Fonte: elaborada pelo autor

### **• Portaria 06**

A referida portaria é um complemento da portaria anterior, em que o governador e capitão mor, Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, manda que o escrivão e provedor (já que o provedor e também ouvidor estava em correição) da Real Fazenda do Ceará dê as providências citadas em documento externo ao nosso *corpus* e que são aprovadas pelo governador. A portaria nomeia ainda escrivães para os portos de Camocim, Acaraú e Aracati, para que possam agilizar o processo de venda dos gados, mencionado na portaria 5.

*Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Segunda portaria

*Unidade retórica 02*

- Determinar ordem principal: O Escrivão da Fazenda Real fazendo vezes de Provedor da mesma em observância ordens régias, mande logo dar as providências, que aponta na sua resposta, e que aprovo, por serem na realidade as mais profícuas ao adiantamento da cobrança das dívidas atrasadas, em que o illustríssimo e excelentíssimo senhor conde nosso general tem mandado seriamente cuidar, e por se fazerem indispensáveis a vista do ponderado prejuízo, que a seca faz reccar; mandando passar os Editais que julgar necessários por Baltezar Ribeiro Lima

- Determinar ordem secundária: a quem nomeio para servir de Escrivão, e para tomar entrega, e fazer venda dos gados, nomeio para o porto de Camocim o mestre de campo Antônio da Rocha Franco, para o do Acaraú ao capitão Manoel da Cunha, e para o do Aracati ao Tenente Coronel Manoel Rodriguez da Silva, que serão advertidos.

- Recomendar pela segunda vez uma conduta ou estratégia: façam as vendas a contento dos devedores.

*Unidade retórica 03*

- Indicar o local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa senhora da Assunção a 5 de junho de 1769.

- Indicar a autoridade emissora da portaria: Estava a rubrica do senhor tenente coronel governador Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

- Fazer referência ao registro da referida portaria: e não se continha mais em dita portaria, que bem e fielmente a fiz registrar no mesmo dia, eera ut supra.

- Indicar quem transcreveu para o livro: O secretário, Felix Manoel de Matos.

### **Quadro 06 – Organização sociorretórica da portaria 06**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Determinar ordem principal;

2.2 Determinar ordem secundária;

2.3 Recomendar conduta ou estratégia.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar a autoridade emissora da portaria;

3.3 Fazer referência ao registro da referida portaria;

3.4 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

Fonte: elaborada pelo autor

## **Portaria 07**

A referida portaria é uma ordem do governador e capitão mor, Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, para que o provedor interino da fazenda Real chame o Licenciado Manuel Lopes de Abreu para que providencie as curas de que necessitam alguns soldados de infantaria da guarnição da Vila de Fortaleza.

### *Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Portaria

### *Unidade retórica 02*

-Determinar ordem principal: O Provedor interino da Fazenda Real mande vir a sua presença o Licenciado<sup>23</sup> Manuel Lopes de Abreu, e faça ajustar as curas de que necessitam os soldados de Infantaria desta guarnição José Antônio de Carvalho, Manuel Ferreira da graça e Antônio José de Paiva, que estão gravemente enfermos.

-Determinar ordem secundária: cujas despesas dos medicamentos, que para as referidas curas forem precisos, ordene ao almoxarife que satisfaça para conta da Real Fazenda

-Fazer referência ao poder real: como sua majestade manda

-Recomendar conduta ou estratégia: e com conhecimento de recibo feito e assinado pelo escrivão do seu cargo lhe terá levado em conta nas que der de seu recebimento

### *Unidade retórica 03*

-Indicar local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, 2 de julho de 1769.

---

<sup>23</sup> Não foi encontrada na literatura consultada uma definição precisa para *Licenciado*, porém, subentende-se que era alguém com formação para atuar na área da saúde, mas que não possuía formação em medicina.

-Indicar a autoridade emissora da portaria: Estava a rubrica do Senhor Tenente Coronel Governador Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca.

-Indicar quem transcreveu para o livro: O secretário, Felix Manuel de Matos

### **Quadro 07 – Organização sociorretórica da portaria 07**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Determinar ordem principal;

2.2 Determinar ordem secundária;

2.3 Fazer referência ao poder real;

2.4 Recomendar conduta ou estratégia.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar autoridade emissora da portaria;

3.3 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

Fonte: elaborada pelo autor

## • Portaria 08

Na referida portaria, o governador da capitania do Ceará, Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca alude que no regimento das vedorias havia a menção, pelo rei, de que não se deviam padecer soldados por falta “de cura”. O governador alude ainda ao fato da capitania do Ceará não contar com cirurgião e botica e que para suprir essa falta, o Provedor da Fazenda Real deve chamar o licenciado Manuel Lopes de Abreu para providenciar as curas dos soldados e comprar os medicamentos na vila do Aquiraz. Curiosamente, essa portaria tem a mesma função que a anterior, porém acrescenta as disposições do regimento das vedorias do exército.

### *Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Portaria (somente)

### *Unidade retórica 02*

-Descrever uma situação problemática: Como em toda a parte, em **que há** Soldados pagos, são estes curados nas suas enfermidades por conta da Real Fazenda.

-Fazer referência ao poder real: e sua majestade vai sim mandar o apressamento, no Capitulo 39 do Regimento das vedorias, a que chamam “das fronteiras”, recomendando no Capitulo 68 que não padeçam os enfermos por falta de Cura, nem ainda do regalo que tem mandado ser-lhes doando a sua inata piedade n o capitulo 17 e 7 do novo regulamento até a providencia de nas guarnições de uma, ou mandar comprar e servir de hospital uma casa particular:

- Determinar ordem principal: o provedor interino mande por conta da mesma Real Fazenda curar os soldados, que se acham tão gravemente enfermos e em perigo de perderem a vida, ou ficarem para sempre inaptos, como tenho ordenado, e sem embargo da dúvida, que me representa e da qual se vê, nesta

Fortaleza, ouve antigamente cirurgião, e botica<sup>24</sup> para a cura dos soldados dela e se por falta do mesmo cirurgião e botica;

-Recomendar conduta ou estratégia: e que se for uma pratica universal estabelecida em observância ao dito regimento das Provedorias e não que houvesse ordem alguma que a invalidasse, mas como se pode suprir a tal falta, mande chamar o licenciado Manuel Lopes de Abreu, e com os medicamentos que se vendem na vila de São José de Ribamar do Aquiraz,

-Determinar ordem secundária: os deve o Interino Provedor mandar pagar para a cura dos soldados enfermos pelo mesmo preço; que os pagam os moradores que com eles se curam, cumprindo inteiramente esta ordem,

-Fazer referência pela segunda vez ao poder real: que se manda observar nas leis de sua majestade e dando com a cópia dela conta como determinam as soberanas do mesmo senhor

Unidade retórica 03

-Indicar local e data da referida portaria: vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, 2 de julho de 1769

-Indicar autoridade emissora da referida portaria: Estava a Rubrica do senhor tenente coronel Governador Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca.

-Indicar quem transcreveu para o livro: O Secretário, Felix Manuel de Matos.

### **Quadro 08 – Organização sociorretórica da portaria 08**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria.

---

<sup>24</sup> Espécie de caixa de medicamentos em que se levavam remédios diversos.

Unidade retórica 02:

---

- 2.1 Descrever uma situação problemática
  - 2.2 Fazer referência ao poder real
  - 2.3 Determinar ordem principal
  - 2.4 Recomendar conduta ou estratégia
  - 2.5 Determinar ordem secundária
  - 2.6 Fazer referência pela segunda vez ao poder real
- 

Unidade retórica 03:

---

- 3.1 Indicar local e data da referida portaria;
  - 3.2 Indicar autoridade emissora da portaria;
  - 3.3 Indicar quem transcreveu para o livro.
- 

Fonte: elaborada pelo autor

#### • Portaria 09

A referida portaria é uma ordem para que o Ajudante de Infantaria da marinha do Ceará, Manuel Feliz de Azevedo, vá servir de Sargento-mor no regimento de cavalaria das vargens de Jaguaribe e Quixeramobim. A portaria diz ainda que o coronel do dito regimento deve apresentar o novo comandante, a quem os soldados deverão respeitar.

*Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Portaria

*Unidade retórica 02*

-Descrever uma situação problemática: Porquanto se acha sem Sargento mor, nem Ajudante o Regimento da Cavalaria<sup>25</sup> das vargens de Jaguaribe Quixeramobim; e por este motivo não tem bastado o grande trabalho e desvelo com que tenho querendo por em estado de serviço nem tem produzido efeito algum as inumeráveis ordens que a esse fim tenho passado, e devendo aplicar todas as devidas diligencias para consegui-lo

-Determinar ordem principal: ordeno a Manuel Felix de Azevedo ajudante de Infantaria auxiliar das Marinhas do Ceará, que vá servir no dito regimento enquanto senão provê o posto de Sargento mor dele, por esperar da sua prudência e inteligência,

-Fazer referência ao poder real: que no dito regimento fará a sua majestade o grande serviço

-Recomendar conduta ou estratégia: de por em estado de serviço os auxiliares, o senhor coronel<sup>26</sup> o tenha assim entendido e ordene a todos os oficiais, e soldados do seu regimento que respeitem, e obedeçam ao dito Manuel Felix de Azevedo, em tudo o quanto lhe ordenar, além da economia do serviço como são obrigados

*Unidade retórica 03*

- Indicar local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, 15 de Setembro de 1769.

- Indicar a autoridade emissora da referida portaria: Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

---

<sup>25</sup> Sargento-mor era a patente abaixo dos postos de Coronel e Tenente coronel na composição de um regimento de cavalaria. Já este último era uma das composições de uma tropa de auxiliares, que estavam a frete, contados à cavalo em oposição à infantaria.

<sup>26</sup> Coronel era a maior patente da tropa de auxiliares.

- Fazer referência ao registro da referida portaria: E não se continha mais na dita Portaria que bem e fielmente a fiz registrar no mesmo dia, eera ut supra.

- Indicar quem transcreveu para o livro: O Secretário, Felix Manuel de Matos.

### **Quadro 09 – Organização sociorretórica da portaria 09**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Descrever uma situação problemática;

2.2 Determinar ordem principal;

2.3 Fazer referência ao poder real;

2.4 Recomendar conduta ou estratégia.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar autoridade emissora da portaria;

3.3 Fazer referência ao registro da referida portaria;

3.4 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

## • Portaria 10

A referida portaria é uma ordem para que o escrivão da Real Fazenda, por já ter adquirido alguma prática nos negócios da mesma, sirva de provedor interino e tome conta dos negócios do referido órgão.

### *Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Portaria (somente)

### *Unidade retórica 02*

- Descrever uma situação problemática: Porquanto o escrivão da Fazenda Real na forma das ordens régias deve servir de provedor da mesma nos impedimentos, e na ausência do doutor provedor geral que nesta capitania é justamente provedor e o dito Ministro partiu (não identificado).

- Determinar ordem principal: Nomeio para o serviço de escrivão da fazenda durante o referido impedimento o (não identificado) que por ter adquirido alguma pratica nos negócios da Real Fazenda que se achas (não identificado) nas contas do erário, e tomará o juramento antes de começar a servir.

### *Unidade retórica 03*

- Indicar local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, 17 de Abril de 1770.

- Indicar a autoridade emissora da referida portaria: Estava a Rubrica do nomeado tenente coronel e governador Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

- Fazer referência ao registro da referida portaria: e não se continha mais na dita portaria que bem e fielmente a Registrei no mesmo dia eera ut supra..

- Indicar quem transcreveu para o livro: O Secretário, Felix Manuel de Matos.

## Quadro 10 – Organização sociorretórica da portaria 10

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Descrever de uma situação problemática;

2.2 Determinar ordem principal.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar a autoridade emissora da portaria;

3.3 Fazer referência ao registro da referida portaria;

3.4 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

Fonte: elaborada pelo autor

### •Portaria 11

A referida portaria é uma ordem do Governador e Capitão Mor, Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, para que o secretário de governo da Vila de Fortaleza, José Gomes de Oliveira, prestasse conta dos rendimentos dos órgãos administrativos dos quais era responsável. Na parte final, há o testemunho do tabelião da vila de Fortaleza, Luis Marreiro de Sá, constituindo um novo documento que não será analisado por nós. A prática da inserção de documentos em outros era comum, porém, esta foi a única ocorrência em nosso *corpus*.

*Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Registro de uma portaria

- Indicar a autoridade emissora da portaria: do Senhor Tenente e Coronel Governador.

*Unidade retórica 02*

- Descrever uma situação problemática: Porquanto chega a minha noticia com toda a certeza que Ignacio José Gomes de Oliveira, a quem por falecimento de Felix Manoel de Mattos nomeei para servir de secretário deste Governo, além de se achar muito “alcançado” nas contas do rendimento da câmara desta vila, de que foi procurador, se acha igualmente embaraçadíssimo nas contas do cartório e cofres dos órgãos de que foi escrivão,

- Fazer referência ao poder real: e convém ao serviço de sua majestade, que de umas e outras contas sem que possa haver a mais leve despeita.

- Repreender uma conduta: de que ou por ele servir de secretário de forma que não pode haver reta administração na justiça, quando sou obrigado a auxilia-la, advertir as faltas, que na mesma houver, e dar conta que quando não bastam as minhas advertências:

- Determinar ordem principal: ordeno ao Tabelião<sup>27</sup> dessa vila, Luís Marreiro de Sá que intime o dito Ignacio José Gomes de Oliveira parar suspensão do exercício de secretario do governo desta capitania enquanto não mostrar legalmente, por documento autentico, que tem justas, as referidas contas dos referidos cofres da Câmara, e órgãos, sem dizer coisa alguma.

- Recomendar conduta ou estratégia: E para que se conheça que esta ordem é séria, sincera e unicamente dirigida ao real serviço, e conservação da inteireza, honra, e zelo com que pode bem e devo empregar, e notificará o outro para que não apareça em minha presença, nem me fale senão por petição, quando

---

<sup>27</sup> Possui diversas atribuições judiciais, como tomar posses de bens, fazer inventários, prestações de contas etc. (SALGADO, 1985).

lhe seja preciso, nem venha ao quartel da minha residência, e nem, finalmente, tenha comunicação alguma com os meus familiares, enquanto se não mostrar totalmente desembaraçado das mesmas contas da câmara e órgãos. Editado, passará o dito tabelião Luís Marreiro de Sá certidão ao pé desta, que me será entregue.

*Unidade retórica 03*

-Indicar local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, a sete de julho de 1775.

-Indicar a autoridade emissora da portaria: Estava a rubrica do senhor tenente coronel e governador (José Vitoriano Borges da Fonseca).

-Inserir testemunho (não analisado).

-Indicar quem transcreveu para o livro: Antônio de Castro Viana

**Quadro 11 – Organização sociorretórica da portaria 11**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria;

1.2 Indicar a autoridade emissora da portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Descrever uma situação problemática;

2.2 Fazer referência ao poder real;

2.3 Repreender uma conduta;

---

---

2.4 Determinar ordem principal;

2.5 Recomendar conduta ou estratégia.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar a autoridade emissora da portaria;

3.3 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

• **Portaria 12**

A referida portaria foi expedida pelo governador e capitão mor, Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, para que o sargento mor do regimento da cavalaria, Alexandre Correia Arnaus, assumisse o governo da mesma e o mantivesse em boa ordem.

*Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Registo de uma Portaria

- Indicar o receptor da referida portaria: passada ao sargento mor Alexandre Correia Arnaus.

*Unidade retórica 02*

-Descrever uma situação problemática: Porquanto o coronel do regimento da cavalaria Domingos Goncalves Pacheco me representou em Carta sua, motivos forçosos que o inabilitam para poder continuar o real serviço:

-Determinar ordem principal: Ordeno ao sargento mor do mesmo regimento, Alexandre Correa Arnaus, tome conta do governo dele, vendo-o em boa ordem e disciplina, para que possa ser útil ao real serviço em qualquer ocasião que

se fizer precisar. E da mesma sorte ordeno a todos os oficiais e Soldados do mesmo Regimento que conheçam ao dito sargento mor por seu comandante

-Fazer referência ao poder real: em tudo que for relativo ao real serviço, Cumpram e guardem suas ordens por escrito e de palavra como são obrigados.

*Unidade retórica 03*

-Indicar local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção a 30 de Outubro de 1776

-Indicar a autoridade emissora da portaria: Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca.

### **Quadro 12 – Organização sociorretórica da portaria 12**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero da portaria;

1.2 Indicar o receptor da referida portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Descrever uma situação problemática;

2.2 Determinar ordem principal;

2.3 Fazer referência ao poder real.

---

Unidade retórica 03:

---

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar autoridade emissora da referida portaria.

---

Fonte: elaborada pelo autor

### • Portaria 13

A referida portaria é uma ordem do Governador e Capitão mor, José Vitoriano Borges da Fonseca, para que o provedor interino da Fazenda real proceda com o sequestro dos bens do Capitão Mor e Contratador da vila de Fortaleza, Paulo José Teixeira da Cunha, que se encontra em dívida com a Fazenda Real.

#### *Unidade retórica 01*

-Indicar o gênero portaria: Registro de uma portaria

-Dizer o motivo do despacho da dita portaria: para Sequestro dos bens do capitão-mor Paulo José Teixeira da Cunha

#### *Unidade retórica 02*

-Descrever uma situação problemática: Porquanto faleceu da vida presente o capitão mor desta vila, Paulo José Teixeira da Cunha, Contratador<sup>28</sup> de um dizimo da ribeira do Acaraú, devendo não só um Resto do pagamento vencido do ultimo de Junho do ano passado, mas também o que se vence no ultimo de Junho deste ano, e o que se há de vencer no ultimo de Junho do ano que vem e que tudo monta em quantia avultada, e seja preciso acudir prontamente a segurança da mesma quantia para que a real fazenda não tenha o menor prejuízo:

- Determinar ordem principal: O provedor interino da mesma Real Fazenda mande sem a menor perda de tempo proceder com o sequestro nos bens que ficaram por falecimento do dito contratador e de todas as mais pessoas que com

---

<sup>28</sup> Segundo a descrição oficial, o sistema de contratos, prática comum na administração portuguesa, os quais seriam arrematados a cada quatro anos colocando a exploração de algum produto nas mãos de particulares, a Coroa tinha seus rendimentos garantidos, sem a necessidade de prover a organização do trabalho efetivo. (SALGADO, 1985). No entanto, não identificamos o que seria exatamente o contratador de “um dizimo”.

ele tiveram interesse no mesmo contrato, ou nos gados dele e que para isso ficarão constituídos fiadores Legais do Contrato na forma do§.31 do titulo vosso da lei de 22 de dezembro de1761.

-Recomendar conduta ou estratégia: procurando com a maior eficácia e segurança reembolso desta dívida.

### *Unidade retórica 03*

- Indicar local e data da referida portaria: Vila de Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, 14de dezembro de1776.

- Indicar autoridade emissora da referida portaria: Estava a rubrica do senhor tenente coronel e governador desta capitania do Ceará grande

-Fazer referência ao registro da referida portaria: E não se continha mais em dita portaria que bem e fielmente a fiz registrar em dito dia, mês e ano, eera ut supra.

### **Quadro 13 – Organização sociorretórica da portaria 13**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria;

1.2 Dizer o motivo do despacho da dita portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Descrever uma situação problemática;

2.2 Determinar ordem principal;

---

---

2.3 Recomendar conduta ou estratégia.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar a autoridade emissora da referida portaria;

3.3 Fazer referência ao registro da referida portaria.

---

Fonte: elaborada pelo autor

#### •Portaria 14

A referida portaria é uma ordem do governador e capitão Mor, Antônio Jose Vitoriano Borges da Fonseca, para que o tenente coronel Ignácio Aranha de Vasconcelos tome posse na função de comandante da vila de Granja. Para isso, deve apresentar-se ao juiz e oficiais da Câmara, para que se registre nos livros competentes.

##### *Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Registo da Portaria

- Dizer o motivo do despacho da referida portaria: de comandante da vila da Granja

- Indicar o receptor da referida portaria: passada ao tenente general Ignácio Aranha de Vasconcelos

- Datar o despacho da dita portaria: a 14 de Dezembro de 1778

##### *Unidade retórica 02*

-Descrever uma situação problemática: Porquanto o tenente general das ordenanças Ignácio Aranha de Vasconcelos já tem posse e juramento do seu pacto

em virtude da parte, o ilustríssimo Excelentíssimo Senhor e por isso lhe compete como oficial de maior graduação a comandar da mesma vila

-Determinar ordem principal: Ordeno tome logo posse apresentando esta ao capitão mor, ao juiz ordinário e demais oficiais da câmara, em ato dela, onde se registrará nos livros competentes:

-Recomendar conduta ou estratégia: ficando entendido de fazer prender os criminosos, perturbadores da paz, e inquietos, aqueles os entregando a justiça, e a estes castigando em tronco economicamente; como tão bem aos que se tomam de bebidas que por elas são costumados a fazerem distúrbios, remetendo a mesma ordem para a coordenadoria desta Fortaleza a aqueles que bem lhe parecer, para nela serem castigados com aquela severidade, que merecem, tomando para o referido os soldados da ordenança de que é Tenente General o que não porá dúvida alguma o capitão-mor, antes auxiliará pelos modos que lhe for requerido o que bem assim o entenda.

*Unidade retórica 03*

-Indicar local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, 14 de Dezembro de 1778.

- Indicar quem transcreveu para o livro: Antônio de Castro Viana, secretário deste governo assim escrevi

-Indicar a autoridade emissora da portaria: Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca// Estava o selo//

-Fazer referência ao registro da referida portaria: E não se continha mais nem menos nesta portaria que bem e fielmente a fiz registrar no mesmo dia, eera ut supra.

## Quadro 14 – Organização sociorretórica da portaria 14

---

Unidade retórica 01:

---

- 1.1 Indicar o gênero portaria;
  - 1.2 Dizer o motivo do despacho da referida portaria;
  - 1.3 Indicar o receptor da referida portaria;
  - 1.4 Datar o despacho da dita portaria.
- 

Unidade retórica 02:

---

- 2.1 Descrever uma situação problemática;
  - 2.2 Determinar ordem principal;
  - 2.3 Recomendar conduta ou estratégia.
- 

Unidade retórica 03:

---

- 3.1 Indicar local e data da referida portaria;
  - 3.2 Indicar autoridade emissora da referida portaria;
  - 3.3 Fazer referência ao registro da referida portaria.
- 

Fonte: elaborada pelo autor

### • Portaria 15

A referida portaria é uma nomeação expedida pelo Governador e Capitão mor Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, para que o alferes Ignácio Pereira

de Melo torne-se o diretor da vila de Arronxes – atual Parangaba - aldeamento indígena, função antes desempenhada por Diogo Rodriguez, que ficou doente.

*Unidade retórica 01*

- Indicar o gênero portaria: Registro da portaria

- Dizer o motivo do despacho da referida portaria: de diretor<sup>29</sup> da vila de Arronxes

- Indicar o receptor da referida portaria: passada ao Alferes<sup>30</sup> Ignácio Pereira de Melo

*Unidade retórica 02*

- Descrever uma situação problemática: Porquanto Diogo Rodriguez Correia me Representou as graves moléstias que o inabilitam para continuar no emprego de diretor da real vila de Arronxes, e devendo nomear lhe sucessor, que bem e fielmente satisfaça as suas obrigações.

- Determinar ordem principal: Ordeno ao alferes Ignácio Pereira de Melo que sem perda de tempo vá tomar entrega da dita diretoria para interinamente a exercer por confiar da sua atividade e cumprirá em tudo com as disposições do diretório, e os oficiais da câmara lhe deem posse na forma do estilo.

*Unidade retórica 03*

- Indicar local e data da referida portaria: Vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, 6 de Dezembro 1780

- Indicar quem expediu a referida portaria: Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca

---

<sup>29</sup> Embora não se tenha encontrado definição oficial para essa função, sabe-se, informalmente, que os diretores comandavam aldeamentos indígenas, cuidando para a disciplina dos índios.

<sup>30</sup> Cargo militar de composição das tropas auxiliares, abaixo do capitão, tenente e sargento. Podia substituir o sargento quando fosse preciso. (SALGADO, 1985).

-Fazer referência ao registro da referida portaria: E não se continha mais em dita portaria, que bem e fielmente a fiz registrar no mesmo dia, eera ut supra.

### **Quadro 15 – Organização sociorretórica da portaria 15**

---

Unidade retórica 01:

---

1.1 Indicar o gênero portaria.

---

Unidade retórica 02:

---

2.1 Descrever uma situação problemática;

2.2 Determinar ordem principal.

---

Unidade retórica 03:

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria

3.2 Indicar a autoridade emissora da referida portaria

3.3 Indicar o registro da referida portaria

---

Fonte: elaborada pelo autor

#### **4.4 EM BUSCA DE UM MODELO SOCIORRETÓRICO DO GÊNERO PORTARIA DO SÉCULO XVIII**

Vencida a etapa anterior, é hora de discutir os dados coletados levando-se em consideração a frequência das unidades e subunidades retóricas encontradas, especialmente quais subunidades retóricas presentes nas unidades maiores aconteceram com frequência recorrente a ponto de caracterizarem o gênero portaria do século XVIII.

Durante a análise foi possível perceber a importância das escolhas lexicais para a caracterização das subunidades, aspecto não levado em consideração inicialmente. Dentre essas escolhas, podemos destacar as palavras *Porquanto* para indicar situação problemática; *ordeno* para indicar ordem; *Se deve* para indicar recomendação etc., todas na unidade 2; quanto aos aspectos estruturais, conforme foi colocado no item 3.5.1, levou-se em consideração a abertura dos textos, geralmente centralizada, em que constava a indicação do gênero portaria, para caracterizar a unidade 1. Já para caracterizar a unidade 3, observaram-se as partes desarticuladas com o texto, como a indicação do local e data, a rubrica do governador, a assinatura do secretário, esta última sempre deslocada à direita, etc.

Como foi possível observar durante a análise, todas as portarias apresentaram as três unidades retóricas básicas e diversas subunidades se repetiram ao longo da mesma, o que nos permitiu inferir ainda durante a aplicação do modelo CARS que, possivelmente, chegaríamos à construção de um modelo sociorretórico do gênero portaria do século XVIII. Metodologicamente, vamos analisar cada uma das unidades retóricas e nomeá-las, além de perceber quais subunidades de conteúdo informacional, de fato, caracterizavam o gênero portaria.

#### **4.4.1 Unidade retórica 01**

A unidade retórica 01 trata dos aspectos iniciais da portaria e principalmente a indicação do gênero portaria e foi encontrada em todos os textos analisados, porém com diferenças substanciais quanto a quantidade de conteúdo informacional. Na Portaria 02, por exemplo, apresentou cinco conteúdos informacionais que caracterizaram cinco subunidades, ao passo que as portarias 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 15 apresentaram apenas uma subunidade. Embora com diferenças, a unidade 01 tem imensa importância porque indica o gênero textual portaria, o que a diferencia do registro de outros gêneros textuais diplomáticos usados na época, como o Bando ou uma Carta Régia, por exemplo.

No quadro abaixo trazemos, à esquerda, as subunidades encontradas e à direita a numeração das respectivas portarias. Quando a unidade constar naquela

portaria, haverá indicação pelo X. Vejamos então o quadro com a frequência das subunidades retóricas da unidade 01:

**Tabela 02 – Frequência das subunidades retóricas encontradas na Unidade retórica 01, após análise do corpus.**

<b>Subunidades retóricas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>
<u>Indicar o gênero portaria</u>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Indicar o emissor da referida portaria		X	X								X				
Indicar o receptor da referida portaria		X										X		X	
Dizer o motivo do despacho da referida portaria	X	X	X										X	X	
Datar o despacho da referida portaria	X	X												X	

Fonte: elaborada pelo autor

Percebe-se que, apesar de terem sido identificados cinco subunidades retóricas na Unidade 1, apenas uma apresenta regularidade significativa: **Indicar o gênero portaria**. Infere-se ainda que as demais subunidades encontradas não possuem relevância na caracterização sociorretórica do gênero portaria do século XVIII e referem-se a informações que, na maior parte das vezes, irão aparecer nas Unidades 02 ou 03, como indicação da autoridade emissora, local e data da portaria etc. A partir desse momento, a unidade 01 será assim nomeada e apresentará a seguinte subunidade retórica:

### **Unidade 01: Fazer a indicação explícita do gênero portaria:**

1.1: Indicar o gênero portaria.

#### 4.4.2 Unidade retórica 02:

A Unidade retórica 02 constitui a principal unidade informativa do texto, já que nesta unidade ficamos sabendo, de fato, as motivações e interesses por trás da emissão das portarias. Nesta unidade, fica claro que a principal função desses textos é a de formalizar ordens corriqueiras de caráter administrativo para o bom funcionamento do governo da capitania do Ceará. Vejamos abaixo as subunidades relevantes, sublinhadas, que foram encontradas:

**Tabela 03 – Frequência das subunidades retóricas encontradas na Unidade retórica 02, após análise do *corpus*.**

<b>Subunidades retóricas</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>
Descrever função de cargo ou patente		X													
<u>Descrever uma situação problemática</u>	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X
<u>Determinar ordem principal</u>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Determinar ordem secundária		X	X		X	X	X	X							
<u>Recomendar conduta ou estratégia</u>	X	X	X		X	X	X	X	X		X			X	
Fazer segunda recomendação de conduta ou estratégia		X													
<u>Fazer referência ao poder real</u>		X	X		X		X	X	X		X	X			
Fazer segunda referência ao poder real									X						



ou a sujeitos específicos, como na portaria 11, cuja situação problemática envolve o sujeito José Gomes de Matos, o qual na função de secretário de governo da capitania do Ceará se encontrava “embaraçado” com as contas deste governo.

As recomendações de conduta ou estratégia também aparecem com frequência, caracterizando uma subunidade relevante: **Recomendar conduta ou estratégia**. Essas recomendações, embora pareçam se confundir com as determinações de ordem, diferenciam-se desta por seu conteúdo normalmente referir-se ao “como fazer certa coisa”. Como exemplo, pode-se citar a portaria 5, em que a ordem aludia a venda de gados e a recomendação era de que, com essa venda, os rendeiros – donos do gado – pagassem suas dívidas junto à Real Fazenda.

A última subunidade de frequência relevante: **Fazer referência ao poder real**, aparece normalmente para justificar as ordens ou recomendações de conduta, na qual ficava explícito que tudo deveria acontecer como manda a “Sua Majestade Fidelíssima”, ou seja, o rei de Portugal, chefe supremo do reino a qual o Brasil era Colônia. Para efeito de caracterização de subunidade retórica, a referência ao poder do rei só foi caracterizada como subunidade nas situações em que aparece explicitamente e deslocada do conteúdo das demais subunidades. No entanto, é preciso enfatizar, para não haver dúvidas, que essa referência ocorre também de forma mais discreta e dentro de outras subunidades, como no caso da portaria 12, em que a referência ao “real serviço”, aparece dentro de uma ordem principal.

Outros conteúdos informacionais também apareceram nas portarias analisadas, como descrição de cargos, segunda referência ao poder real, segunda recomendação de conduta ou estratégia, ordem para registro da portaria e repreensão de conduta, porém, todas apareceram apenas uma vez, o que caracteriza baixa frequência, caracterizando pequenas alterações a que estão sujeitos documentos diplomáticos pelos produtores destes, posição respaldada por Bellotto (2002, p. 18) ao afirmar que o documento diplomático tem “sua construção semântica obrigatória, na qual cabem dados fixos, que ocorrerão em todos os documentos que utilizaram como veículo a mesma espécie documental”. Porém



<u>Indicar a autoridade emissora da referida portaria</u>	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
<u>Fazer referência ao registro da referida portaria</u>	X	X	X		X	X			X	X				X	X	X
<u>Indicar quem transcreveu para o livro</u>	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X				X	

Fonte: elaborada pelo autor

A primeira subunidade relevante é a **Indicar local e data da referida portaria**. Nesta subunidade, consta o local em que a portaria foi despachada, bem como a respectiva data. Em todas as portarias o local foi a vila de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, que, como sede do governo da capitania do Ceará, abrigava o governador ou capitão-mor, a autoridade a quem competia o despacho das portarias.

A segunda subunidade relevante na Unidade 03 foi a **Indicar a autoridade emissora da portaria**. Essa indicação poderia vir na forma de rubrica, como na portaria 3 ou vir de forma extensa e metódica, como na portaria 4. Fato é que os documentos precisavam ser assinados pelas autoridades emissoras, dado que deveria ficar bastante claro para garantir a legitimidade do documento. Tal informação também é relevante ao reiterarmos as palavras de Bellotto (2002), quando a autora afirma que a portaria colonial é um documento de correspondência “descendente”, ou seja, emitido por uma autoridade hierarquicamente superior para com seus subordinados.

A terceira subunidade relevante é a **Fazer referência ao registro da referida portaria**. Sua estrutura, bem como seus itens lexicais, sofrem poucas variações. Normalmente, o texto utilizado é: *E não se continha mais nem menos nesta Portaria que bem e fielmente a fiz Registrar no mesmo dia, eera ut supra*. Esse tipo de registro seria a garantia de que o texto não sofreu nenhuma modificação em seu conteúdo que pudesse deturpar as motivações ou consequências do despacho da portaria.

A quarta e última subunidade retórica relevante é **Indicar quem transcreveu para o livro**. Tal função era geralmente desempenhada pelo secretário do governo, que eram serventuários que atuavam diretamente no despacho e organização dos documentos dos governadores das capitanias (MELO, 2014). Os secretários eram figuras extremamente importantes na administração colonial, já que a burocracia aumentava à medida que a administração foi tornando-se mais complexa e, portanto, necessitava de alguém que organizasse e registrasse os documentos oficiais.

Percebe-se que a Unidade retórica 03 apresenta os elementos menos variantes, já que suas subunidades não só são estáveis e recorrentes, como a estrutura e itens lexicais permanecem praticamente os mesmos. Ao pensarmos na Comunidade Discursiva que produziu as portarias, fica nítida a necessidade de apontar fatores contextuais - data, emissor etc. - para que o documento tivesse legitimidade perante aquela comunidade. Essa configuração é condição indispensável, até hoje, para o despacho de documentos oficiais. Neste ponto é conveniente lembrar a importância da escrita para que esse processo ocorresse a contento, uma vez que o registro escrito e material de um documento é prova cabal de legitimidade de gêneros textuais administrativos. Por fim, a unidade retórica 03 será assim nomeada em definitivo e com as seguintes subunidades retóricas:

**Unidade 03: Indicar fatores relevantes para a legitimação do gênero portaria, como local, data, assinaturas etc:**

- 3.1 Indicar local e data da referida portaria;
- 3.2 Indicar a autoridade emissora da referida portaria;
- 3.3 Fazer referência ao registro da referida portaria;
- 3.4 Indicar quem transcreveu para o livro.

#### 3.4 A ORGANIZAÇÃO SOCIORRETÓRICA DO GÊNERO PORTARIA DO SÉCULO XVIII

Após a contextualização da Comunidade Discursiva da qual emergiram nossos textos, do reconhecimento das subunidades retóricas relevantes e suas funções comunicativas básicas, podemos então, seguramente, apresentar uma

organização sociorretórica do gênero portaria do século XVIII, especialmente pertencentes à organização administrativa do estado do Ceará, na época uma capitania subalterna a capitania de Pernambuco. Vejamos:

---

### **Quadro 16 – caracterização sociorretórica do gênero portaria do século XVIII**

---

#### **Unidade retórica 01: Fazer indicação explícita do gênero portaria**

---

1.1 Indicar o gênero portaria.

---

#### **Unidade retórica 02: Apresentar, contextualizar e problematizar as situações que motivaram o despacho da portaria**

---

2.1 Descrever uma situação problemática;

2.2 Determinar ordem principal;

2.3 Recomendar conduta ou estratégia;

2.4 Fazer referência ao poder real.

---

#### **Unidade retórica 3: Indicar fatores relevantes para a legitimação do gênero portaria, como local, data, assinaturas etc.**

---

3.1 Indicar local e data da referida portaria;

3.2 Indicar autoridade emissora da referida portaria;

3.3 Indicar registro da referida portaria;

3.4 Indicar quem transcreveu para o livro.

---

Apesar das portarias variarem substancialmente de tamanho, verificou-se que as unidades retóricas, independentemente de seus tamanhos, apresentavam basicamente o mesmo tipo de conteúdo informacional. Tal comportamento nos leva

a inferir que o gênero portaria não admitia interferências e variantes que pudessem descaracterizá-lo de alguma forma. Esse comportamento provavelmente estava ligado ao fato de que a organização administrativa colonial deveria ser a mesma da Metrópole, aí se inclui os usos dos gêneros textuais e suas funções específicas para cada tipo de situação, propósito comunicativo ou autoridade autorizada a emitir esse **tipo** de texto.

O reconhecimento dessa organização não foi mero instrumento formal de descrição do gênero. O modelo demonstra claramente aspectos de ordem histórica, indicando uma organização social, especialmente político-administrativa, a qual o poder do rei era onipresente, como está enfatizado por meio de subunidade própria para esse fim. Qualquer justificativa de conduta ou ordem está respaldada no bom serviço a ser prestado ao rei, chefe supremo de toda a administração.

Muito embora o período colonial apresente diferenças substanciais com as sociedades modernas, percebe-se o quanto os gêneros textuais formais e diplomáticos já precisavam dispor de mecanismos para que fossem tidos como legítimos. Longe dos aparatos modernos, longe das inúmeras instituições públicas e privadas que a evolução social fez surgir, com distâncias espaciais imensas para o deslocamento da informação, mesmo com todos esses entraves, o gênero textual portaria – e provavelmente outros gêneros textuais da época – apresentava uma organização formal, cujos elementos constituintes eram essenciais para garantir sua legitimidade. Em uma estrutura política e administrativa altamente hierarquizada, os documentos formais servem para organizar as relações e posições dos sujeitos, seja de subordinador ou subordinado.

No que tange à questão do repropósito do gênero portaria, percebe-se pela organização sociorretórica deste, que os propósitos comunicativos apontados inicialmente não só se confirmaram após a análise, como puderam ser mais bem refinados, como traremos abaixo:

**Comunicar uma ordem**, expedida apenas pela autoridade competente para esse fim, no caso a figura do governador da capitania. Essa ordem está atrelada diretamente à organização administrativa, seja para nomear pessoas para cargos, seja praticar ações que estariam a serviço do bom governo e, obviamente, a

contento do rei. Essas ordens, no entanto, são de cunho puramente corriqueiro, já que como foi visto nos elementos históricos, os governadores estavam subordinados ao rei de Portugal, sendo aqueles nomeados por sua majestade, a qual deveriam se reportar e obedecer sem qualquer questionamento.

**Fazer recomendações de conduta ou estratégias** que melhor atendessem aos interesses do governo e conseqüentemente do rei. Esses interesses não parecem ser o bem comum e a melhoria social dos colonos e sim a garantia e manutenção de uma cultura de exploração, haja vista o temos de invasões estrangeiras, cobranças de dízimos etc.

**Reiterar o poder do rei**, através de sua menção constante no gênero portaria – e provavelmente em outros gêneros textuais da época – que, embora estivesse geograficamente muito distante, fazia sentir sua presença, demonstrando uma relação de posse para com sua colônia, o Brasil.

Esses propósitos comunicativos eram alcançados a partir de protocolos formais, presentes na indicação explícita do gênero portaria, especificações de local e data, necessidade de registro em um livro do governo, por pessoa competente para esse fim, assinatura do emissor etc. Pode-se aludir ainda ao fato de que esses propósitos referem-se à época que os textos foram originalmente produzidos. Hoje, as portarias certamente deve estar a serviço de outras questões administrativas.

Nossa análise não objetivou a construção pura e simples de um modelo, mas também a demonstração objetiva de fatos históricos e sociais inerentes a própria história do Brasil, em especial da capitania do Ceará, ajudando não só na reconstrução de nosso passado, mas como mecanismo de compreensão do presente, conforme salienta Ximenes (2013) ao demonstrar a importância do fazer filológico, ofício este de que nossa pesquisa se construiu.

Para finalizarmos este capítulo, é válido dizer que a etapa que compreendeu a análise do gênero portaria do século XVIII foi de muitas descobertas. Isso só foi possível a partir da compreensão de que gêneros textuais são historicamente situados e, portanto, refletem organizações sociais de quando foram originalmente produzidos. Essa reflexão foi extremamente importante para

nossa análise, já que os textos demonstravam oficialmente a estrutura organizacional da época e diversas menções a situações, organizações, instituições e sujeitos não nos soariam compreensíveis sem o entendimento do real funcionamento de alguns núcleos sociais da época. Tal situação mostra o quanto a língua está a serviço da informação – no momento em que os textos foram originalmente e efetivamente escritos – e em nossa pesquisa - temporalmente distante daquela sociedade - está a serviço da reconstrução histórica e compreensão de fenômenos sociais e culturais.

Especialmente em nossa pesquisa, percebemos o quanto os textos analisados carregavam marcas da comunidade discursiva que os produziu, ao mesmo tempo em que estão situados em uma organização social formal, especialmente para atender aos propósitos comunicativos ligados aos interesses políticos e administrativos da época. Esse tratamento teórico só foi possível graças ao trabalho de pesquisa e análise, bem como o conhecimento de teorias que regem o reconhecimento e funcionamento dos gêneros textuais. No capítulo seguinte, por fim, fazemos as nossas últimas considerações sobre a análise do gênero portaria do século XVIII.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrarmos nas considerações finais a respeito de nossa pesquisa, convém reiterar as questões levantadas no início de nosso trabalho: 1) Qual o contexto de produção, circulação e consumo do gênero portaria do século XVIII? 2) Quais os propósitos comunicativos presentes em portarias do século XVIII? 3) Qual a caracterização sociorrética do gênero portaria do século XVIII? Durante todo o percurso analítico empregado foi possível encontrar respostas para essas perguntas, respostas essas que resumiremos adiante.

Após a análise, percebeu-se que as portarias eram de acesso restrito a poucos sujeitos participantes, geralmente autoridades da administração colonial, cuja figura do governador se destaca como o principal emissor desses textos. As portarias eram textos de caráter puramente administrativo, ao contrário dos bandos, que precisavam ser lidos ou afixados em locais públicos, cujos assuntos eram de interesse mais geral. Pode-se dizer que as portarias circulavam entre autoridades e funcionários da administração e seus conteúdos semânticos não interessavam a população de um modo geral. A portaria parte sempre da autoridade hierarquicamente superior – o governador da capitania – para autoridades ou funcionários diretamente inferiores.

A comunidade discursiva que produziu o gênero é formal e burocrática, com papéis específicos e relações de poder assimétricas. Reflete o contexto de dominação do território brasileiro, cuja liderança, o rei, encontrava-se longe, mas seu poder determinava o funcionamento das capitanias e das vilas, como a nomeação dos governadores, a autorização para a fundação de vilas, etc.

Os propósitos comunicativos, como já vistos no capítulo anterior, eram predominantemente injuntivos, expedindo ordens e recomendações a fim de resguardar a boa administração ao “real serviço” ou “a sua Majestade fidelíssima”, só para citar algumas das expressões que demonstram claramente que qualquer decisão ou recomendação era para ir ao encontro ao que recomendava o monarca, mesmo este estando do outro lado do oceano.

Pode-se dizer ainda que muitos outros fenômenos e aspectos sócio-históricos puderam ser compreendidos a partir da leitura dos textos. As portarias refletem o modelo organizacional “desorganizado” da colônia, com autoridades desempenhando variadas funções; mostram claramente o poder predominantemente monárquico - cujas citações já foram aludidas - percebeu-se também a necessidade de protocolos formais na construção dos textos, em que problemáticas, ordens, recomendações, etc., precisavam ficar suficientemente claros a fim de garantir a funcionalidade do texto. Outros protocolos, como indicação do gênero portaria, local e data, assinatura do emissor etc., já refletiam a necessidade desses protocolos na composição de gêneros diplomáticos, característica essa predominante ainda na modernidade.

A caracterização sociorretórica acabou por mostrar, claramente, o que foi dito até aqui, em que as unidades e subunidades encontradas refletem tanto a necessidade de se criarem protocolos formais – registros em livros, assinaturas, indicação do gênero etc. – como também demonstram que a principal função das portarias eram sobre determinações de ordem diversas, para o resguardo da boa administração pública, cujo chefe maior era o rei.

É relevante aludir também que a análise de gêneros de caráter etnográfico, baseada na teoria de gêneros de Swales (1990, 1992, 1998, 2004), aplicada ao gênero portaria do século XVIII, mostrou-se metodologicamente acertada e permitiu a descrição de unidades e subunidades retóricas presentes no conjunto de textos analisados. Tal análise fugiu a um esquema meramente estruturalista, partindo do conhecimento da comunidade discursiva produtora do *corpus*, para que essas unidades e subunidades pudessem ser eficazmente reconhecidas, visto que exerciam importantes funções para a legitimação do gênero e seu funcionamento efetivo como instrumento de comunicação administrativa no Ceará, no final do século XVIII. Some-se também a questão dos propósitos comunicativos, cuja identificação inicial foi bastante vaga e, após o exercício do repropósito, pode ser refinada e melhor relacionada com a comunidade.

A busca por uma caracterização sociorretórica de nosso *corpus* mostrou que o modelo de análise CARS - inicialmente concebido para a análise e ensino de

inglês padrão em contextos acadêmicos – como um tratamento metodológico eficaz na análise de outros gêneros textuais, inclusive àqueles produzidos em um distante espaço temporal, mostrando resultados práticos no que concerne à relação entre gênero e o meio em que é produzido. Da mesma forma, o conceito de comunidade discursiva pode perfeitamente se enquadrar a outros tipos de organização social, como a organização político administrativa do Ceará no século XVIII, que não necessariamente à comunidade acadêmica utilizada por Swales (1990).

A análise sociorretórica do gênero portaria do século XVIII ofereceu uma pesquisa baseada em um recorte linguístico e histórico de um determinado gênero textual em uma perspectiva sincrônica. Isso acaba por demonstrar que é possível também fazer uma análise sociorretórica em uma perspectiva diacrônica, o que ampliaria a noção de gênero textual como produto historicamente situado, além de oferecer diferentes organizações do gênero portaria, que poderiam perfeitamente apresentar inúmeras semelhanças com a organização a que chegamos ou substanciais diferenças, dada as profundas mudanças sociais ocorridas entre 1762 até os dias de hoje.

Em outras palavras, o que foi dito acima quer dizer que o gênero textual portaria pode também ser analisado com relação a outros contextos históricos sócias em que vem sendo usado ao longo dos tempos, como instrumento/documento legítimo de diferentes esferas administrativas.

Após encontrarmos respostas para as principais questões propostas, é salutar dizer também que nossa análise pretendeu contribuir com o projeto PRAETECE – Prática de edição de textos do Estado do Ceará - que reúne pesquisadores da área de Letras e História interessados em preservar nossa cultura e nossa memória, através do resgate de textos pertencentes a diferentes gêneros e esferas comunicativas de períodos históricos passados. Nosso estudo amplia as pesquisas do PRAETECE e contribui para consolidar este grupo como de grande importância nos estudos filológicos específicos do Estado do Ceará.

Nossa pesquisa, em um sentido mais amplo, mostra o quanto fazer análise de gêneros é desafiador porque, para que seja eficaz, necessita ir além do texto propriamente dito, uma vez que muito da compreensão textual encontra-se

exatamente no ambiente externo ao próprio texto. Esta problemática é comum a qualquer gênero textual e no nosso caso tornou-se ainda mais emblemática, por nosso *corpus* ter sido produzido há mais de dois séculos, com diferenças substanciais - nos mais diferentes aspectos - entre a sociedade de hoje e a daquele tempo.

Nossos estudos também demonstraram o quanto o fazer filológico e o fazer linguístico se intercalam a serviço um do outro, quebrando o estigma de que Linguística e Filologia são áreas diferentes, cujo diálogo entre ambas seria bastante limitado. A intersecção entre Linguística e Filologia acabou por tornar nossa pesquisa transdisciplinar, agregando história, cultura e língua em um mesmo arcabouço teórico-metodológico.

A análise empreendida por nós pretendeu ainda enriquecer as pesquisas acerca do resgate ao patrimônio histórico, em especial o linguístico – especialmente a Língua Portuguesa - com uma intenção não voltada exclusivamente para a língua, mas também para a reconstituição histórica e compreensão de fenômenos sociais e dos gêneros textuais, em uma perspectiva também transdisciplinar.

Podemos destacar, por fim, que nossa pesquisa enriquece o arcabouço teórico-metodológico no que concerne ao tratamento e análise de gêneros textuais como complexos produtos historicamente situados e produzidos em relações interacionistas baseadas no uso, objetivo maior da comunicação humana.

## REFERÊNCIAS

ARARIPE, T. A. **História da província do Ceará**: desde os tempos primitivos até 1850. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

ARAÚJO, A. D. Lexical Signalling: **A Study of Unspecific Nouns in Book Reviews**. 1996. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

ARISTÓTELES. **Arte poética e arte retórica** (trad. Antônio Pinto de Carvalho). Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

ASKEHAVE, I. Communicative purpose as genre determinant. **Hermes, Journal of Linguistics**, n. 23, p. 13-23, 1999.

\_\_\_\_\_.; SWALES, J. M. Genre identification and communicative purpose: a problem and a possible solution. **Applied Linguistics**, v. 22, n. 2, p. 195-212, 2001.

AUERBACH, E. **Introdução aos estudos literários**. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix. 1972.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BASSETO, B. F. **Elementos de filologia românica**: história externa das línguas. São Paulo: Edusp, 2001.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. **Gênero**: teoria, pesquisa, ensino. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013. Título original: Genre: Na Introduction to history, theory, reserch, and pedagogy.

BELLOTTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BERNARDINO, C. G. **Depoimentos dos alcoólicos anônimos**: um estudo de gênero textual. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza.

BIASI-RODRIGUES, B.- **Estratégias de condução de informações em resumos de dissertações**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1998. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. **O papel do propósito comunicativo na análise de gêneros**: diferentes versões. In: 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2007, Tubarão SC. Anais. Tubarão: Unisul, 2007. v. 1. p. 729-742.

\_\_\_\_\_. HEMAIS, B.; ARAÚJO, J.C. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: RODRIGUES, B.B.; ARAÚJO, J.C;

TAVARES, S.C. (orgs). **Gêneros textuais e comunidades discursivas: um diálogo** Jhom John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BHATIA, V. K. **Analysing genre: language use in professional settings**. New York: Longman, 1993.

CAMBRAIA, C. N. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GARCIA, R. Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio editora S.A, 1975.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2011 (1973)

GIRÃO, R. **Pequena História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1984.

JUCÁ NETO, C. R. **A urbanização do Ceará setecentista: As vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati**. 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

MARCUSCHI, L. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. Parábola editorial: São Paulo, 2008.

MELO, J. H. **Os acervos coloniais e os Secretários de Governo das Capitâneas: o início dos arquivos no Brasil (DOSSIÊ ARQUIVOLOGIA)**. Ciência da Informação (Online), v. 42, p. 134-147, 2014.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**: São Paulo. Brasiliense, 1999.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos**. A administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SOARES, K. S. O. S. FARIAS, E. M. P. **Estudo das características discursivas dos ofícios e portarias da Confederação do Equador**. Cadernos do CNLF, Vol. XV, Nº 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011 p. 571

SWALES, J. M. **Aspects of articles introductions**. Birmingham, UK: The University of Aston, Language Studies Unit, 1981.

\_\_\_\_\_. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. Repensando gêneros: nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. Tradução de Benedito Gomes Bezerra. In: BEZERRA, Benedito G.; BIASI-RODRIGUES, Bernardete; CAVALCANTE, Mônica M. (Orgs.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: EDUPE, 2009. Título original: Re-thinking genre: another look at discourse community effects. Comunicação apresentada em Re-thinking Genre Colloquium, Ottawa: Carleton University, 1992.

\_\_\_\_\_. **Other floors, other voices:** a textography of a small university building. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

\_\_\_\_\_. **Research genres:** explorations and applications. New York: Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

XIMENES, E. E. **Os clíticos nos auto de querela do século XIX, no Ceará:** edição filológica e análise linguística. 2004. 2v. 442f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2004.

\_\_\_\_\_. **Autos de Querela e denúncia:** edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos. Gráfica e Editora LC Ltda, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas da linguagem jurídico-criminal da capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX.** Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

\_\_\_\_\_ **Fraseologias jurídicas:** estudo filológico e linguístico do período colonial. Curitiba: Appris, 2013.

VIEIRA JR., A. O. **Entre paredes e bacamartes:** história da família no sertão (1980-1850). Fortaleza: Edição Demócrito Rocha, 2004.